



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE
LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA**

**CARAÚBAS-RN
(2023)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – Ufersa
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Reitora

Prof.^a Dra. Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

Vice-Reitor

Prof. Dr. Roberto Vieira Pordeus

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dr.^a. Carolina Malala Martins Souza

Diretor de Centro de Centro Multidisciplinar de Caraúbas

Prof.^a Dr.^a. Simone Maria da Rocha



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFRSA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

PORTARIA Nº 54, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

Karla Raphaella Costa Pereira

Profa. Dra. em Educação

Gabrielle Leite dos Santos

Profa. Dra. em Estudos da Linguagem

Simone Maria da Rocha

Profa. Dra. em Educação

Maria Ghislenny de Paiva Brasil

Profa. Dra. em Educação

Eldio Pinto da Silva

Prof. Dr. em Estudos da Linguagem

Francisco Ebson Gomes Sousa

Prof. Me. em Ensino

Isabelle Pinheiro Fagundes

Profa. Ma. em Ensino, Esp. em Libras

João Batista Neves Ferreira

Prof. Me. em Ensino, Esp. em Libras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFRSA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Mifra Angélica Chaves da Costa
Profa. Ma. em Educação, Esp. em Libras

Francisco de Acací Viana Neto
Prof. Me. em Educação, Esp. em Libras

Jéssica Girlaine Guimarães Leal
Profa. Ma. em Ciências da Linguagem

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CA(s) - Centro(s) Acadêmico(s)
CAC - Código dos Componentes
CAS- Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo
CMC - Centro Multidisciplinar de Caraúbas
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
DLCH - Departamento de Linguagens e Ciências Humanas
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ES - Estágio Supervisionado
ESAM - Escola Superior de Agricultura de Mossoró
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de extensão das Universidades
Públicas Brasileira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
LABVISUAL - Laboratório de Audiovisual
LBI - Lei Brasileira de Inclusão
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras - Língua Brasileira de Sinais
LUS - Grupo de Estudos da Língua em Uso

NDE - Núcleo Docente Estruturante
NEaD - Núcleo de Educação a Distância NuLi Núcleo de Línguas
NUPELL - Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura
NUPEX - Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso
ONG - Organização Não-Governamental
PCN - Planos Curriculares Nacionais
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIAE - Programa Institucional de Assistência Estudantil
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PRP - Programa de Residência Pedagógica
PROAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PNPD - Programa Nacional de Pós-Doutorado
PROPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Prática Pedagógica Programada
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISBI - Sistema de Bibliotecas
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UAB - Universidade Aberta do Brasil

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	10
1.1 HISTÓRICO DA UFERSA	11
1.2 MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL	14
1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	15
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA ÁREA DE CONHECIMENTO	16
2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO CURSO	20
2.1 JUSTIFICATIVAS	20
2.2 OBJETIVOS	24
2.2.1 Objetivo geral	25
2.2.2 Objetivos específicos	25
3 CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	28
3.1 FORMAS DE INGRESSO	28
3.2 ARTICULAÇÃO DO CURSO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	28
3.3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	29
3.3.1 Políticas Institucionais de Apoio Discente	30
3.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO	32
3.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	33
3.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	34
3.7 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	35
3.8 ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	38
3.9 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	43
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	46
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR	53
4.1.1 Ementas, bibliografia básica e complementar	58
4.1.2 Atividades Complementares	95
4.1.3 Atividades de Extensão Curricularizadas	98
4.1.3.1 Categorias de ações	103
4.1.3.2 Modalidades de ações	104
4.1.4 Estágio Supervisionado	113

4.1.4.1 Estágio Obrigatório	114
4.1.4.2 Estágio Não-obrigatório	119
4.1.4.3 Aproveitamento de estágios supervisionados no curso de Pedagogia Bilíngue	120
4.1.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	121
4.1.6 Disciplinas Optativas e Eletivas	122
4.1.6.1 Ementas dos componentes curriculares optativos/eletivos	123
4.1.7 Representação gráfica do perfil formativo	141
5 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	142
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	142
5.2 COLEGIADO DE CURSO	142
5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	143
6 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	145
6.1 PERFIL DOCENTE	145
6.2 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DOCENTE	145
7 INFRAESTRUTURA	147
7.1 BIBLIOTECA	147
7.2 SALAS DE AULAS	149
7.3 SALA DE PROFESSORES	149
7.4 LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL	150
7.4.1 Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura — NUPELL	150
7.4.2 Sala PIBID/ Residência Pedagógica	150
7.4.3 Salas de monitoria e de pesquisa	151
7.4.4 Laboratórios de Formação Específica Laboratório de Audiovisual - LABVISUAL	151
8 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	152
8.1 DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	152
8.1.1 Avaliações escritas e sinalizadas	153
9 DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	155
REFERÊNCIAS	157

1 APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico tem o intuito de apresentar os fundamentos e princípios norteadores do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Língua Portuguesa (doravante Pedagogia Bilíngue), à luz do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei Nº 13.005/2014, de 25 de julho de 2014); das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Nível Superior (Resolução CNE Nº 2, de 20 de dezembro de 2019); das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006), que delineiam as bases da formação e da identidade profissional do pedagogo; bem como da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e do Decreto de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Na Segunda Assembleia Extraordinária do Centro Multidisciplinar de Caraúbas do ano de 2020, ocorrida em 30 de novembro, que discutiu sobre a utilização de Códigos de Vagas para Professor do Magistério Superior disponibilizados para o campus, e na qual se decidiu pela criação do Curso de Licenciatura em Física, hoje em funcionamento no campus, também se decidiu que o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia Bilíngue deveria ser elaborado concomitantemente ao de Física, decisão ratificada na décima Reunião ordinária do Conselho de Centro, ocorrida em 7 de dezembro do mesmo ano. Tendo em vista que o curso de Licenciatura em Física se consolidou, o PPC de Pedagogia Bilíngue não foi concluído naquela ocasião, mas a proposta do curso figura como uma decisão aprovada pelo campus, conforme se pode verificar nas atas das respectivas reuniões.

Com a publicação do Edital do PARFOR-Equidade (Edital nº 23/2023) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 22 de setembro de 2023, o grupo de professores constantes na Portaria nº 54, de 14 de dezembro de 2023, com o fito de retomar a proposta aprovada em Assembleia de elaborar o PPC do curso de Pedagogia Bilíngue, reuniu-se para iniciar os trabalhos e, em seguida, submeter à CAPES a oferta de um curso de Pedagogia Bilíngue: Libras/Língua Portuguesa. Este PPC é o produto do trabalho realizado.

É importante destacar, nesta apresentação, que

O Parfor Equidade visa formar professores em licenciaturas específicas para atendimento das redes públicas de educação básica ou das redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena, quilombola e do campo, assim educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos (Capes, 2023).

Além disso, a implantação de um curso novo para atender a uma demanda de formação de professores específica é objetivo do Edital CAPES nº 23/2023, conforme pode-se ler abaixo.

III- Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços; e (Capes, 2023, grifo nosso).

Essa especificidade do Edital da CAPES, além do objetivo de fomentar a implementação de cursos que atendam às demandas da educação escolar indígena, quilombola e do campo, da educação especial inclusiva e da educação bilíngue de surdos, exigiu que a CAPES permitisse às Instituições de Ensino Superior (IES) submeterem propostas de novos cursos, desde que o PPC estivesse aprovado em, pelo menos, um dos colegiados internos da instituição, conforme pode-se verificar abaixo, no item 5.2.7, acrescido na alteração do Edital, publicada em 8 de novembro de 2023.

5.2.7. Às instituições que possuem autonomia para criação de cursos, conforme a legislação vigente, será permitida a submissão de propostas de novos cursos, mediante envio do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aprovado por, pelo menos, um dos seus colegiados internos (Capes, 2023).

O que motivou a CAPES a alterar o edital foi justamente a percepção de que, no Brasil, as IES ainda não possuem cursos em funcionamento que se voltem para as modalidades de educação a serem contempladas pelo PARFOR-Equidade. Respeitando as determinações do edital e de suas alterações, este PPC foi submetido à sexta Reunião Extraordinária de Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, ocorrida em 21 de dezembro de 2023, tendo sido aprovado. Resultado publicado na Resolução deste Conselho nº 01 de 21 de dezembro de 2023.

Nesse sentido, o PCC de Pedagogia Bilíngue, a partir da proposta aprovada, em 2020, pela Assembleia do Campus e pelo Conselho de Centro Multidisciplinar de Caraúbas, elaborado pela Comissão instituída a partir de discussões e estudos que remontam a anos anteriores à 2020, pode concorrer ao Programa PARFOR-Equidade, em 2023, e ser contemplado com 30 vagas, conforme resultado publicado em 15 de março de 2024. Este Projeto Pedagógico diz respeito a este curso e aos interesses de fomentar a

formação de professores das modalidades da educação contempladas.

Registre-se que todo projeto pedagógico deve considerar a transitoriedade e as limitações de seus direcionamentos perante a dinâmica e as transformações oriundas da experiência humana — considerando inclusive os obstáculos ao aprimoramento, mirando sempre os desenvolvimentos social, científico, tecnológico e educacional. Em razão destas particularidades, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue fundamenta-se nos princípios da autonomia universitária, na flexibilização curricular, na qualidade acadêmica de sua oferta e na tese corrente da inter-relação entre formação superior com a realidade social e regional (BRASIL, 2007).

Em atendimento à Resolução nº 1 de 2 de julho de 2019 do Conselho Nacional de Educação (CNE), este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) entende que é imprescindível à construção das competências objetivadas na Educação Básica uma formação integral, diversificada, crítica e eticamente comprometida do docente. No desenvolvimento das competências profissionais, esse indivíduo deve ter experiências significativas no que concerne à seleção, escolha e utilização dos melhores e mais eficazes instrumentos pedagógicos de ensino, em ambientes multiculturais. Quanto ao conteúdo apresentado, é necessário que esteja adequado às diferentes etapas da escolaridade e seja tratado de modo articulado com as didáticas específicas e estratégias de acessibilidade, uma vez que a avaliação deve mirar a formação completa e autônoma dos futuros professores. Por fim, a aprendizagem será orientada pelo princípio metodológico geral, do sistema ação-reflexão-ação, o qual centra-se na resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas na contemporaneidade.

Ressalte-se que, para a implementação deste PPC, é imprescindível a participação dos diversos atores do sistema educacional da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), juntamente com os sistemas de ensino da Educação Básica municipal e estadual da área de abrangência desta Instituição de Ensino Superior (IES), bem como os representantes e integrantes da sociedade civil organizados nas associações de surdos e afins, enfaticamente os membros da comunidade surda da região. São estes que comporão a comunidade responsável socialmente pelo acompanhamento das demandas, das ações, da gestão, da eficácia e dos efeitos resultantes decorrentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.

Dessa forma, este PPC visa ao atendimento, no âmbito da Base Nacional

Curricular Comum (BNCC), do que rege a Resolução CNE/CP no 2/2017, ao concordar que a competência se define pela “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

Importante destacar a publicação da Resolução CNE/CP nº 4 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Publicada em 2024, a Resolução apresenta mudanças significativas, com destaque à novas posições quanto à concepção de estágio, extensão curricularizada e prática pedagógica como componente curricular. Como, do ponto de vista da carga horária, este PPC já contempla o que está sendo pedido pela Resolução, compreendendo que é necessária uma profunda discussão sobre as mudanças de concepção que a Resolução enseja e o princípio da autonomia de que gozam as Universidades, conforme o Art. 207 Constituição Federal de 1988, objetivamos que alterações mais profundas sejam feitas no âmbito do NDE do curso.

Por fim, este PPC é uma realização coletiva estimulada pelos circuitos de afetos de quem pondera com equidade as urgências da atualidade, representadas institucionalmente por conteúdos e formas historicamente construídas pela demanda social. Por isso são atividades passíveis de reformulação constante, de acordo com os dispositivos epistemológicos e normativos vigentes, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Resolução CNE/CP no 2 de 20 de dezembro de 2019. Parte-se do pressuposto de que os cursos de licenciaturas são pilares da formação humana e científica no país e, por conta disso, tem o dever de assumir a responsabilidade pelo aprimoramento, renovação e reformulação dos preceitos condizentes com cada campo do saber.

1.1 HISTÓRICO DA UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA origina-se a partir da Lei nº 11.155/2005 de 01 de agosto de 2005, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que havia sido criada em 18 de abril de 1967, por meio

do Decreto Municipal nº 3/1967, e incorporada à rede federal de ensino superior a partir do Decreto-Lei nº 1.036, de 21 de outubro de 1969.

O principal objetivo da UFERSA é ministrar o ensino superior visando ao desenvolvimento político, científico, social, ambiental e econômico dos indivíduos e da sociedade. A UFERSA também tem por objetivos promover a pesquisa e a investigação científica, com vistas à produção e difusão do conhecimento, bem como estabelecer diálogo permanente com a sociedade de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira (PDI/UFERSA, 2021-2025, p.13).

A Universidade tem aproximadamente dez mil estudantes matriculados, distribuídos em quarenta e cinco cursos de graduação e dezoito programas de pós-graduação¹. A instituição possui um *campus* Central na cidade de Mossoró, cuja estrutura física é composta por edificações para fins didáticos, como bibliotecas especializadas; de pesquisas, como laboratórios; administrativos e residenciais. Ademais, ela dispõe de diversas instalações e equipamentos que viabilizam a oferta do ensino, da pesquisa e da extensão.

O processo de expansão regional em ensino, pesquisa e extensão da UFERSA iniciou-se em 2008, quando foi criado um *campus* em Angicos-RN. Essa ampliação decorreu da adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado pelo Governo Federal, para que as universidades federais promovessem o crescimento da educação superior em suas esferas físicas, acadêmicas e pedagógicas. O *campus* de Angicos oferta cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Humanas.

O processo de ampliação se estendeu para os anos de 2010 e 2011, quando foram criados, respectivamente, os *campi* nas cidades de Caraúbas e Pau dos Ferros, ambas localizadas na região do Oeste Potiguar. Em Caraúbas, o *campus* oferta cursos nas Áreas de Ciência e Tecnologia, Engenharias, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Física. O *campus* de Pau dos Ferros tem atuação nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas. Esse processo de ampliação e interiorização tem gerado oportunidades de acesso à universidade em áreas profissionais até então existentes apenas em grandes centros urbanos.

¹ Dados relativos ao ano de 2022.1, informados pela PROGRAD e PROPPG.

A UFERSA iniciou suas atividades na modalidade à distância a partir de 2010, com a criação do Núcleo de Educação à Distância (NEaD). Nele, são ofertados os cursos de licenciatura em Matemática, Computação, Física e Química. O Núcleo conta com diversos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), os quais estão situados nas cidades de Angicos, Caraúbas, Grossos, Luís Gomes, Marcelino Vieira, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante e, mais recentemente, em Serra de São Bento.

Em observação às recomendações do Governo Federal para a educação superior, a UFERSA desenvolve estrategicamente ações que visam fortalecer socioeconomicamente seu entorno; adotando objetivos e metas que, alicerçados no orçamento disponível, permitem a ampliação do ensino superior com qualidade, o desenvolvimento de pesquisas científicas, bem como a inovação tecnológica com sustentabilidade. Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente contempla estratégias/metastas que visam fortalecer a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, tríade que capacita os recursos humanos da instituição, melhora as condições de infraestrutura predial administrativa, laboratorial e de salas de aulas, como também a infraestrutura urbana e de comunicação da Universidade.

No que se refere ao ensino de graduação, o número de cursos e o de vagas têm sido ampliados satisfatoriamente. A partir disso, alguns procedimentos precisam ser considerados, como a atualização periódica de projetos pedagógicos desses cursos, a consolidação da política de estágios curriculares e o aprimoramento das formas de ingresso e permanência nos cursos de graduação.

Mediante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a UFERSA tem oferecido bolsas para estudantes dos cursos de licenciatura e professores da educação básica, a fim de qualificar a prática docente. Isso sinaliza o compromisso e a preocupação desta instituição com a melhoria da educação básica.

O PIBID está em execução desde 2009, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E, a partir de 2018, teve início o Programa Residência Pedagógica, cujo objetivo é incentivar e qualificar estudantes de licenciatura, em sua prática docente, nas escolas da rede pública e, ao mesmo tempo, compartilhar com essas escolas as atualizações na área de educação que são produzidas no interior da universidade. Também, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a UFERSA tem prestado assistência ao estudante, concedendo bolsas e auxílios nas mais diferentes modalidades.

Na área de pesquisa e ensino de pós-graduação, como forma de consolidar novos cursos, a UFERSA tem aderido a programas de governo como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD). A instituição busca estimular a participação de estudantes na pós-graduação, a qualificação docente, o apoio aos comitês de ética em pesquisa, bem como a recuperação e ampliação da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação.

Quanto à sua função extensionista, a UFERSA tem buscado incentivar e apoiar ações que se pautem em elementos, como desenvolvimento regional e sustentabilidade, educação ambiental, agroecologia, desenvolvimento de tecnologias sociais, diversidade cultural, inovação tecnológica e economia solidária. Além disso, implantou o programa institucional de bolsas de extensão, como forma de definir e operacionalizar a política de bolsas de extensão na UFERSA. Ademais, tem apoiado atividades cujo desenvolvimento implique em relações multidisciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares de setores da universidade e da sociedade e realizado convênios com entidades públicas e privadas para concessão de estágios.

Ainda no que se refere à extensão, é importante salientar que, o Conselho Nacional de Educação – CNE, com a Resolução 07 de 18 de dezembro de 2018, instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamentando as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos.

Destarte, a UFERSA se configura como importante centro de produção e difusão de conhecimento por meio de suas atividades acadêmicas, reconhecendo-se como universidade pública e de qualidade, investida da missão de contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante a formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender às demandas da sociedade.

1.2 MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL

A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (PDI 2021-2025).

A visão da UFERSA é se tornar referência nacional e internacional como universidade ecologicamente correta, integrada à sociedade, como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural com ênfase no desenvolvimento do semiárido brasileiro (PDI 2021-2025).

1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue será oferecido em turno integral na modalidade presencial pelo Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) do Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC) da UFERSA. Conforme informado no quadro abaixo:

Dados da Instituição Proponente:

Projeto Pedagógico do Curso
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural do Semi-Árido
CNPJ: 24529265000140
Endereço: Avenida Universitária "Leto Fernandes", Sítio Esperança II, Zona Rural.
Cidade: Caraúbas UF: RN CEP: 59780-000 Telefone: (84) 3317 -8506

Identificação do Curso:

Curso: Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa
Modalidade do Curso: Licenciatura Plena
Habilitação: Licenciado em Pedagogia com enfoque na Educação Bilíngue Libras/Português. Educador bilíngue habilitado para o exercício da docência na educação básica em suas modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como, nos processos de gestão e coordenação pedagógica desenvolvidos em espaços escolares (na educação básica e na educação superior) e nos espaços não-escolares nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, numa perspectiva multicultural e bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).
Título Acadêmico Conferido: Licenciado

Modalidade de Ensino: Presencial
Regime de Matrículas: Crédito
Carga Horária Total do Curso: 3.385 h
Número de vagas anuais: 30
Número de turmas: 01 turma por ano letivo
Turno de funcionamento: Integral/Execução pelo Parfor em finais de semana e férias escolares.
Forma de ingresso: Edital específico*.

*O curso será ofertado no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR-Equidade: Edital CAPES nº 23/2023), por isso a execução da turma se dará em horário especial e terá ingresso via edital específico, devido à adequação ao público-alvo e às normativas do Programa.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA ÁREA DE CONHECIMENTO

As várias conquistas legais alcançadas recentemente, concernentes à Educação Especial e Inclusiva, tiveram origem nos movimentos sociais de grupos minoritários, antes subjugados ou esquecidos pela sociedade. Atualmente, vêm se tornando frequentes as discussões a respeito e, sobretudo, a partir desses grupos. Esses movimentos, discussões e conquistas são fatores decisivos para o reconhecimento e o respeito conquistado apenas recentemente por parte da sociedade e das instituições.

A luta pela educação de surdos, isto é, pelo reconhecimento de sua dignidade e direito, é tão antiga quanto o próprio Brasil e a forma como ela se desenvolveu no mundo certamente determinou o modo como aqui ela ocorreu. O marco fundador da educação de surdos em nosso país é o ano de 1857, quando o professor surdo francês Hernest Huet, a convite de Dom Pedro II, fundou a primeira escola de surdos, hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro. É claro que a inexistência de outros fatos relevantes, durante os três séculos anteriores de história nacional, também compõe a história da população surda no país.

Destarte, o Congresso Internacional de Milão, em 1880, representou um grande revés que atrasou por outros dois séculos a educação efetiva de surdos no mundo todo. Neste congresso, um cenário de divergentes opiniões sobre a educação de surdos teve palco para disputa entre educadores e pesquisadores da área: alguns acreditavam na oralização como método mais eficaz, enquanto outros, defendiam a leitura labial como

melhor método, e outros ainda, defendiam a correção por meio de aparelhos auditivos, isto é, uma grande maioria tratava a surdez como uma patologia a ser corrigida e impunham a cultura ouvintista, enquanto apenas uma minoria de pesquisadores na área defendiam a educação de surdos por meio das línguas de sinais.

O veredicto a que se chegou nesse congresso, por uma maioria ovinha, foi o de que a educação de surdos mundialmente seria realizada pelo método oral. Essa determinação representou um enorme prejuízo para a educação surda, até pelo menos a década de 1970, quando novos avanços teóricos e lutas políticas foram alcançando mudanças nesse cenário. Tais avanços, em grande medida, devem-se ao movimento das comunidades e associações de surdos, surgidas por volta do final do século XIX (Widell, 1992) e fortalecidas ao longo do século XX, nas quais elaboraram-se reivindicações de garantias de direitos do povo surdo, desde o acesso a sua língua natural, a língua de sinais, até o direito à educação, trabalho, saúde e lazer.

Esses movimentos impulsionam reflexões relevantes para a história dos direitos do povo surdo. Em âmbito internacional, a Assembleia Geral da ONU aprova, em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em que se reconhece a dignidade humana das pessoas com deficiência e asseguram a essas pessoas os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos, reconhecendo, dentre outros, o direito dessas pessoas “a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível”. Nesse mesmo caminho, as diferentes associações de surdos se unem na Federação Mundial de Surdos (WFD), articulando-se com organismos ligados às Nações Unidas, e influenciam as recomendações da UNESCO, de 1984, quanto ao reconhecimento formal das línguas de sinais como língua natural das pessoas surdas e a promoção de garantia de acesso, o mais precocemente possível, de crianças surdas a ela (Klein, 2005).

Outro marco importante no processo de estabelecimento da educação inclusiva foi a Declaração de Salamanca, de 1994. Nela, reconhece-se o direito à educação como um direito fundamental de toda criança. Para os delegados mundiais dessa conferência que subscrevem e se comprometem com a declaração, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas, de modo que todos os sistemas e programas educacionais devem implementar medidas no sentido de contemplar a vasta diversidade de tais características e necessidades, permitindo que aqueles com necessidades educacionais especiais tenham acesso à escolas regulares que, por conseguinte, devem adotar orientações inclusivas como principal meio de combate a

atitudes discriminatórias, promovendo comunidades acolhedoras e o princípio da escola para todos.

Esses marcos internacionais atravessam lutas e conquistas políticas nacionais. Para a comunidade surda brasileira, é importante o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão, que se deu com a promulgação da Lei nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002. Essa lei legitimou a Língua Brasileira de Sinais como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, compreendendo um meio de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Essa lei se regulamenta pelo Decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005, o qual garante à pessoa surda e com deficiência auditiva o direito à educação e à saúde, bem como ao uso e difusão de Libras e da Língua Portuguesa como meios de acesso a esses direitos.

Assim, o decreto normatiza a inclusão da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores e no curso de fonoaudiologia, bem como componente optativo nas demais graduações. Além disso, o decreto regulamenta a criação de cursos superiores de formação de professores para o ensino de Libras na educação básica e no ensino superior, isto é, os cursos de Licenciatura em Letras Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Também se prevê, no decreto, que:

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

Como se vê, o reconhecimento e legitimação da Libras e a garantia legal de educação inclusiva demanda do poder público e das Instituições de Ensino mudanças significativas no tocante às políticas de educação, tendo como objetivo garantir o acesso e a permanência das pessoas surdas na escola, bem como, por meio dela, o acesso crescente ao pleno exercício da cidadania, trabalho, saúde e lazer, conforme previsto também na Lei de Acessibilidade nº 5.296/2004.

Então, os cursos em Letras Libras e de Pedagogia Bilíngüe, no par linguístico Libras/Português, surgiram no país como proposição para atender tanto às demandas pela inclusão dos surdos na sociedade, de modo abrangente, e na educação, de maneira específica, quanto a necessidade de oferta de Libras nos cursos de Licenciaturas e Fonoaudiologia, em observância a legislação vigente.

A educação de surdos no país vem se expandindo, adequando-se a múltiplas necessidades e, em comprometimento a essas demandas, temos a criação de uma nova modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases (LDB): a Educação Bilíngue de Surdos, garantida pela Lei nº 14.191 de 13 de agosto de 2021, que prevê a oferta da educação bilíngue em idade regular aos surdos, surdo cegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas.

Tais mudanças encontram-se em pleno curso, sobretudo no tocante ao atendimento de crianças surdas em idade regular de ensino, na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Diversas pesquisas demonstram a escassez de profissionais qualificados na área para oferecer educação bilíngue a essa população, tendo sido regulamentada apenas nos últimos anos em alguns municípios de nosso estado. Na contramão dessa demanda, no Brasil, existem apenas 3 cursos de Pedagogia Bilíngue presenciais: no IFSC, em Santa Catarina, aberto em 2016; no IFG, em Goiás, aberto em 2018; e no INES, Rio de Janeiro, aberto em 2019.

2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO CURSO

2.1 JUSTIFICATIVAS

O projeto de criação do Curso de Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa é resultado do esforço coletivo do grupo de professores e alunos da área de Letras Libras da UFERSA, enquanto parte significativa da comunidade surda da região do semiárido potiguar, na medida em que propõe a ampliação da oferta de cursos inclusivos, no âmbito da Instituição, em resposta à demanda do movimento de lutas e fortalecimento da comunidade surda da região. O trabalho desta comissão, portanto, soma-se aos esforços de contribuição para a transformação da realidade educacional nacional pela transformação da realidade local e regional, com impacto previsto para a modificação direta da educação de surdos no estado do Rio Grande do Norte e do Nordeste.

Tomamos como amparo inicial para este projeto a necessidade de atendimento às determinações da Lei nº 9.394/96 que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), do que versam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2006) e da Resolução CNE/CP nº 01, de 1º de julho de 2019 (BRASIL, 2019), que delineiam as bases da formação e da identidade profissional do pedagogo.

Ao mesmo tempo, a UFERSA tem assumido, em seu Estatuto, o compromisso social de “produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semi-árida [sic] brasileira” ancorado no objetivo de “contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira, visando à elevação do índice de desenvolvimento humano” (UFERSA, 2006, p.4).

Um dado relevante sobre a realidade regional, concernente aos índices educacionais, diretamente ligados à avaliação de desenvolvimento humano, são apontados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, que demonstra um quadro ainda preocupante da região do Rio Grande do Norte — fato que demanda políticas públicas, destacadamente quanto à formação de professores. Na classificação geral, a rede pública de educação do RN obteve o pior índice da Região, nos anos iniciais. Com uma nota de 4,5 (quatro vírgula cinco), o RN amarga um dos piores desempenhos nacionais no último levantamento, tendo um déficit de desempenho nas

etapas de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, em relação ao levantamento dos últimos dois anos.

A respeito do analfabetismo, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que consultou domicílios em todo o Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que, atualmente, cerca de 9,6 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever, o que corresponde atualmente a 5,6% da população (IBGE, 2022). O fator relevante desse dado é que 55,3% desse quantitativo (cerca de 5,3 milhões) viviam no Nordeste (IBGE, 2022). Além disso, os dados ainda revelam que esses índices também são mais altos entre idosos, pretos e pardos (IBGE, 2022).

Além disso, segundo dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação, cerca de 61,5 mil alunos da educação básica no país possuem deficiência relacionada à surdez — incluindo surdos, deficientes auditivos e surdos cegos (MEC, 2023). Esse dado ganha relevo quando consideramos que os dados mais recentes divulgados pelo IBGE apontam que a população surda brasileira é de mais de 10 milhões, o que implica na compreensão de que apenas 0,6% da população surda encontra-se na educação básica. Esse dado revela que, para além dos desafios da educação como um todo, a educação inclusiva voltada para os surdos tem cada vez mais demarcado demandas de atendimento adequado a essa população.

Logo, constatamos que a proposta de abertura do curso de Pedagogia Bilíngue está em alinhamento com a missão institucional de contribuir diretamente com o processo de transformação da realidade do semiárido, aqui por meio da formação de professores(as) para a Educação Básica da região, bem como de outros campos profissionais competentes para atuarem nas funções de gestão, coordenação e supervisão escolar, na educação especial, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, dentre outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos interculturais e atuação bilíngue, em contextos escolares e não-escolares.

A demanda por formação de pedagogas e pedagogos bilíngues no par linguístico Libras e Língua Portuguesa também se fundamenta na legislação recente² que aponta para a necessidade da formação de profissionais para uma ação educativa intercultural, como prática político-social, que participem de pesquisas e estudos na área da educação, educação bilíngue, educação para surdos e áreas afins, na perspectiva de uma pluralidade

² Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015)

de concepções teóricas, com atuação para além do ambiente escolar, na intervenção e transformação ativa da sociedade, com a produção de espaços plurais, democráticos e inclusivos.

Isto posto, enfatiza-se que a criação do curso de Pedagogia Bilíngue contribuirá diretamente para o cumprimento da Meta 4 e 9 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei N° 13.005/2014, de 25 d julho de 2014), em que se lê.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014)

Assim, a criação do curso também deve viabilizar que os surdos tenham os seus direitos educacionais assegurados com acesso e permanência na instituição escolar, em que esse processo de alfabetização seja ofertado e aconteça mediado pela sua primeira língua, a Libras, e na Língua Portuguesa na modalidade escrita, como uma segunda língua, como prevê a Lei de Libras, a fim de superar as lacunas sobre os resultados insatisfatórios no que diz respeito ao domínio do Português escrito para surdos.

Buscácio e Vignoli (2023, p. 162-163) defendem que o ensino de português como segunda língua para o surdo é algo muito complexo, desafiador e que perpassa as problematizações mais iniciais sobre o conceito de língua, sua função social até as estratégias para o ensino e como interferem diretamente no processo de aprendizagem do educando surdo.

Além disso, a criação do curso também se alinha com o que garante a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que, em seu artigo 28:

Art. 28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

IV. oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. (BRASIL, 2015 b)

Esta lei reafirma a importância de o público surdo ter um processo de escolarização de qualidade e pautada numa proposta bilíngue. Neste contexto, este curso

de Pedagogia Bilíngue contribuirá para fortalecer as discussões teóricas e práticas e assim formar professores qualificados para atuar na educação de surdos.

Vale destacar ainda que o curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue da UFERSA, que se propõe a atender, prioritariamente, aos municípios do semiárido potiguar, alcançaria todo o Estado do Rio Grande do Norte, conforme Parecer 01/2020 da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Norte – UNDIME (2018). Em verdade, ao propor a abertura deste curso, a UFERSA figurará como pioneira no Nordeste, sediando o primeiro Curso de Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa presencial da Região, havendo atualmente, no país, apenas mais outros três cursos presenciais com essa habilitação: no IFSC, em Santa Catarina, aberto em 2016; no IFG, em Goiás, aberto em 2018; e no INES, Rio de Janeiro, aberto em 2019.

Observa-se que os docentes licenciados em Pedagogia Bilíngue serão formados para preparar a escola para receber o estudante surdo ou com deficiência auditiva, o que implica não apenas na recepção e educação destes alunos em sua língua natural, mas também e principalmente na promoção da Libras para ouvintes, para que, numa perspectiva intercultural, todos desenvolvam autonomia de comunicação efetiva e inclusiva. É nesse mesmo sentido que se dá a atuação do pedagogo bilíngue na gestão escolar e em espaços não escolares, na construção de locais inclusivos e na promoção da Libras como meio de expressão e comunicação, tanto para surdos quanto para ouvintes.

Faz-se ainda necessário apontarmos nesta justificativa a complementação entre formações, visto que, na UFERSA, já temos os cursos de Licenciatura em Letras Libras, Letras Inglês, Letras Português, além de Licenciatura em Física, no *campus* Caraúbas, bem como o curso de Pedagogia em Angicos e de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), em Mossoró. Essa seria a possibilidade de estender o atendimento dos aspectos formativos de todas as modalidades e níveis da educação básica e inclusiva para a educação bilíngue, Português-Libras.

Ressaltamos que o Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue contribuirá ainda para o incremento do número de vagas no ensino superior público gratuito e de qualidade, em uma região carente de recursos humanos no país, o que colabora decisivamente para a formação profissional com qualidade científica, cultural e técnica, voltada para a realidade do semiárido brasileiro.

O curso se insere numa perspectiva que compreende docência como

[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na

articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006, p.01).

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue da UFERSA se destina à formação de docentes para produzir e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos do campo educacional, contribuindo com a gestão e o aprimoramento de sistemas e instituições educativas escolares e não-escolares.

O curso será um dos pioneiros na área de atuação e será ofertado, inicialmente, pelo PARFOR, como curso de licenciatura plena, e, posteriormente, poderá fazer parte do rol de cursos institucionais com oferta regular. O vínculo com o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR-Equidade: Edital CAPES nº 23/2023), insere-se na proposição que a UFERSA tem assumido, em seu Estatuto, de contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira, visando à elevação do índice de desenvolvimento humano e a difusão do conhecimento no Ensino Superior. Conforme objetivo do PARFOR EQUIDADE, o curso será voltado para profissionais do magistério da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada, por isso as aulas serão ministradas no regime de alternância, ou seja, um tempo de atividades realizado na Universidade e outro realizado nos locais de trabalho e moradia, conforme a característica de cada disciplina.

O Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) possui capacidade para iniciar o atendimento do curso de Pedagogia Bilíngue tendo em vista a formação do corpo docente que atua nos cursos de licenciatura, especialmente no curso de Letras Libras. Vale destacar também a atuação das professoras pedagogas do campus, tanto do DLCH quanto do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT). Abaixo um quadro com as informações sobre o corpo docente resumidas.

PROFESSORES FLUENTES EM LIBRAS	
Nome	Departamento
Francisco de Acaci Viana Neto (Mestre) - Surdo	DLCH
Francisco Ebson Gomes Sousa (Mestre) - Ouvinte	DLCH
Isabelle Pinheiro Fagundes Lima (Mestre) - Ouvinte	DLCH
Izabela Apolinario da Costa (Especialista) - Surda	DLCH
João Batista Neves Ferreira (Doutor) - Surdo	DLCH
Maria Márcia Fernandes De Azevedo (Mestre) - Surda	DLCH

Mariane Linhares da Silva (Mestre) - Surda	DLCH
Mifra Angelica Chaves da Costa (Mestre) - Ouvinte	DCT
Niascara Valesca do Nascimento Souza (Mestre) – Surda	DLCH
PROFESSORAS PEDAGOGAS	
Karla Raphaella Costa Pereira (Doutora)	DLCH
Kize Arachelli de Lira Silva (Doutora)	DCT
Maria Ghislenny de Paiva Brasil (Doutora)	DLCH
Simone Maria da Rocha (Doutora)	DLCH

A construção de uma proposta de curso bilíngue já é um desafio. Fazê-lo para formar pedagogas e pedagogos vai exigir a comunhão de esforços de professores e professoras da UFERSA que possam elaborar a conexão dos conhecimentos da Pedagogia com a educação bilíngue de surdos. Conforme exposto na tabela acima, nove professores que atuam no campus são fluentes em Libras, destes seis são professores surdos, o que demonstra que o *campus* possui recursos humanos para executar a proposta e colaborar com uma área do conhecimento ainda nascente no Brasil.

Sendo a UFERSA uma Universidade que surgiu a partir do processo de expansão, interiorização e democratização do acesso à educação superior, comprometida, portanto, com o desenvolvimento da região semiárida brasileira, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue representa o incremento das contribuições proporcionadas pela Instituição no que diz respeito tanto à formação de profissionais para intervir na região do semiárido potiguar, quanto à promoção da transformação social a partir da apropriação dos avanços científicos e tecnológicos propiciada pela educação superior.

Logo, considerando a existência do marco regulatório, das demandas locais de formação de pedagogos bilíngues e das normas estatutárias e regimentais que criam e regulam os cursos de graduação no âmbito da UFERSA, a existência de um Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue reitera a função social da Universidade em promover a formação, em nível superior, contextualizada e adequada às demandas regionais e nacionais.

2.2 OBJETIVOS

Considerando o contexto histórico e político da área e do curso, bem como a sua justificativa, o Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa consiste em um curso presencial que valoriza processos didáticos que não sejam focados

na mera conformação de conteúdos científicos, mas na valorização dos saberes e das experiências trazidas pelos(as) estudantes, na elevação desses saberes para a reflexão crítica e informada pela literatura especializada e atualizada da área, submetidos à reflexão ética e humana no uso desses saberes e no exercício de sua função. Tais competências serão promovidas não apenas por meio de aulas teóricas, mas também com o incentivo à participação em grupos de pesquisa e em ações de extensão, nas diversas práticas pedagógicas e nos estágios curriculares, em práticas várias, antecipando também o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem bilíngue.

Assim sendo, a Pedagogia Bilíngue vem a contribuir para a formação de pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência na Educação Básica (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos EJA), na gestão educacional e na educação em espaços não escolares (associações, hospitais, abrigos, assentamentos, empresas, ONG's, presídios, dentre outros).

Em razão destas particularidades, o Projeto Pedagógico do Curso fundamenta-se nos princípios da autonomia universitária, na flexibilização curricular, na qualidade acadêmica de sua oferta e na tese corrente da inter-relação entre formação superior com a realidade social e regional (BRASIL, 2007) e se propõe aos seguintes objetivos geral e específicos:

2.2.1 Objetivo geral

Formar pedagogas e pedagogos, surdos e ouvintes, com habilidades e competências compostas por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem a atuação crítica, reflexiva, contextualizada, inovadora e inclusiva, para o exercício da docência na educação básica em suas modalidades: educação infantil, ensino fundamental, anos iniciais, e em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como, nos processos de gestão e coordenação pedagógica desenvolvidos em espaços escolares (na educação básica e na educação superior) e nos espaços não-escolares nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, numa perspectiva multicultural e bilíngue (Libras/Língua Portuguesa); formar, no âmbito do PARFOR-Equidade profissionais do magistério da rede pública da educação básica e/ou

das redes de formação por alternância que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada.

2.2.2 Objetivos específicos

- Construir conhecimentos acerca da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- Formar conhecimentos sobre as políticas educacionais, elencando a estrutura, o funcionamento e a gestão da educação básica e superior, importante dimensão que contribui para a participação e para o exercício da cidadania;
- Construir relação dialética entre a prática cotidiana de profissionais que já atuam na educação básica na área, mas não possuem a formação adequada com os conhecimentos teóricos da área;
- Compreender a docência enquanto ação educativa e processo sistemático, metódico e intencional na Educação Básica e suas modalidades, em espaços escolares e não-escolares;
- Construir metodologias de formação continuada em serviço para os discentes que já são professores atuantes na educação básica;
- Legitimar a utilização de Libras como língua de instrução e promover o uso da Libras como primeira e segunda língua, em práticas sociais e educativas;
- Difundir o conhecimento de Libras, na perspectiva bilíngue para os discentes que já são professores atuantes na educação básica e atuam na formação de alunos surdos;
- Produzir metodologias e materiais didáticos, em diferentes áreas do conhecimento, em especial para educação bilíngue de surdos;
- Reconhecer o currículo como uma construção social, compreendendo seu caráter histórico e político;
- Conhecer a história, aspectos culturais, literatura e movimentos sociais dos surdos na perspectiva de empoderamento/emancipação social;
- Conhecer, discutir e divulgar as políticas públicas relacionadas à educação, principalmente no âmbito da surdez;
- Utilizar instrumentos avaliativos que contemplem o caráter formativo dos processos educacionais, valorizando o uso da Libras e da Língua Portuguesa escrita;

- Promover conhecimentos no campo da gestão escolar e coordenação pedagógica, contribuindo para a elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais em espaços escolares e não-escolares, em perspectiva multicultural;
- Consolidar a formação docente articulada às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão na Universidade e em outros espaços da sociedade, valorizando a formação continuada e a auto-atualização;
- Consolidar, a relação universidade-escola-comunidade, mediante a valoração das experiências dos alunos que já atuam como professores da educação básica;
- Aliar à formação do profissional da educação uma formação humana galgada em princípios éticos, no diálogo e na consciência de seu papel como agente de transformação político-social;
- Facilitar à compreensão de que, sendo a docência uma ação educativa dialógica, deve ter cunho teórico-metodológico que proporcione a desmistificação das relações sociais excludentes, dos preconceitos étnico-raciais, das relações de opressão de gênero e produtivas, e que se desenvolva na articulação entre conhecimentos científicos, culturais, humanos e de respeito ao meio ambiente;
- Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos políticos, sociais, culturais, científicos e tecnológicos no campo da educação, visando à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socioambientalmente equilibrada, voltada para o exercício da cidadania e da emancipação humana.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA LICENCIATURA

O curso de Pedagogia Bilíngue se caracteriza, conforme a legislação em vigor, como um curso de Licenciatura Plena, que pode ser cursado como primeira licenciatura, caso o aluno ainda não tenha concluído nenhuma licenciatura ou pode ser cursado por um discente que já tenha concluído outra Licenciatura Plena. Neste último caso, o aluno poderá solicitar, conforme regulamentação da UFERSA em vigor, o aproveitamento das disciplinas correspondentes à integralização dos referidos cursos.

Desta feita, como uma Licenciatura Plena, este PPC apresenta carga horária superior à mínima exigida, conforme se verifica abaixo.

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas (BRASIL, 2019).

O aproveitamento de disciplinas também é legislado pela Resolução acima.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009) (BRASIL, 2019).

Como o Edital nº 23/2023 da CAPES permitia que as propostas escolhessem entre ofertar cursos com carga horária para primeira ou segunda licenciatura e, considerando a natureza inovadora da proposta de um curso de pedagogia bilíngue, a comissão optou pela oferta de uma licenciatura plena com carga horária de uma primeira licenciatura, o que, como dito, não impossibilita uma pessoa licenciada a cursar e aproveitar disciplinas. Isso visa atender as necessidades e especificidades da formação inicial e continuada de profissionais da educação básica na perspectiva inclusiva.

A principal demanda do PARFOR-Equidade são professores que atuam na educação escolar indígena, quilombola e do campo, na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, mas não possuem formação específica nessas áreas. O Programa, por outro lado, não restringe exclusivamente o curso para esse público, sendo possível, conforme o Edital 23/2023, atender alunos da demanda social.

Vale ressaltar que a proposta bilíngue se diferencia ao desenvolver, nas disciplinas da integralização curricular, o trabalho concomitante com as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa, por esse motivo a correspondência com o ementário de disciplinas precisará respeitar a proposta fomentada pelo curso de Pedagogia Bilíngue.

3 CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

3.1 FORMAS DE INGRESSO

A principal forma de ingresso de discentes à Universidade se dá por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e/ou processo de seleção interna promovida pela PROGRAD-UFERSA que prioriza vagas para pessoas surdas, no entanto o curso será ofertado no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR-Equidade: Edital CAPES nº 23/2023), conforme apresentação deste PPC, por isso terá ingresso via edital específico adequando-se às normativas do Programa.

A execução pelo PARFOR ofertará 30 vagas iniciais vinculadas ao PARFOR-Equidade, podendo aumentar, posteriormente, caso a Universidade assuma a oferta regular. Existem, ainda, processos de ocupação de vagas não iniciais, de acordo com as regulamentações da UFERSA, em que o curso poderá receber alunos por meio de reingresso, re-opção, transferência e ingresso como portador de diploma.

Para isso, o processo seletivo poderá dispor de uma comissão multiprofissional responsável pela divulgação dos processos seletivos, com acessibilidade, bem como para a validação das informações dos candidatos que se identificarem como pessoas surdas, bem como egressos do ensino médio público, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, pardos e indígenas e/ou como pessoas com deficiência, em acordo com os critérios da política de ações afirmativas vigente.

3.2 ARTICULAÇÃO DO CURSO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Centro Multidisciplinar de Caraúbas, buscando atuar em concordância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional PDI (2021-2025), no Projeto Pedagógico Institucional (2019) e em seus documentos oficiais, propõe produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o

exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

Ainda em consonância com PDI e PPI, o Centro Multidisciplinar de Caraúbas visa contribuir para o fortalecimento da instituição por meio do aumento do número de cursos ofertados. A expansão da Universidade, assim como a ampliação do número de cursos de graduação, contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região e do Estado do Rio Grande do Norte.

A criação do curso de Pedagogia Bilíngue e sua consolidação, considerando as demandas locais, representa profundo alinhamento com as missões institucionais da UFERSA, uma vez que nossa região é carente de profissionais docentes habilitados nessa área. Além disso, a atuação do curso na UFERSA se dará profundamente articulada com a comunidade externa, tendo atuação em escolas, associações de surdos e diversos espaços institucionais como casas legislativas e hospitais, em diversos municípios circunvizinhos, além do município sede do *campus*, em frentes de trabalho sempre comprometidas com a construção de uma Universidade atuante, decisiva para as populações que atende e que a constituem, contribuindo para a construção do conhecimento teórico e prático e com a relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, para integração entre as mais diversas áreas do conhecimento, culturas e comunidades linguísticas.

3.3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Sabe-se que a Universidade tem como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, o curso de Pedagogia Bilíngue desenvolverá ações que contemplarão essas três dimensões. Não se concebe mais licenciandos com processos de ensino-aprendizagem pautados apenas no ensino, mas também devem estar protagonizando a pesquisa e a extensão.

No tocante ao ensino, o perfil dos docentes será formado por especialistas, mestres e doutores, os quais promovam aulas teóricas e práticas, aulas de campo, aulas dialógicas, rodas de conversas, debates, enfim promovam momentos de interação e construção dos conhecimentos com os discentes. O pilar de ensino do curso ainda é contemplado com o programa institucional de monitoria, projetos de ensino e com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cujo objetivo é

viabilizar que o aluno amplie seu repertório de experiência, no processo de tornar-se professor.

A respeito da pesquisa, a Pedagogia Bilíngue irá contar com a atuação de docentes que desenvolvam projetos de pesquisa em diversas áreas dos estudos em Educação e nos Estudos Surdos, incentivando os discentes do curso a participarem de pesquisas, em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais, iniciação científica e a publicação das pesquisas de iniciação científica e TCCs em anais de eventos, periódicos, dossiês e coletâneas.

No tocante à extensão, o corpo docente desenvolverá projetos de extensão, dentre eles, cursos de extensão de Libras nos níveis básico, intermediário e avançado, eventos diversos, com vistas à divulgação e implementação da Lei de Libras e o Setembro Azul, mês da visibilidade surda, bem como oficinas sobre a Libras em diversos contextos sociais e nas diversas áreas do conhecimento, na perspectiva de estabelecer aproximações com a comunidade. É relevante o estreitamento de vínculos entre Universidade e sociedade, a fim de minimizar os problemas sociais e contribuir para sua superação. Os discentes ficam na incumbência de participar dessas atividades e ações de extensão.

3.3.1 Políticas Institucionais de Apoio Discente

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2021-2025, p. 129) determina que a assistência estudantil corresponde ao conjunto de ações que tem por finalidade ampliar as condições de permanência, na Universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os objetivos principais dessa assistência é minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais, levando-se em conta sua importância para a aplicação e a democratização das condições de permanência no ensino superior de discentes comprovadamente em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), instituído pela Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2020, de 29 de julho de 2020, foi criado com a finalidade de ampliar as condições de permanência de discentes dos cursos de graduação presenciais da UFERSA em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a democratizar as condições de permanência de discentes na Instituição; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão, além de contribuir para a

promoção da inclusão social por meio da educação.

Na perspectiva de promover a assistência aos estudantes, existem diversos auxílios que contribuem para os discentes se manterem na Universidade. Dentre eles, tem-se: a bolsa acadêmica, bolsa esporte, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio didático, auxílio inclusão digital, auxílio creche e auxílio saúde.

De acordo com o PDI (2021-2025), a PROAE atende a 4.416 estudantes (dados de novembro de 2020), sendo a seleção dos discentes contemplados feita por meio de editais de ampla concorrência, cujo critério de seleção é, majoritariamente, o rendimento acadêmico dos candidatos, e por meio de editais cujos critérios de seleção estão relacionados à situação socioeconômica dos estudantes candidatos. Outras políticas e serviços que contribuem para que o discente seja acolhido e permaneça na universidade são: restaurante universitário, residência universitária, assistência odontológica, assistência social, orientação nutricional e assistência psicológica.

Com a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 05/2012, foi implementada na instituição a Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social-CAADIS. No Art. 2º, a Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social a que se refere o Art. 1º tem por finalidade

- I – realizar estudos e propostas para a implantação de programas e medidas de ações afirmativas e inclusão social para o acesso e permanência de estudantes na universidade;
- II – promover o amplo diálogo e debate sobre ações afirmativas com todos os segmentos universitários e comunidade, com vistas às formas de ampliação do acesso e a permanência bem sucedida de estudantes na universidade;
- III – propor mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação sistemática das medidas adotadas na universidade; bem como a criação de comissões, núcleos e comitê gestor de políticas afirmativas e inclusão social;
- IV – desenvolver atividades educativas e ações para discussão de medidas de apoio à permanência de estudantes oriundos de escolas públicas na universidade;
- V – garantir as condições de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos (UFERSA, 2012).

A CAADIS tem um papel fundamental para assegurar que a inclusão e a diversidade sejam pautas da universidade e que as políticas afirmativas sejam efetivadas. Todas essas ações são importantes para que os discentes que são de diversas realidades possam ter direito à acesso, permanência e condições dignas para concluir seus estudos. Importante destacar a conciliação e a mediação como funções facilitadoras dos processos de resolução de conflitos, mediados pelo Comitê de ética e das práticas de gestão pública.

O Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), conforme resolução vigente, tem a finalidade de ampliar as condições de permanência de discentes e envolve as atividades explicitadas a seguir: Bolsa Acadêmica; Bolsa Esporte; Moradia Estudantil; Auxílio Moradia; Auxílio Alimentação; Auxílio Transporte; Auxílio Didático; Auxílio Inclusão Digital; IX – Auxílio Creche; Auxílio Acessibilidade Auxílio Saúde; e Auxílio Emergencial.

A UFRSA possui programas de apoio pedagógico que se voltam desde questões de estrutura às questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. O apoio financeiro é garantido pelos Programas de Permanência e de Apoio Financeiro ao Estudante, conforme as Resoluções Consuni/UFRSA nº 001/2010 e 14/2010. O Programa Institucional de Permanência visa garantir a permanência do estudante na instituição para que ele possa concluir o curso no tempo regular, minimizando os efeitos da desigualdade socioeconômica proveniente de situações de vulnerabilidade social. Nesse caso, são disponibilizadas bolsas de permanência acadêmica, de apoio ao esporte e auxílio, como alimentação, moradia, didático pedagógicas transporte e auxílio-creche.

O Programa de Apoio Financeiro ao Estudante de Graduação oportuniza a concessão de bolsas aos discentes que participem de Centros Acadêmicos e do Diretório Central de Estudantes, além dos auxílios para estudantes que participem de eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico, esportivo, cultural, fóruns estudantis etc.

Some-se a isso os programas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Educação Tutorial (PET) e Monitoria Acadêmica que, em parceria com o Governo Federal, oferecem bolsas para a formação discentes nas respectivas áreas, funcionando também como um motivo para a permanência dos estudantes nos cursos de graduação.

As bolsas de monitoria são regidas pela Pró-Reitoria de Graduação com o apoio da equipe pedagógica do *campus*, por meio de editais anuais, conforme resolução vigente, que visam contribuir com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, oportunizar o interesse do estudante pela docência e intensificar a cooperação entre os docentes e discentes nas atividades de ensino.

Além das bolsas concedidas pela UFRSA e em parceria com o Governo Federal, a Universidade faz o acompanhamento da atuação dos alunos de graduação em outras instituições por meio do acompanhamento dos estágios supervisionados não-obrigatórios, quando for o caso. Regidos pela lei de estágio, Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estudante pode realizar estágio como atividade opcional, acrescida

à carga horária regular e obrigatória de seu curso.

O Programa de Estágio não obrigatório da UFERSA objetiva a preparação do estudante para o mercado de trabalho, por meio de atividades correlatas a sua formação profissional na interrelação existente entre o conhecimento teórico e prático. São também ofertadas vagas, por meio de editais, para que os estudantes possam estagiar na própria UFERSA.

Outro mecanismo de apoio aos discente é executado por meio das Ações de Apoio à melhoria do Ensino de Graduação (AAMEG) e do Programa de Desenvolvimento de Aprendizagens Básicas (DAB – Nivelamento). O DAB visa apoiar, por meio de auxílio financeiro, o desenvolvimento de propostas de cursos de nivelamento em português, matemática, química, física e algoritmos. Esses cursos objetivam sanar eventuais dúvidas e reforçar conceitos básicos indispensáveis durante a formação dos alunos de graduação. Já as Ações de Apoio à Melhoria do Ensino de Graduação (AAMEGs) têm como objetivo estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de Ensino dedicados à melhoria das condições do ensino de graduação na UFERSA e que sejam caracterizados pela demonstração da necessidade dos cursos ou disciplinas solicitantes, por proporcionar a realização de atividades pedagógicas inovadoras. Esses programas atuam na busca de apoio pedagógicos para as necessidades de aprendizagem dos alunos, colaborando com a permanência deles no curso ao garantirem o apoio às dificuldades que possam enfrentar no processo de aprender.

3.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (PARECER CNE/CP nº 1/2006) instituem e estabelecem, especificamente, sobre o perfil, as competências e as áreas em que o egresso da licenciatura em Pedagogia torna-se apto para atuar. Esperamos que todos os discentes da Licenciatura em Pedagogia Bilingue da UFERSA dominem as referidas competências, atuando com pessoas surdas e ouvintes. De acordo com o documento citado, o egresso deverá estar apto para

- I. atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II. compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de formação a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III. fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidades de escolarização na idade própria;

- IV. trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V. reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI. ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII. relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII. promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX. identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X. demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI. desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII. participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV. realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre discentes e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XV. utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XVI. estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, o egresso da Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, mediante o processo formativo, tornar-se-á apto para atuar nas seguintes áreas, todas envolvendo pessoas surdas e ouvintes: 1) “exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, p.1); 2)

trabalhar em espaços escolares e não-escolares, 3) atuar e participar diretamente na gestão das instituições escolares; 4) atuar como pesquisador (BRASIL, 2006).

Além dessas áreas de atuações que constam nas Diretrizes específicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, existem também as áreas explicitadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), quais sejam: 1. Coordenador Pedagógico; 2. Orientador educacional; 3. Professor de técnicas e recursos audiovisuais; 4. Supervisor de ensino e 5. Designer educacional. Verifica-se uma ampliação referente às áreas estabelecidas pela CBO, todas envolvendo espaços educacionais com pessoas surdas e ouvintes.

3.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Para o perfil profissional do egresso, deseja-se que seja formado de forma plena e que desenvolva habilidades e competências da sua área, seja um sujeito crítico, reflexivo, dialógico, ético, humano, responsável, pesquisador, com consciência ambiental e que promova a acessibilidade linguística e, portanto, tornem-se imbricados com as discussões sobre inclusão social.

O curso objetiva formar um profissional apto para:

- refletir e discutir sobre o processo de alfabetização e letramento dos surdos;
- contribuir para a elaboração de materiais didáticos bilíngues;
- aquecer debates interdisciplinares na perspectiva bilíngue que contribua para a formação dos educandos surdos;
- compreender a formação continuada como uma possibilidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos;
- propor procedimentos metodológicos e avaliativos com foco no perfil dos discentes surdos considerando as suas especificidades e contextos;
- fomentar o diálogo e a colaboração entre os demais profissionais educacionais, discentes, família e comunidade;
- envolver-se com as lutas e pautas da comunidade, associações de surdos e para a criação de mais escolas bilíngues no país.

Este profissional deve estar preparado para atuar com a diversidade existente na própria comunidade surda (surdos, deficientes auditivos sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação, surdos cegos e surdos com outras deficiências associadas), em diferentes etapas da Educação Básica: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino

Fundamental, nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional, Ensino Médio Normal, gestão escolar e em diversos contextos educacionais: escolares e não-escolares.

3.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O curso de Pedagogia Bilíngue da UFERSA buscará garantir ao pedagogo formado as seguintes competências.

Comprometimento com a função social da escola:

- conduzir o processo de ensino, aprendizagem e avaliação escolar por meio de uma prática educativa inclusiva e multicultural, respeitando e buscando conhecer o aluno e seu meio social;
- promover a articulação de conhecimentos sobre a realidade social, cultura, política e econômica com foco no contexto da escola e do município;
- atuar de maneira colaborativa para a gestão da escola, projeto pedagógico e curricular;

Comprometimento com o domínio do conhecimento pedagógico:

- ter domínio dos conteúdos relacionados à atividade docente buscando aplicá-los de forma mais adequada às atividades em sala de aula, ao público surdo e ouvinte, e outros fatores decorrentes do exercício profissional;
- planejar situações didáticas que promovam a aprendizagem satisfatória e inclusiva dos alunos, bem como o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, integrando adequadamente o conjunto de conhecimentos das disciplinas e uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC);

Comprometimento com princípios democráticos:

- zelar pela qualidade do seu trabalho na escola, ancorado em princípios relativos à dignidade humana, respeito mútuo, diálogo, solidariedade, inclusão e justiça social;

Comprometimento com a postura do professor pesquisador:

- atuar com olhar de professor pesquisador, na busca da compreensão de todos os aspectos que envolvam seu contexto de trabalho, objetivando aperfeiçoamento de sua prática pedagógica;
- refletir sobre sua prática profissional com adoção de postura flexível e crítica em relação às ocorrências do cotidiano escolar;
- refletir constantemente sobre as bases éticas, filosóficas, políticas, epistemológicas e metodológicas que orientam a sua prática diária como docente, de modo a perseguir os princípios e finalidades da política nacional de educação.

3.7 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Ao formular a proposta para o curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, na UFERSA, reportamo-nos às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Conselho Pleno (CP), que definem princípios, condições de ensino e de aprendizagem, bem como procedimentos a serem observados no planejamento e avaliação dos referidos cursos, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP Nº 5/2005 e Nº 3/2006.

Inicialmente, observamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Pedagogia (Parecer CNE/CP Nº 01/2006). Assim, são levados em consideração:

- a) O que determina o Art. 2 do Parecer, para a definição da área de atuação;
- b) O que determinam os Art. 3º e Art. 5º do Parecer, para a definição de conhecimentos, habilidades e princípios norteadores da prática profissional, a serem desenvolvidas pelos discentes, ao longo do curso;
- c) O que determina o Art. 4º do Parecer, para a definição da finalidade do curso;
- d) O que determina o Art. 6º do Parecer, para a definição da estruturação do curso;
- e) O que determinam os Art. 7º e Art. 8º do Parecer, para a definição da carga horária do curso e os modos de integralização dos estudos;
- f) O que determina o Art. 13º do Parecer, para a implementação e avaliação das diretrizes no curso.

O artigo 6º da Resolução do CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, também determina que a política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípios relevantes

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;

II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;

III - a colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos previstos na política nacional de formação de professores para a Educação Básica;

IV - a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;

VI - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

VII - a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;

VIII - a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente;

IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e

X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a

arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Assim, buscamos observar as resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como os documentos norteadores da Instituição, tais quais o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), para articular:

- a coerência do currículo com os objetivos e as finalidades do curso e com o perfil desejado do egresso;
- a adequação da metodologia de ensino à concepção do curso;
- a inter-relação dos componentes curriculares na concepção e execução do currículo;
- a adequação, atualização e relevância da bibliografia e dimensionamento da carga horária dos componentes curriculares.

Além disso, o Parecer CNE/CEB Nº. 2/2020 dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue. De acordo com este documento, o CNE vem trabalhando em “Diretrizes Curriculares para Educação Bilíngue para Populações Surdas”, objetivando regulamentar e promover os seus direitos educacionais. O trabalho vem sendo desenvolvido em conjunto com representantes dessas populações, com especialistas, acadêmicos e instituições de várias regiões do país.

Embora esse documento esteja em formulação, ele determina que, enquanto o CNE não concluir diretrizes específicas para as populações surdas, o que ali está disposto abarcará as escolas bilíngues para surdos. Nessas escolas, a educação dar-se-á em Libras, sendo a Língua Portuguesa escrita abordada como língua adicional. Esta resolução ainda afirma que as escolas que não são bilíngues e que acolhem pessoas surdas devem cumprir a legislação existente.

Assim, este parecer demarca que a educação para o público surdo deve ser bilíngue e que esse processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer em Libras e, num segundo momento, em Língua Portuguesa na modalidade escrita. Todos os demais aportes legais devem ser considerados, a fim de contemplar a comunidade surda e assegurar o direito à educação.

Nesse sentido, a busca pela coerência do currículo com as DCN orienta os objetivos do curso de Pedagogia Bilíngue, refletindo-se na estrutura curricular, que reúne um conjunto de componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres, de modo a atender os requisitos instituídos pela CNE, bem como as finalidades previstas. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Pedagogia, com ênfase na perspectiva bilíngue, no par Libras-Língua Portuguesa, como também à formação profissional que objetiva oferecer subsídios ao exercício da docência, de maneira a possibilitar ao egresso demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas e inclusivas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um pedagogo bilíngue.

Tentou-se conciliar a carga horária mínima necessária para garantir a formação do profissional educador, segundo o perfil delineado, e as exigências normativas determinadas pela Legislação Federal e Institucional. A inclusão de componentes curriculares optativos objetiva complementar a formação do acadêmico e, em casos específicos, preencher eventuais lacunas decorrentes dos limites de carga horária impostos pela legislação.

Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no acadêmico a consciência da necessidade de uma busca contínua pelo aperfeiçoamento em sua área de atuação, a fim de garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, o qual tem se tornado cada vez mais seletivo e ainda resistente à inclusão da comunidade surda.

3.8 ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A educação é um instrumento de transformação social, fundamento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, a educação é direito humano fundamental – tal qual o direito à vida, à liberdade e à igualdade – e tanto assim o é que, no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é tida como instrumento que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca ainda que se trata de um direito subjetivo, individual, de modo que todo cidadão tem direito à educação.

Assim, a educação tem um papel fundante na formação do sujeito integral, cidadão, crítico, reflexivo, dialógico e transformador do seu entorno, ideias defendidas por Freire (2005). A educação pode acontecer em muitos espaços, como na escola ou na universidade, onde as interações entre os sujeitos ocorrem e são salutares para o processo de ensino e aprendizagem. Vygotsky (1991) também afirmava que a aprendizagem acontece nas relações e interações dos sujeitos. Na esteira deste pensamento, o PPI de 2019 enfatiza que a missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase na região semiárida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (PDI 2015-2019).

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Centro Multidisciplinar de Caraúbas é ancorado por diferentes abordagens filosóficas, atendendo às especificidades da habilitação em Pedagogia, numa formação acadêmica em que haja integração entre ensino, pesquisa e extensão, e se compromete em formar sujeitos em seu desenvolvimento pleno, crítico, reflexivo e atuante na sociedade: profissionais competentes e qualificados.

Mesmo compreendendo a autonomia das universidades na criação de componentes curriculares e no estabelecimento do regime didático dos diferentes cursos

(cf. a Lei 4.024/61 do CFE), este PPC aponta a ciência de que a organização e o funcionamento do Ensino Superior devem estar de alguma maneira articulados com o Ensino Básico (cf. a Lei 9.394/96 CFE).

A respeito da relação da Universidade com o espaço escolar, Nóvoa (2019, p. 14) afirma:

[...] do lado da Universidade, é importante que haja uma grande abertura, no diálogo com as escolas e os professores, induzindo oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional. Do lado das escolas, é importante que haja um compromisso de acolhimento e de trabalho com os licenciandos e os professores iniciantes.

O curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue contribui para a formação de profissionais com os saberes e conhecimentos teóricos e práticos da sua área do conhecimento, ofertando para o mercado de trabalho do RN profissionais qualificados sobre os saberes docentes que contribuem para essa formação, em acordo com o que versa Tardif (2002) sobre os saberes disciplinares, curriculares, formação profissional e experienciais.

Para formar docentes implicados com a sua prática, Fazenda (2011, p. 88) alude que “o ensino interdisciplinar nasce na proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim, uma ‘nova Pedagogia’, cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica”. Isto é, o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue se encontra articulado com o movimento de renovação da atitude do profissional. Ao encontro dessas ideias, Morin (2010) defende que o pensamento é complexo e, portanto, as áreas do conhecimento não devem estar fragmentadas, isoladas, mas interligadas.

Nesta perspectiva, Bakhtin (2016), em colaboração com Volochinov (2017) e Medviédev (2012), grupo de estudiosos conhecidos como Círculo de Bakhtin, elabora uma proposta filosófica e metodológica para pensar a linguagem cunhada de perspectiva dialógica, de viés discursivo, orientada para a compreensão deste objeto como em relação intrinsecamente articulada dentro de uma corrente ininterrupta de enunciados, de natureza ideológica, social e histórica, que nunca pode desconsiderar os sujeitos ou a natureza interativa e responsiva, na qual cada ato de comunicação, em realidade, se configura. Desse modo, o grupo de pensadores aponta para a complexa natureza da linguagem e da sua ubiquidade na sociedade e naquilo que é humano. Sua teoria enunciativa, articulada à sua compreensão do gênero discursivo (BAKHTIN, 2016), tem

sido muito produtiva também para teorias de ensino-aprendizagem centralizadas nas línguas, tanto naturais como de segunda língua (como é o centro de discussões da Pedagogia Bilíngue), sendo hoje uma das principais teorias que orienta os Parâmetros Curriculares para o ensino de línguas no país.

Nesse escopo, o curso de Pedagogia Bilíngue se propõe a, sistematicamente, proporcionar ao aluno uma articulação entre as diversas áreas de conhecimentos, capacitando-o a lidar de forma crítica com esse objeto complexo que é a educação, sobretudo em contextos bilíngues, visando a promoção da identidade linguística da comunidade surda, bem como o favorecimento de seu desenvolvimento social (PNE, 2014/2024). Nesse âmbito, propomos a integração entre teoria e prática, saberes necessários ao educador contemporâneo.

De acordo com o que os escritos do Círculo de Bakhtin apontam, não é possível compreender nem, conseqüentemente, também ensinar de maneira abstrata e desarticulada do mundo da vida e de suas demandas, considerando as línguas mediadores dos conhecimentos como simples estrutura ou código; nem meramente como expressão individual e autóctone do sujeito falante em sua individualidade isolada. A compreensão dialógica assume uma perspectiva de que a linguagem, instância fundamental mediadora do sujeito com o mundo social, existe em relação dialética e dialógica com a realidade e com o sujeito social, posicionado e orientado sócio-historicamente, na qual o signo é, na verdade, uma arena de disputa ideológica (VOLOCHINOV, 2017) que, a cada momento, solicita do falante/sinalizante uma posição responsiva e ética (BAKHTIN, 2016; 2010). Alfabetizar, nessa perspectiva, e em consonância com Freire (2019), é também uma forma de produzir compreensões sobre o mundo para a sua transformação e para a prática da liberdade responsável e cidadã.

Conforme Quadros e Karnopp (2007, p. 30) “[...] as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distinguem dos demais sistemas de comunicação”. A língua de sinais tem um sistema linguístico próprio e nós a compreendemos em constante processo de mudança e transformação. Daí a sua importância na estrutura curricular de Pedagogia Bilíngue, na medida em que a educação bilíngue para surdos, compreendendo a língua de sinais como língua natural do povo surdo, deve ser a principal mediadora de todos os demais conhecimentos necessários à

formação básica, previstos nos documentos oficiais.

No curso de Pedagogia Bilíngue, o licenciando tem contato com a língua desde o primeiro semestre, pois, além dos componentes que visam a sua fluência na língua, ele também irá interagir com docentes e discentes, surdos e ouvintes, e intérpretes de Libras. Os componentes curriculares com foco na língua de sinais são ensinados de forma contextualizada e interdisciplinar, pretendendo explorar os campos da linguística, literatura surda, artefatos culturais, cultura, comunidade e identidade surda. Já os demais componentes curriculares estão sempre em diálogo com a perspectiva bilíngue e inclusiva. Ou seja, outro princípio teórico-metodológico fundamental aos processos de ensino e aprendizagem do curso é a interdisciplinaridade.

A Resolução CNE/CP Nº 02/2019, que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”, passou a tratar da interdisciplinaridade enquanto fundamento do processo de ensino aprendizagem, permitindo a flexibilização das dimensões teóricas e práticas, dos conteúdos, da formação específica e da autonomia intelectual. Para Fazenda (1994), a interdisciplinaridade é uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para uma unitária do ser humano. Vai mais longe, ainda, ao assegurar que o diálogo é a “única condição de possibilidade da interdisciplinaridade” (FAZENDA, p. 21).

Não é interesse para a formação do profissional do curso de Pedagogia Bilíngue restringir-se apenas à dimensão do ensino, em sala de aula, mas que se promova, dentro da estrutura curricular, o fomento à construção da pesquisa e da extensão como elementos basilares para a colocação do aluno no centro dos principais círculos de discussões acadêmicas em eventos (congressos, colóquios, simpósios, publicações em periódicos, grupos de leitura, grupos de pesquisa etc.) nacionais e internacionais e com as realidades possíveis de seu campo de atuação (estágio, programas de iniciação à docência, cursos e ações de extensão etc.).

Do ponto de vista da organização curricular, a interdisciplinaridade aqui se apresenta não como algo que visa superar o valor individual de cada componente curricular, mas a criação de condições que dinamizam o processo de ensino-

aprendizagem e a articulação entre os saberes específicos dos diversos componentes curriculares com as realidades locais. Postula-se, assim, que a metodologia melhor quista para este propósito seja aquela em que o indivíduo está como ponto de partida e de chegada. Assim, visando oferecer uma formação de qualidade, os ingressantes no Curso de Pedagogia Bilíngue da UFERSA são orientados para o exercício de aprendizagem e ensino sob uma perspectiva interdisciplinar articulando os conhecimentos didático-pedagógicos, linguísticos, sócio-históricos e culturais.

Para além disso, entendemos que em nosso processo de ensino deve estar envolvido as tecnologias pois, como observa Vani Moreira Kenski (2008), educação e tecnologia são indissociáveis. As tecnologias, ao longo do tempo, provocaram modificações na maneira de se fazer e pensar a educação: principalmente nesse novo cenário pós pandemia, os professores e instituições compreendem a importância da instrumentalização de recursos tecnológicos para mediação do conhecimento. Ainda sobre isso, Kenski (2018, p. 18) acrescenta: “Esse é também o duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios”.

A formação de qualidade dos docentes em Pedagogia Bilíngue deve ser vista em um amplo quadro de complementação da estrutura curricular do curso como um todo e que inclui, entre outros, um conhecimento de uso de tecnologias, das redes sociais e de suportes em variadas atividades de aprendizagem. Segundo Kenski (2008):

É preciso saber utilizá-los adequadamente. Identificar quais as melhores maneiras de usar as tecnologias para abordar um determinado tema ou projeto específico ou refletir sobre eles, de maneira a aliar as especificidades do “suporte” pedagógico [...] ao objetivo maior da qualidade de aprendizagem dos alunos (KENSKI, 2008, p. 106).

Assim, conclusivamente, compreendemos em nossa dimensão teórica metodológica de ensino e aprendizagem que as tecnologias vão muito além das ideias generalizadas de equipamentos e aparelhos materiais, sendo necessário promover modos inteligentes de uso de tecnologias a fim de que elas alcancem os propósitos educativos e pedagógicos.

3.9 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular aqui proposta visa a maior flexibilização possível do curso, permitindo que os discentes construam de maneira autônoma a sua formação acadêmica. O PDI (2021- 2025, p. 86) orienta:

[...] para promover a flexibilização, o PPI se baseia nas diretrizes do Plano Nacional de Educação e nos pareceres do CNE 776/97 e 583/2001, que ressaltam, dentre outros aspectos, a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia quanto das expectativas e dos interesses dos alunos. Os cursos de graduação devem ser desenvolvidos por meio de diretrizes curriculares que se afastem da ideia de formação como mero instrumento de transmissão do conhecimento.

Nesse contexto, uma concepção flexível do currículo implica, sobretudo, em oferecer caminhos e oportunidades de desenvolvimento educacional e profissional e em estimular a reflexão sobre sua prática enquanto discente e futuro docente.

A flexibilização curricular no curso de Pedagogia Bilíngue ocorre de forma gradativa e em diversas fases do curso, tanto no Núcleo de Estudos Básicos (NEB), quanto no Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE) e no Núcleo de Estudos Integradores (NEI), que oportunizam aos discentes o acesso às especificidades relacionadas às diferentes áreas no campo da educação e da educação bilíngue.

A inserção de 240 horas referentes às disciplinas de Práticas Pedagógicas Integrativas, bem como da carga horária de prática distribuída em diversas disciplinas, contribuirá para uma formação pautada no conhecimento do fazer pedagógico e auxiliarão no desenvolvimento das disciplinas de Estágio Supervisionado. Os discentes também têm a oportunidade de cursar quatro disciplinas optativas que abordam as mais diferentes temáticas.

No que se refere às disciplinas obrigatórias, procura-se permitir que o aluno possa traçar a melhor estratégia para cumpri-las, contemplando as suas demandas específicas de formação, por meio da diminuição no número de requisitos entre os diferentes componentes curriculares. Isso flexibiliza sobremaneira o currículo uma vez que permite adequar a carga horária semestral a necessidades individuais, sendo possível inclusive adiantar disciplinas de semestres seguintes.

Mencionamos, ainda, as diferentes ações e projetos de pesquisa e extensão previstos para o curso, que devem oportunizar diferentes olhares para os objetos de estudo das áreas de Educação e de Língua de Sinais, sendo, portanto, estratégias também de ampliação e de flexibilização do currículo.

Cabe mencionar ainda a modelização prevista para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), contemplando não apenas opções flexíveis de gêneros discursivos, a depender do projeto de interesse do aluno, como também um plano de acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de execução da pesquisa e produção do gênero de modo a construir possibilidades de efetivação satisfatória do requisito obrigatório para a obtenção do título, de modo a mitigar as dificuldades encontradas nesta etapa da formação, em que um número considerável de alunos desiste por não sentir-se capaz de concluí-la.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A integralização curricular será cumprida no tempo regular de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, oito anos. A carga horária total do curso de Pedagogia Bilingue corresponde a 3.280 (três mil duzentas e oitenta horas).

A proposta curricular aqui apresentada é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a formação de professores da educação básica; a segunda deriva da necessidade de formar profissionais capazes de atuar no ensino bilíngue nas etapas da Educação Básica, considerando as particularidades da Libras enquanto primeira língua para surdos e segunda língua para ouvintes, bem como da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos.

Enseja-se também a construção de um curso que atenda às especificidades da região em que se situa o Centro Multidisciplinar de Caraúbas, tais como a crescente demanda por profissionais qualificados para a educação bilíngue de surdos, o contínuo processo de inclusão social dos cidadãos surdos e a ampliação das oportunidades de formação para o público ouvinte e surdo no que diz respeito à perspectiva inclusiva.

A organização curricular representa uma seleção de conteúdos, organizados de modo a atingir certas finalidades para, dessa forma, contemplar a aquisição de habilidades determinadas. As disciplinas do curso buscam ensinar uma formação pedagógica ampla, interdisciplinar e inclusiva. Os componentes curriculares estão organizados em três núcleos estruturantes, conforme Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, a saber:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da

literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas [...];

II - um **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais [...];

III - um **núcleo de estudos integradores** que proporcionará enriquecimento curricular [...].

Na organização curricular pormenorizada nas seções seguintes, contempla-se ainda a existência de três eixos específicos da formação do licenciando:

I) prática pedagógica integrativa, cujo intento atende à perspectiva de inserção do licenciando em atividades de cunho teórico-prático que o preparem para a docência na educação básica;

II) estágio supervisionado, no curso de Pedagogia Bilingue é uma atividade a ser realizada em conformidade com a resolução vigente. O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, é acompanhado por um professor orientador do curso de Pedagogia Bilingue e por um supervisor da escola.

III) a extensão curricularizada, preconizada pela Resolução CNE nº 07/2018, visa incluir, nos componentes obrigatórios do currículo do curso, a proposição e execução de ações de extensão protagonizadas pelos discentes, correspondentes a 10% da carga horária do curso. Esse eixo permite a reflexão do licenciando sobre a realidade e articulação dos saberes e habilidades trabalhados no curso para responder a demandas da sociedade, contemplando a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, esse eixo possibilita que os alunos estejam sempre inseridos na realidade local, e, muitas vezes, ao seu espaço de atuação futura.

Os três núcleos de estudos, os quais se subdividem em eixos específicos, são: Núcleo de Estudos Básicos (NEB), Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE) e Núcleo de Estudos Integradores (NEI).

A carga horária destinada à Prática como Componente Curricular está distribuída em quatro disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores (NEI), nomeadas de Práticas

Pedagógicas Integrativas, com 60h cada, além de estarem presentes em algumas disciplinas de caráter teórico-prático, totalizando, nestas disciplinas, 180h, o equivalente a 420 horas de práticas pedagógicas como componente curricular, conforme Resolução CNE/CP nº 2/2019.

Os Estágios Supervisionados também se encontram no Núcleo de estudos integradores (NEI) por se tratar de "b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2016.

A curricularização da extensão, neste PPC, foi contemplada mediante a destinação de carga horária em algumas disciplinas, de acordo com a resolução UFERSA vigente.

CARGA HORÁRIA POR NÚCLEO	
NÚCLEO	CARGA HORÁRIA
Núcleo de estudos básicos (NEB)	1050
Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos (NADE)	1080
Núcleo de estudos integradores (NEI)	970
Disciplinas Optativas	180
Carga horária total de disciplinas (teóricas, práticas, extensão curricularizada, estágio)	3280
Atividades Complementares	105
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3385

A seguir, apresentamos detalhadamente a organização curricular do curso de Pedagogia Bilíngue. Primeiramente, apresentamos a carga horária destinada a cada núcleo previsto na seção anterior, assim como dos eixos de Prática como Componente Curricular, de Estágio Supervisionado e de Extensão.

DISCIPLINAS POR NÚCLEO E OFERTA						
Núcleos	Eixos Estruturantes	Disciplinas	OFERTA	CHT	CHP	CHEx
Núcleo de Estudos Básicos (NEB)	Formação pedagógica	Filosofia da educação I	Obrigatória	60	-	-
		Filosofia da educação II	Obrigatória	40	-	20
		Sociologia da educação	Obrigatória	60	-	-
		História da educação I: geral	Obrigatória	60	-	-
		História da educação II: educação brasileira	Obrigatória	60	-	-
		Estrutura e funcionamento da Educação Básica	Obrigatória	60	-	-
		Psicologia da educação I: desenvolvimento	Obrigatória	40	-	20
		Concepções e práticas da Educação Infantil I	Obrigatória	60	30	-
		Didática I: geral	Obrigatória	40	-	20
		Política, Planejamento e gestão educacional	Obrigatória	60	-	-
	Educação inclusiva	Fundamentos da educação bilíngue de surdos	Obrigatória	40	-	20

		Didática II: didática da educação de surdos	Obrigatória	60	30	-
		Educação na perspectiva inclusiva	Obrigatória	40	-	20
		Psicologia da educação de surdos	Obrigatória	40	-	20
		Educação para as relações étnicorraciais	Obrigatória	40	-	20
		Concepções e práticas da Educação Infantil II: bilíngue	Obrigatória	60	30	-
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE)	Libras e Língua Portuguesa	Introdução à Libras	Obrigatória	40	-	20
		Libras I	Obrigatória	40	-	20
		Libras II	Obrigatória	60	-	-
		Libras III	Obrigatória	60	-	-
		Libras IV	Obrigatória	60	-	-
		Libras V	Obrigatória	30	-	-
		Português e Libras como segunda língua I	Obrigatória	30	-	-
		Português e Libras como segunda língua II	Obrigatória	30	-	-
		Português e Libras como segunda língua III	Obrigatória	30	-	-

		Conversação em Libras I	Obrigatória	30	-	-
		Conversação em Libras II	Obrigatória	30	-	-
	Áreas do conhecimento específicas	Ensino de expressões artísticas: artes visuais, teatro, música, dança	Obrigatória	40	-	20
		Ensino de Geografia	Obrigatória	40	-	20
		Ensino de História	Obrigatória	40	-	20
		Ensino de Matemática	Obrigatória	40	-	20
		Ensino de Ciências	Obrigatória	40	-	20
		Ensino de Língua Portuguesa	Obrigatória	40	-	20
		Alfabetização e Letramento na concepção bilíngue I	Obrigatória	60	30	-
		Educação popular bilíngue no semiárido	Obrigatória	40	-	20
		Educação de jovens e adultos na perspectiva bilíngue	Obrigatória	60	30	-
Núcleo de Estudos Integradores (NEI)	Práticas pedagógicas	Práticas pedagógicas integrativas I	Obrigatória	-	60	-
		Práticas pedagógicas integrativas II	Obrigatória	-	60	-

		Práticas pedagógicas integrativas III	Obrigatória	-	60	-
		Práticas pedagógicas integrativas IV	Obrigatória	-	60	-
	Estágio	Estágio Supervisionado I: gestão escolar ou ambientes não escolares	Obrigatória	-	100	-
		Estágio Supervisionado II: educação infantil	Obrigatória	-	100	-
		Estágio supervisionado II: anos iniciais do Ensino Fundamental	Obrigatória	-	100	-
		Estágio Supervisionado IV: Educação de jovens e adultos	Obrigatória	-	100	-
	Pesquisa	Leitura e produção de textos acadêmicos	Obrigatória	40	-	20
		Metodologia do trabalho científico	Obrigatória	40	-	20
		Pesquisa em Educação	Obrigatória	60	30	-
		Trabalho de Conclusão de Curso I	Obrigatória	60	-	-

		Trabalho de Conclusão de Curso II	Obrigatória	60	-	-
Optativa I				30	-	-
Optativa II				60	-	-
Optativa III				60	-	-
Optativa IV				30	-	-

4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Semestre	Componente curricular	Departamento	Pré-requisito	Carga horária			
				Teórica	Prática	Extensão	Total
1º	Introdução à Libras	DLCH	-	40	-	20	60
	Filosofia da educação I	DLCH	-	60	-	-	60
	Sociologia da educação	DLCH	-	60	-	-	60
	Fundamentos da educação bilíngue de surdos	DLCH	-	40	-	20	60
	Leitura e produção de textos acadêmicos	DLCH	-	40	-	20	60
	Estrutura e funcionamento da Educação Básica	DLCH	-	60	-	-	60
	Práticas pedagógicas integrativas I	DLCH	-	-	60	-	60
	Subtotal				300	60	60
2º	Libras I	DLCH		40	-	20	60

	Português e Libras como segunda língua I	DLCH		30	-	-	30
	Filosofia da educação II	DLCH	Filosofia da educação I	40	-	20	60
	História da educação I: geral	DLCH		60	-	-	60
	Psicologia da Educação I: desenvolvimento	DLCH		40	-	20	60
	Concepções e práticas da Educação Infantil I	DLCH		60	30	-	90
	Práticas pedagógicas integrativas II	DLCH		-	60	-	60
	Subtotal			270	60	60	420
3º	Libras II	DLCH	Libras I	60	-	-	60
	Português e Libras como segunda língua II	DLCH	Português e Libras como segunda língua I	30	-	-	30
	Metodologia do trabalho científico	DLCH		40	-	20	60
	Psicologia da educação de surdos	DLCH	Psicologia da Educação I: desenvolvimento	40	-	20	60
	História da educação II: educação brasileira	DLCH	História da educação I: geral	60	-	-	60
	Didática I: geral	DLCH		40	-	20	60
	Concepções e práticas da Educação Infantil II: bilíngue	DLCH	Concepções e práticas da Educação Infantil I	60	30	-	90
	Subtotal			330	30	60	420
4º	Libras III	DLCH	Libras II	60	-	-	60

	Português e Libras como segunda língua III	DLCH	Português e Libras como segunda língua II	30	-	-	30
	Didática II: didática da educação de surdos	DLCH	Didática I: geral	60	30	-	90
	Educação na perspectiva inclusiva	DLCH		40	-	20	60
	Política, Planejamento e gestão educacional	DLCH		60	-	-	60
	Educação para as relações étnico-raciais	DLCH		40	-	20	60
	Ensino de expressões artísticas: artes visuais, teatro, música, dança	DLCH		40	-	20	60
	Subtotal			330	30	60	420
5º	Libras IV	DLCH	Libras III	60	-	-	60
	Ensino de Geografia	DLCH	Didática II: didática da educação de surdos	40	-	20	60
	Ensino de História	DLCH	Didática II: didática da educação de surdos	40	-	20	60
	Ensino de Matemática	DLCH	Didática II: didática da educação de surdos	40	-	20	60
	Ensino de Ciências	DLCH	Didática II: didática da educação de surdos	40	-	20	60

	Ensino de Língua Portuguesa	DLCH	Didática II: didática da educação de surdos	40	-	20	60
	Estágio Supervisionado I: gestão escolar ou ambientes não escolares	DLCH	Política, Planejamento e gestão educacional	-	100	-	100
	Subtotal			260	100	100	460
6º	Libras V	DLCH	Libras IV	30	-	-	30
	Pesquisa em Educação	DLCH	Metodologia do trabalho científico	60	30	-	90
	Estágio Supervisionado II: educação infantil	DLCH	Concepções e práticas da Educação Infantil II: bilíngue	-	100	-	100
	Alfabetização e Letramento na concepção bilíngue I	DLCH		60	30	-	90
	Educação popular bilíngue no semiárido	DLCH		40	-	20	60
	Práticas pedagógicas integrativas III	DLCH		-	60	-	60
	Optativa I	DLCH		30	-	-	30
	Subtotal			220	220	20	460
7º	Conversação em Libras I	DLCH		30	-	-	30
	Educação de jovens e adultos na perspectiva bilíngue	DLCH		60	30	-	90

	Estágio supervisionado III: anos iniciais do Ensino Fundamental	DLCH	Ensino de Geografia; Ensino de História; Ensino de Matemática; Ensino de Ciências; Ensino de Língua Portuguesa; Ensino de expressões artísticas	-	100	-	100
	Trabalho de Conclusão de Curso I	DLCH		60	-	-	60
	Práticas pedagógicas integrativas IV	DLCH		-	60	-	60
	Optativa II	DLCH		60	-	-	60
	Optativa III	DLCH		60	-	-	60
	Subtotal			270	190	-	460
8º	Conversação em Libras II	DLCH	Conversação em Libras I	30	-	-	30
	Estágio Supervisionado IV: Educação de jovens e adultos	DLCH	Educação de jovens e adultos na perspectiva bilíngue	-	100	-	100
	Trabalho de conclusão de curso II	DLCH	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	-	-	60
	Optativa IV	DLCH		30	-	-	30
	Subtotal			120	100	-	220
ATIVIDADES ACADÊMICAS							CH

CARGA HORÁRIA TEÓRICA OBRIGATÓRIA	1800
CARGA HORÁRIA TEÓRICA OPTATIVA	180
TCC	120
TOTAL CARGA HORÁRIA TEÓRICA	2100
ESTÁGIO CURRICULAR	400
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS	420
EXTENSÃO CURRICULARIZADA (10% do total)	360
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	105
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3385

4.1.1 Ementas, bibliografia básica e complementar

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
INTRODUÇÃO À LIBRAS	60h	40h	-	20h
<p>Ementa: Conceitos básicos da LIBRAS. Relação LIBRAS/Português. Status da língua de Sinais no Brasil. O trabalho com a língua sinalizada. Atividade prática: prática da LIBRAS: os cinco parâmetros, alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocabulários, sinais de nome. Ensino para surdos.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FELIPE, Tanya A. Libras em contexto. Brasília Editor: MEC/SEESP N°. Edição: 7, 2007. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Müller de. Curso LIBRAS 1 Iniciante + 1DVD. São Paulo: Editora EDUSP, 2006. QUADROS, R.M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. PIMENTA, N. Alfabeto Manual em LSB. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. PIMENTA, N. Configurações de Mãos em LSB. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. PIMENTA, N. Jogo Educativo ‘Configurações de Mãos’. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2000. RAMAL, Andréa Cecília. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	60h	60h	-	-
<p>Ementa: Concepções de Filosofia. Caracterização do pensamento científico e do senso comum. Método filosófico. O desenvolvimento da filosofia: filosofia oriental e ocidental, na Antiguidade, na Idade Média, Moderna e Contemporânea. Elementos de filosofia africana, afro-brasileira e indígena. O método filosófico no pensamento cotidiano pessoal e profissional.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2013.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação um estudo introdutório. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>LUCKESI, C.C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1991.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 14. ed. São Carlos - SP: Cortez/Autores Associados, 2005. 143 p. Educação contemporânea).</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h	60h	-	-
<p>Ementa: A emergência da sociologia como ciência. Principais correntes do pensamento sociológico e influência no pensamento educacional: Durkheim, Marx e Weber. Correntes contemporâneas da sociologia da educação. Educação, cultura e currículo. Cultura surda. Relação entre indivíduo e sociedade; educação e política. Estado, capitalismo, globalização e desigualdades.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.</p> <p>PRAXEDES, Walter; PILLETTI. Principais correntes da sociologia da educação. São Paulo: Contexto, 2021.</p> <p>QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.</p>				

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 58.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Edipro, 2020.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	60h	40h	-	20h

Ementa: História da surdez e dos surdos: aspectos clínico, sócio -antropológico e educacional. O impacto do Congresso de Milão (1880). Políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Legislação e Surdez. Abordagens educacionais na educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Surdez e língua de sinais: experiência visual do surdo. Educação de Surdocego: novos olhares sobre a diferença.

Bibliografia Básica

GAMA, F. J. **Iconographia dos signaes dos surdos-mudos.** Vol. 1. Rio de Janeiro: INES, 2011.

KINSEY, A. A. **Atas Congresso de Milão 1880.** Vol. 2. Rio de Janeiro: INES, 2011.

PERLIN, Gládis & STROBEL, Karin - Teorias da Educação e Estudos Surdos - Licenciatura em Letras LIBRAS na modalidade a distância – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão - Florianópolis 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/110436.htm>.>

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm.>

BACELLAR, A. O. **A surdo Mudez no Brasil (CADEIRA DE HYGIENE).** Vol. 6. Rio de Janeiro: INES, 2013.

GABEL, Vallade. **Compendio para o ensino dos surdos-mudos.** Vol. 3. Rio de Janeiro: INES, 2012.

HOTT, Bruna Silva et al. **TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.** Episteme Transversalis, [S. l.], v. 13, n.

1, abr. Rio de Janeiro, 2022. ISSN 2236 -2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2602>>

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	60h	40h	-	20h

Ementa: Fundamentos pedagógicos para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Modelos e processos de leitura e escrita de textos de natureza acadêmico-científica. Estrutura estilístico-composicional de gêneros acadêmicos comuns. Práticas danosas na academia: o caso do plágio.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
 KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria & prática.** Campinas, SP: Pontes, 2001.
 KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2015.
 MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.
 MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Bibliografia Complementar

GARCEZ, Lucília Helena C. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.
 MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 MARCUSCHI, L. M. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.
 SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h	60h	-	-

Ementa: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e políticas educacionais para a educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos

educacionais em todos os níveis da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais (Lei Nº 10.639/2003 Nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004). Legislação educacional sobre a educação de pessoas surdas (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005).

Bibliografia Básica

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília -DF. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007. SAVIANI, Dermeval.

PDE - **Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. MEC,1998, p. 58 -59.

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001. KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e Educação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAVIANI. Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas -SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI. Dermeval. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS I	60H	-	60h	-

Ementa: Analisar diferentes contextos escolares e refletir sobre a atuação docente na Educação Básica. Estudo sobre o planejamento e gestão escolar.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. (Org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

CANÁRIO, R. **A escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola – teoria e prática**. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

Bibliografia Complementar

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural**. In: DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos olhares sobre a Educação e Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. SANTOS, Akiko (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

SAMPAIO, Carmen Sanches; PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. **Nós e a escola: Sujeitos, saberes e fazeres cotidianos**. Rio de Janeiro: Editora Rovel, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 40ª edição – Campinas: Autores Associados, 2007.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LIBRAS I	60h	40h	-	20h

Ementa: Movimentos corporais e faciais com ênfase em mímicas e gestos. Diferenças nas expressões faciais gramaticais e afetivas. Uso dos parâmetros da Libras: configurações de mão, movimento, ponto de articulação, orientação da mão e direção da mão. Reflexão sobre as estruturas léxico-gramaticais para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas na Libras.

Bibliografia Básica

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273 p.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

CAMPELO, A. R. et al. **Libras fundamental: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes**. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena (Coord.). **Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia**. Porto: Livpsic, 2013. 513 p. ISBN 9789897300240

GESSER, A. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PORTUGUÊS E LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA I	30h	30h	-	-
<p>Ementa: Introdução aos estudos léxico-gramaticais da língua portuguesa na perspectiva de segunda língua. Análise do gênero textual acadêmico em segunda língua. Desenvolvimento da capacidade de expressão escrita, com base nos processos de composição textual e nos aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos que envolvem a organização textual e discursiva em segunda língua.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.</p> <p>CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira. São Paulo, SP: EDUSP. 2001.</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.163-187.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a Comunicação das Pessoas com Surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.</p> <p>KARNOPP, L.; KLEIN, M.; Lise, Marcia. Cultura Surda: na contemporaneidade. Ulbra, 2011.</p> <p>SOUZA, M. R. & GÓES, M. C. R. O ensino para surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: SCLIAR, C. B. (Org.). <i>Atualidade da educação bilíngüe para surdos</i>. V.1. Porto Alegre: Mediação, 1999.</p> <p>SOUZA, R. M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. Em <i>Surdez – Processos Educativos e Subjetividade</i>. Cristina Broglia Feitosa Lacerda e Maria Cecília Rafael de Góes (org.) Lovise. São Paulo, 2000.</p> <p>QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. Idéias para ensinar português para discentes surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	60h	40h	-	20h
<p>Ementa: Relação entre filosofia e educação. Principais correntes filosóficas e a influência no pensamento educacional. O surgimento da Pedagogia como disciplina específica. Correntes da filosofia da educação. Contraposições entre o pensamento moderno e o pós-modernismo e como influencia o pensamento educacional. O ensino de filosofia para surdos.</p>				

Bibliografia Básica

KONDER, Leandro. **Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2006.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas : Autores Associados, 1973.

Bibliografia Complementar

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I: GERAL	60h	60h	-	-

Ementa: O que é educação. Papel da educação no desenvolvimento histórico da humanidade. Fundamentos de Antropologia da educação. A educação no comunismo primitivo. A educação na Antiguidade grega e na Antiguidade oriental. A educação na sociedade romana. A educação na Idade Média. A educação na sociedade burguesa. A universalização da escola no capitalismo ascendente. O papel da educação na sociedade capitalista contemporânea.

Bibliografia Básica

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 6 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, Cultrix, 1971.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

ROSA, Maria da Glória de. **A história da Educação através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1971.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
Psicologia da Educação I: desenvolvimento	60h	40h	-	20h
<p>Ementa: A constituição da Psicologia como ciência. Abordagens e métodos de pesquisa em Psicologia. As relações entre psicologia, educação e a sociedade industrial. Importância dos estudos e pesquisas em torno do desenvolvimento cognitivo, sócio-emocional, da aprendizagem e da motivação.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>COOL, C.; PALÁCIO, J. & MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. 2aed. Porto Alegre: Artmed, vol. 1, 2004. GARDNER, H. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p> <p>PATTO, M. H. S. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.</p> <p>TELES, Maria Luiza Silveira. Uma introdução à psicologia da educação. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.</p> <p>VALLS, E. Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artmed, 1996.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. A. P. Psicologia das Relações Interpessoais: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos. São Paulo: Vozes, 1987.</p> <p>PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
Concepções e práticas de Educação Infantil I	90h	60h	30h	-
<p>Ementa: Infância e educação: concepções e políticas. Educação Infantil no contexto contemporâneo: características e legislação. Especificidades do trabalho docente na Educação Infantil.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9.394/96.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação, Resolução no.5/2009 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil). Brasília: MEC/CNE, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, MEC/SEF/COEDI 1995.</p> <p>CAMPOS, Maria Malta et al. A qualidade na Educação Infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, n. 142 jan-abr 2011.</p>				

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

CRUZ, Silvia H. V. **A qualidade da Educação Infantil, na perspectiva das crianças.** In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. A escola vista pelas crianças. Porto (Portugal): Editora Porto, 2008.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia, KISHIMOTO, Tizuko Morchida e PINAZZA, Mônica (orgs.). **Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco.** In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS II	60H	-	60h	-

Ementa: Diagnóstico de contextos escolares e não-escolares (CAPS, ONG, associações, empresas, classes hospitalares, educação em prisões, etc.) para atuação dos profissionais em Letras, nos domínios da língua e da literatura.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.** Campinas, SP: UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

NETO, João Clemente de Souza; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério. **Pedagogia Social.** São Paulo: 2009.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana P. G. **Explorando outros cenários: Educação Não Escolar e Pedagogia Social.** Revista Unisinos de Educação, v. 10, n. 3, São Leopoldo: Unisinos, 2007.

Bibliografia Complementar

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. **Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida.** Educação e Pesquisa, v. 32, n. 1, São Paulo: Jan/Abril 2006.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **A experiência em formação.** Educação, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 147 -156, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

STRAUS, D. **Criando Colaboração Produtiva: 5 formas de obter colaboração das equipes e aumentar resultados.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 40ª edição – Campinas: Autores Associados, 2007.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LIBRAS II	60h	60h	-	-

Ementa: Exploração do espaço de sinalização do ponto de vista linguístico e topográfico. Descrição visual de nível inicial: técnicas e habilidades. Estudo das situações prático-discursivas da Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível inicial para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
 QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
 STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da LIBRAS**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.

Bibliografia Complementar

CAMPELO, A.R. et al. **Libras fundamental: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes**. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.
 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingüe da Língua de Sinais Brasileira**. v. I e II. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
 FELIPE, T.A. **Libras em contexto: curso básico**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
 FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
 PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 2 – Iniciante**. 3 ed. rev., e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PORTUGUÊS E LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA II	30h	30h	-	-

Ementa: Produção de resumos e/ou resenhas em português e Libras. Escolhas linguísticas e organização retórica. Especificidades da escrita e sinalização acadêmica. Formas de menção a autores. Atribuição de atos. Procedimentos de inserção de vozes no texto. Organizadores textuais em Libras e português. Mecanismos linguísticos.

Bibliografia Básica

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP. 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.163-187

Bibliografia Complementar

SOUZA, M. R. & GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão**. In: SCLiar, C. B. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. V.1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, R. M. **Práticas alfabetizadoras e subjetividade**. Em Surdez – Processos Educativos e Subjetividade. Cristina Broglia Feitosa Lacerda e Maria Cecília Rafael de Góes (org.) Lovise. São Paulo. 2000.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para discentes surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a Comunicação das Pessoas com Surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; Lise, Marcia. **Cultura Surda: na contemporaneidade**. Ulbra, 2011.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	60h	40h	-	20h
Ementa: Conceitos básicos sobre ciência, método e pesquisa científica. A produção científica na universidade. O uso da biblioteca na exploração de documentação bibliográfica. Diretrizes para a interpretação de textos. Exercício teórico-prático de acesso a fontes de informação e de elaboração de relatório: A pesquisa bibliográfica e de campo.				

Bibliografia Básica

- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 315
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2008.

Bibliografia Complementar

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2009.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
Psicologia da Educação de Surdos	60h	40h	-	20h

Ementa: Importância, conceito, características e tipos de aprendizagem. Perspectivas teóricas de aprendizagem. Fatores que interferem na aprendizagem. A surdez e seus atravessamentos com a Psicologia. Constituição psíquica do sujeito surdo. Efeitos subjetivos na constituição psíquica dos sujeitos surdos. A família, a escola, o trabalho e o surdo.

Bibliografia Básica

- BENAVIDES, Florence; BOUKOBZA, Claude. **A clínica do holding**. In: WANDERLEY, Daniele de Brito (org.). *Palavras em torno do berço*. Salvador: Ágalma, 1997, p. 89-106.
- DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Florianópolis. Centro de filosofia e ciências humanas. Programa de pós-graduação em psicologia. Florianópolis: UFSC, 2005.
- FERNANDES, Eulália. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- FRANÇOZO, Maria de Fátima de Campos. **Família e surdez: Algumas considerações aos profissionais que trabalham com famílias**. In: SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria (orgs.). *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: Plexus Editora, 2003.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia de grupo e análise do ego (1921)**. In: **Obras completas**. vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.89-179.

Bibliografia Complementar

GEOVANINI, Fátima Cristina Melo. **Da Psicanálise à surdez** – uma escuta psicanalítica em instituição escolar para surdos. Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, n. 8, p. 16-20, dez. 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002. GONÇALVES, Luis Alberto C.; SILVA, Petronílla Beatriz G. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MARTINS, Ricardo Vianna. **Língua de sinais e subjetividade**. Porto Alegre, 2003. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas. **Mãe ouvinte/filho surdo: a importância do papel materno no contexto do brincar**. In: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003. p. 99-112.

SANCHES, Carlos M. G. La. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. SKLIAR, Carlos (org). Porto Alegre: Mediação, 1997.

STRÖBEL, Karin Lílian; DIAS, Sylvania Maia Silva. **Surdez: abordagem geral**. Curitiba: Apta Gráfica e Editora, 1995. VORCARO, Ângela. Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II: EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60h	60h	-	-
Ementa: Primeiras práticas educativas no Brasil colônia: educação, aculturação dos povos originários e negação da educação aos povos escravizados. Educação no Brasil e as etapas econômicas da história do país. Educação no império e primeira república. Educação das mulheres. Educação e modernização. Debates e políticas educacionais no século XX. A educação nos dias atuais. A educação no Rio Grande do Norte com foco no semiárido.				
Bibliografia Básica				
RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar . Campinas, SP: Autores Associados, 2003.				
ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da Educação no Brasil . Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.				
SAVIANI, Dermeval. História das Ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2007.				

Bibliografia Complementar

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DE AZEVEDO, Crislane Barbosa; DOS SANTOS, Rosa Milena. **História da educação no Rio Grande do Norte: instituições escolares, infância e modernidade no início do século XX**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
DIDÁTICA I: GERAL	60h	40h	-	20h

Ementa: Perspectiva histórica do desenvolvimento da Didática. Tendências pedagógicas e estrutura social brasileira. Fundamentação teórico-metodológica e sistematização da prática docente considerando os aspectos político, intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Análise da organização do ensino e as competências gerais docente.

Bibliografia Básica

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF:MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CANDAU, Vera. **Didática – questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: identidades e saberes da docência**. In: Pimenta, Selma Garrido (Org) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília (DF). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

CANDAUI, Vera Maria. **Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança; um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: paz e Terra, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em Educação: questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2018.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. **Por uma didática da educação superior**. 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
Concepções e práticas de Educação Infantil I	90h	60h	30h	-
<p>Ementa: Infância e Educação Bilíngue para Surdos: concepções e história. Especificidade da Educação Bilíngue para Surdos: a indissociabilidade entre cuidar e educar. Identidade Profissional na Educação Bilíngue para Surdos: formação, atuação e trabalho docente. Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue. Resoluções. Observação e Escuta das Crianças Surdas de Zero a Cinco Anos. Relações: Criança X Criança, Criança X Adulto, Instituição X Família. Currículo na Educação Bilíngue para Surdos: As Linguagens Infantis. Organização do Trabalho Pedagógico: Planejamento na Educação Bilíngue. Organização da Rotina e do Ambiente e Avaliação na Educação Bilíngue para Surdos.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>SKLIAR, C. (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</p> <p>MITJÁNS-MARTINEZ, A.; TACCA, M. C. Villela Rosa (orgs). Possibilidades de Aprendizagem: Ações Pedagógicas para discentes com dificuldade e deficiência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. 271p.</p> <p>KARNOPP, L. B. Aquisição fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda. Tese de Doutorado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre.</p> <p>KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite. (Org.). A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p. 214-230.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>CANDAUI, V. M. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.</p> <p>FRANÇA, Gisela Wajskop. Brincar na educação infantil: uma história que se repete. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128.</p> <p>FORMOSINHO-OLIVEIRA, Julia, LINO, Dalila, NIZA, Sergio (orgs.). Modelos Curriculares para a Educação de Infância: construindo uma práxis de participação. Coleção Infância. Porto Editora, 2007.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LIBRAS III	60h	60h	-	-

Ementa: Descrição visual de nível intermediário: técnicas e habilidades. Uso de expressões não-manuais com enfoque facial. Classificadores: Tipos de classificadores e restrições que se aplicam ao uso dos mesmos. Estudo das situações prático-discursivas da Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível pré-intermediário para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais**. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 QUADROS, R.M. de; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (Org.). **Estudos da língua brasileira de sinais I**. Florianópolis: Insular, 2013.

Bibliografia Complementar

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Loyola, 2008.
 FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
 GESSER, A. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
 TEIXEIRA, V.G. **A iconicidade e arbitrariedade na Libras**. Disponível em: http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS/A%20iconicidade%20e%20arbitrariedade%20na%20Libras%20-%20VANESSA.pdf
 FELIPE, T. A. **Libras em contexto: curso básico**, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PORTUGUÊS E LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA III	30h	30h	-	-

Ementa: Diário de pesquisa. Planos globais de textos acadêmicos e suas diferentes partes. Mecanismos de argumentação e de escrita objetiva e impessoal. Gêneros acadêmicos/científicos. Organização da bibliografia, de acordo com as normas ABNT e da Instituição, será apresentada e exemplos serão feitos com os alunos. Usos de citações.

Bibliografia Básica

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP. 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.163-187

SILVA, F. I. (etall). **Aprendendo Libras como segunda língua: básico**. Santa Catarina: NEPESIFSC. 2008.

Bibliografia Complementar

SOUZA, M. R. & GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão**. In: SCLiar, C. B. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. V.1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, R. M. **Práticas alfabetizadoras e subjetividade**. Em *Surdez – Processos Educativos e Subjetividade*. Cristina Broglia Feitosa Lacerda e Maria Cecília Rafael de Góes (org.) Lovise. São Paulo. 2000.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para discentes surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a Comunicação das Pessoas com Surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; Lise, Marcia. **Cultura Surda: na contemporaneidade**. Ulbra, 2011.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
DIDÁTICA II: DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	90h	60h	30h	-

Ementa: Didática cultural dos surdos. Metodologias de trabalho didático para alunos surdos. Planejamento de aula em contexto bilíngüe. Avaliação da aprendizagem de alunos surdos em contexto bilíngüe. O trabalho pedagógico com o português escrito como segunda língua. Recursos didáticos e tecnológicos para o ensino de surdos.

Bibliografia Básica

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.) **A Invenção da Surdez II: Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997.
HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	60h	40h	-	20h

Ementa: Necessidades educacionais especiais e deficiência: conceituação. A especificidade da Educação Especial como área de atuação e de conhecimento. Contextualização histórica da Educação especial. Educação especial e educação inclusiva. Modalidades de atendimento da Educação especial. Políticas públicas de Educação especial e inclusão no Brasil e no Rio Grande do Norte. Tipos de necessidades educacionais especiais: classificação e abordagens para a prática pedagógica.

Bibliografia Básica

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
MAZZOTTA, Marcos José. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
SKLIAR, C. (org.). **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

Bibliografia Complementar

GARCIA, Maria Teresa e BEATON, Guilherme Arias. **Necessidades Educativas Especiais: desde o enfoque histórico-cultural**. São Paulo: Linear, 2010.
KASSAR, Mônica de Carvalho M. **Múltipla e Educação no Deficiência Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, Autores Associados, 1999. MANZINI, Eduardo José (org.). **Inclusão e Acessibilidade – Marília**: ABPE, 2006.
RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. – São Paulo: Summus, 2006.
ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SASSAKI, Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL	60h	60h	-	-
<p>Ementa: Conceituação de política, política educacional, administração e avaliação da educação. Estado e política educacional no Brasil. Concepções de planejamento, administração e gestão educacional. Políticas educacionais contemporâneas e suas reverberações na escola básica. Avaliação nacional da educação, dos sistemas e das unidades escolares. Principais reformas educacionais. Instrumentos de planejamento e avaliação contemporâneos: análise em perspectiva crítica.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes Teixeira. Planejamento educacional em tempos de reforma: onde fica a escola? 28ª Reunião Anual da Anped (GT 05: Estado e Política Educacional). Caxambu, MG, 16 a 19 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.anped.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2009.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. Série Idéias, n. 15. São Paulo: FDE, 1992. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br. Acesso em: 27 de maio de 2009.</p> <p>VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>RIO GRANDE DO NORTE. Plano estadual de educação (2015-2024). Natal, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Simone/Downloads/Plano%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o(PEE).pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.</p> <p>SANDER, Benno. Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.</p> <p>TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p.84-89.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60h	40h	-	20h
<p>Ementa: Fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira. A questão da identidade nacional. Identidades culturais. Desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais no Brasil contemporâneo. Políticas públicas e ações afirmativas. Orientações pedagógicas, políticas e ações para a educação das relações étnico-raciais. Papel do currículo e das práticas pedagógicas diante das violências geradas pelo racismo e decorrentes das relações étnico-raciais.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. tradução de Renato da Silveira . Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_branças.pdf</p> <p>GOMES, Nilma Lino (Org.); SILVA, P. B. G. e (Org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.</p> <p>GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 54, p. 147-156, 1999. Disponível em https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de[1]rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf</p> <p>HOOKS, BEL. Ensinando a Transgredir. A Educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013</p> <p>LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. O Que Há de Novo no "Novo" Racismo do Brasil? Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura, 2019.2 / vol. 4 – n. 7</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003_inclus%C3%A3o_no_curr%C3%A9culo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.</p> <p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: Acesso em 30 de jul. de 2019.</p> <p>FERREIRA, Lígia F. “Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. USP: Via Atlântica nº 9 jun/2006; 163 - 183. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via09/Via%209%20cap12.pdf.</p> <p>GOMES, Nilma Lino. Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03. 1a. ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2012. v. 1.</p> <p>JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília, Ipea, 2002.</p> <p>PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras. Rev. antropol. (São Paulo, online) v. 63 n. 2: e170727 USP, 2020.</p> <p>REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS: ARTES VISUAIS, TEATRO, MÚSICA, DANÇA	60h	40h	-	20h

Ementa: O ensino de artes, aspectos históricos, sociais, políticos e estéticos. Principais correntes teóricas e metodológicas do ensino de artes. Abordagens metodológicas para o ensino de artes visuais, teatro, música, dança e outras expressões artísticas. O lúdico na interrelação com as artes.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/educação contemporânea**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
 CAMPOS, Moema Craveiro. **A educação musical e o novo paradigma**. Enelivros: Rio de Janeiro, 2000.
 COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**. 4º ed. Perspectiva: São Paulo, 2010.
 MARQUES, Isabel A. **Criança, Dança e Escola**. Coleção InterAções. 1a. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2012.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, Stela. **Interações: onde está a arte na infância?** Coleção InterAções. São Paulo: Editora Blucher, 2012.
 MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. **Pedagogias Culturais**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.
 SOUZA, Jusamara (Org.) **Aprender e ensinar música no cotidiano**. Coleção Músicas. Sulina, Porto Alegre, 2008.
 SACKS, Oliver. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. Companhia das letras: São Paulo, 2010.
 SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor**. São Perspectiva: Paulo, 2012.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LIBRAS IV	60h	60h	-	-

Ementa: Descrição visual de nível avançado: técnicas e habilidades. Uso de expressões não-manuais com enfoque corporal. Papel dos classificadores na língua de sinais. Estudo das situações prático-discursivas da LIBRAS mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível intermediário para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais**. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R.M. de; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (Org.). **Estudos da língua brasileira de sinais I**. Florianópolis: Insular, 2013.

Bibliografia Complementar

FIORIN, J. L. (Entrevista). In: XAVIER, A.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.

HURFORD, J.R.; HEASLEY, B. **Curso de semântica**. Trad. Delzimar da Costa Lima e Dóris Cristina Gedrat. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

McCLEARY, L.; VIOTTI, E. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, H. (org.) **Bilinguismo e surdez**. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

QUADROS, R.M. de. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. In: **Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, n.2, p.167 -177, jun. 2006. Disponível em: ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1640

QUADROS, R.M. de PIZZIO, A.L. Aquisição da língua de sinais brasileira: constituição e transcrição dos corpora. In: SALLES, H. (org.) **Bilinguismo e surdez**. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	60h	40h	-	20h

Ementa: Percepções de língua portuguesa como L1 e L2. Concepções de linguagem e ensino de Língua Portuguesa e literatura. Contribuições teóricas para o ensino da língua portuguesa como L1 e L2 na educação de surdos. Gêneros discursivos. Leitura, produção de textos e análise linguística. Diretrizes, pesquisa e formação de professores. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o estudo da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.

GERALDI, Wanderlei. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1995.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima [et al.]. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, Volumes I e II. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos), 2004.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LODI, Cláudia Balieiro, MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de e FERNANDES, Eulália. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 2013.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE MATEMÁTICA	60h	40h	-	20h

Ementa: Aspectos teóricos e práticos do ensino e da aprendizagem da Matemática, utilizando o princípio da problematização dos conteúdos e das práticas cotidianas. Novos enfoques para o ensino da matemática, abordando conceitos de Numeração, Espaço, Forma e Tempo, Grandezas e Medidas, e Tratamento da Informação. Surdez e inclusão no ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1990.

NOGUEIRA, Clélia M. I., (org.). **Surdez, inclusão e matemática**. 1. Ed – Curitiba, PR: CRV, 2013.

PANIZZA, Mabel. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: Análise e Propostas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar

BORBA, Rute; GUIMARÃES, Gilda (Org). **Pesquisa e Atividades para o aprendizado matemático na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** (Ebook Disponível Online). Brasília : SBEM, 2015.

CARNEIRO, Reginaldo Ferreira (Et Al) (Org). **A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: práticas de sala de aula e formação de Professores** (Ebook disponível online). Brasília: SBEM, 2018.

FONSECA, Maria da Conceição et al. **O ensino de Geometria na escola fundamental: três questões para a formação de professor dos ciclos iniciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LORENZATO, Sérgio. (org.). **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. -2. ed. rev. - Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção formação de Professores).

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem, 2010.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE GEOGRAFIA	60h	40h	-	20h

Ementa: O ensino de Geografia, o espaço, representações espaciais. As categorias da Geografia como forma de compreensão de mundo. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o ensino de Geografia dos anos iniciais do ensino fundamental. A avaliação da aprendizagem em Geografia.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico, ensino e representação.** São Paulo: Contexto, 1989.
 CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** São Paulo: Contexto, 1999
 CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografias e prática de ensino.** São Paulo: Alternativa, 2002.

Bibliografia Complementar

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia.** São Paulo: Cengage Learning, 2014
 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo, Contexto, 1998.
 PEREIRA, Robson da Silva. **Geografia.** São Paulo: Blucher, 2012.
 SILVA, Lenira Rique. **Do senso comum à Geografia científica.** São Paulo: Contexto, 2004.
 STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia.** São Paulo: Annablume, 2004.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE CIÊNCIAS	60h	40h	-	20h

Ementa: Conceitos básicos e procedimentos metodológicos para o ensino das Ciências Naturais, bem como objetivos e função social do ensino de ciências. Conteúdos e procedimentos metodológicos com elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o ensino de Ciência dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A avaliação da aprendizagem em Ciências. Concepção de ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Bibliografia Básica

PORTO, Marcelo Duarte; SANTOS, Mirley Luciene dos; FERREIRA, João Roberto Resende. (Orgs). **Os desafios do ensino de ciências no século XXI e a formação de professores para a educação básica.** Curitiba, PR: CRV, 2016. – coedição: Anápolis, GO: UEG, 2016.
 GOMEZ, A.I.P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.
 OLIVEIRA, Eniz Conceição; QUARTIERI, Marli Teresinha (Orgs.). **Práticas docentes no ensino de Ciências e Matemática: possibilidades, reflexões e quebra de paradigmas.** Lajeado: Ed. da Univates, 2016.

Bibliografia Complementar

MACHADO, Cláudia Pinto. (org). **Ensino de ciências [recurso eletrônico]:** práticas e exercícios para a sala de aula. Caxias do Sul, RS: Educus, 2017. Dados eletrônicos (1 arquivo).

NASCIMENTO, Viviane Briccia. **Fundamentos e metodologia do ensino das ciências da natureza:** pedagogia: módulo 5, volume 2 – EAD, Elaboração de conteúdo:[Ilhéus, BA]: EDITUS, 2012.

OLIVEIRA, M. L., Antunes, A. M., Rocha, T. L., e Sabóia-Morais, S. M. T. (2011). **Educação Inclusiva e a Formação de Professores de Ciências:** o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. *Ens. Pesqui. Educ. Cienc.* 13(3), 99-117. Recuperado de: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-211720111303071>>.

OLIVEIRA, Walquíria Dutra; BENITE, Anna Maria Canavarro. **Aulas de ciências para surdos:** estudos sobre a produção do discurso de intérpretes de LIBRAS e professores de ciências. *Cienc. Educ.*, Bauru, v. 21, n. 2, p. 457-472, 2015.

SANTOS, Aline Nunes; LOPES, Edinéia Tavares. **Ensino de ciências para surdos numa perspectiva de inclusão escolar:** um olhar sobre as publicações brasileiras no período entre 2000 e 2015. *Debates em Educação*, v. 09, n. 18, 2017.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO DE HISTÓRIA	60h	40h	-	20h

Ementa: Evolução e princípios da historiografia brasileira. Objetivos e função social do ensino de História. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas e recursos didáticos para a história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação da aprendizagem em História.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/BDQ36. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula.** Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** História e Geografia. Volumes 1 e 2. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em encurtador.com.br/ovEP4. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

CAINELLI, Marlene. **Educação Histórica:** perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental. *Educar em Revista.* Londrina, 2006, no.spe, p.01-10. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural:** desafios e possibilidades. *Caderno Cedes,* Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: encurtador.com.br/acqR2. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

NADAI, Elza. **O Ensino de História no Brasil:** trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: volume 13, número 25/26, pp. 143 – 162, set/1992 – ago/1993. Disponível em: encurtador.com.br/gnrJ7. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, no 60, p. 13-33 – 2010. Disponível em: encurtador.com.br/itEIZ. Acessado em 21 de fevereiro de 2019.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: GESTÃO ESCOLAR OU AMBIENTES NÃO-ESCOLARES	100h	-	100h	-

Ementa: Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. A prática pedagógica e trabalho do pedagogo em diferentes espaços não-escolares: ONG's, Movimentos Sociais, Hospitais, Abrigos de Idosos, Empresas e Sistema Prisional. Gestão pedagógica em espaços não-escolares. Planejamento e execução de atividades práticas pedagógicas supervisionadas nos diferentes contextos.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** São Paulo: Loyola, 2001.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

GONH, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGGIATI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar:** a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Renata Sieiro. **Entre nós o Sol:** relações entre infância, cultura, imaginário e lúdico na educação não-formal. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

FORTUNA, Maria Lúcia A. **Gestão escolar e subjetividade.** São Paulo. Intertexto, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal e Cultura Política:** Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Jefferson I. da. **Formação Política do Educador e Educação Política.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 48).

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LIBRAS V	30h	30h	-	-

Ementa: Estudo das situações prático-discursivas da LIBRAS, mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível intermediário-avançado para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Bibliografia Básica

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MAURICIO, A.C.L. **Novo Deit -Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009. v. I e II.

FELIPE, T.A. **Libras em contexto: curso básico**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GRANADO, F. L. W. (2019). **Sinais Internacionais e a formação para intérpretes de sinais internacionais**. *Belas Infieis*, 8 (1), 211 -228. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/belasinfeis.v8.n1.2019.12984>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GRIPP, H. **A história da língua de sinais dos surdos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2011.

WILCOX, S.; WILCOX, P. **Aprender a ver**. Trad. Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
Pesquisa em Educação	90h	60h	30h	-

Ementa: A pesquisa científica na área das ciências sociais. Características e fins. Tipos de pesquisas. O projeto de pesquisa: Definição de problema, elaboração de hipóteses, coleta e análise de dados. O relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Tradução de Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação? In: **Cadernos de Pesquisa**, vol. 39 no. 136, São Paulo, jan./abr. 2009.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber, In **Revista Brasileira de Educação**, v.11 n.31 Rio de Janeiro jan./abr. 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo-SP, Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. rev. e ampl. 12.reimpr.SãoPaulo: Atlas, 2009.

FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MENGA, Ludke e André, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. E.P.U., 1986. OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2008

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: EDUCAÇÃO INFANTIL	100h	-	100h	-

Ementa: Observação, planejamento, execução, registro e avaliação de atividades pedagógicas em contextos institucionais de cuidado e educação de crianças pequenas. Elaboração de propostas pedagógicas para Educação Infantil.

Bibliografia Básica

FARIA, A. L. G. de e SILVA, L. L. M. da. **Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Prefácio)

LIMA, M. S. L. **A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. (p.p. 66-80)

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 67-82)

Bibliografia Complementar

BARBOSA, M. Carmem Silveira e HORN, M. da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008. (p.p 53 -84).

FARIA, A. L. G. de e MELLO, S. A. (Org.). **Territórios da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas**. (p.p. 57-83)

GARMS, G.M.Z. e RODRIGUES, S.A. (Org.) **Temas e dilemas pedagógicos da Educação Infantil: desafios e caminhos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. (p.p.139-171)

SILVA, L. C. e MIRANDA, M. I. Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008. p. 85-113.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONCEPÇÃO BILÍNGUE I	90h	60h	30H	-
<p>EMENTA: Aspectos históricos e sociais da alfabetização. Concepções teórico- metodológica do processo de alfabetização de surdos. A psicogênese da língua escrita e da língua brasileira de sinais. A indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento no acesso ao mundo da escrita. O letramento e os letramentos (social, escolar, emocional, ecológico, digital, etc.). O desafio de alfabetizar letrando no contexto bilíngue.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 123 p.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Org.). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008.</p> <p>COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>GOMES, Maria de Fátima C. e Sena, Maria das Graças C. Dificuldades de aprendizagem na alfabetização. Belo Horizonte, Autentica/Ceale, 2000.</p> <p>KLEIMAN, A. Os significados do letramento. Campinas: Mercado Aberto, 1995.</p> <p>LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Maria do Socorro; KLEIMAN, Ângela B. (Orgs.). Letramentos múltiplos: agentes, práticas, representações. Natal – RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO POPULAR BILÍNGUE NO SEMIÁRIDO	60h	40h	-	20h
<p>EMENTA: Abordagem educacional andragógica. Processos de ensino-aprendizagem com adultos. Contextualização histórica, econômica e sociocultural dos sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Marcos legais da EJA, avanços, limites e perspectivas. Surdos em contexto de EJA. Produção do conhecimento em contextos não escolares.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 4. ed. revista. Brasília: Liber Livro, 2008.</p>				

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003.

Bibliografia Complementar

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília/DF: SGPR, 2014.

FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular/Educação Popular**: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Org.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO; SEAAL; MEC, 2006. (Coleção Educação Para Todos).

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS III	60H	-	60h	-

Ementa: Estudo dos aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional. Conhecer espaços escolares e não -escolares com práticas pedagógicas destinadas ao atendimento da pessoa com deficiência.

Bibliografia Básica

CHMIDT, C (org). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. **A educação especial e as mudanças de paradigmas**. In: JESUS, Denise Meyrelles de; VICTOR, Sonia Lopes (Org.) Pesquisas e Educação Especial: mapeando produções. Vitória: Editora, 2005.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luzia Guacira dos Santos Silva (Orgs.). **Educação Inclusiva**: pesquisa, formação e práticas. João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José (Orgs.). **Inclusão Escolar e Social: Novos contextos, Novos Aportes**. Natal: EDUFRRN, 2012.
 SOUZA, R. C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. **Formação de Professores e Cultura Inclusiva**. Aracaju: Editora UFS, 2014.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
CONVERSAÇÃO EM LIBRAS I	30h	30h		-

Ementa: Práticas comunicacionais em Libras. Entraves à comunicação em Libras. Competência comunicativa em Libras. Diálogos e debates em Libras.

Bibliografia Básica

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
 SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
 QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MAURICIO, A.C.L. **Novo Deit -Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009. v. I e II.
 GRASSI, D.; ZANONI, G. G.; VALENTIN, S. M. L. **Língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos e culturais**. Revista Trama, v. 7, n. 14, 2011.
 GUIMARÃES, A. R. G. P. **O signo linguístico e as imagens: sobre representar e desvendar**. Revista Interfaces, v. 9, p. 163 -171, 2018.
 JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.
 LEAL, J.G.G. **Análise da Variação Lexical dos Topônimos em Libras no Sertão Paraibano**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 204p.2020.
 QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA BILÍNGUE	90h	60h	30h	-

Ementa: Abordagem educacional andragógica. Processos de ensino-aprendizagem com adultos. Contextualização histórica, econômica e sociocultural dos sujeitos sociais da Educação de Jovens e

Adultos (EJA). Marcos legais da EJA, avanços, limites e perspectivas. Surdos em contexto de EJA. Produção do conhecimento em contextos não escolares.

Bibliografia Básica

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro: 2006.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Formação de Professores para EJA: Dilemas Atuais**. Autêntica: Belo Horizonte, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra: São Paulo, 1996.

Bibliografia Complementar

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2000

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para educação de jovens e adultos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Moll, Jaqueline (Org). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre. Mediação, 2011.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Representação da Unesco no Brasil: Brasília, 2008.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	100h	-	100h	-

Ementa: Diagnóstico da escola-campo de estágio em Instituições ou programas de educação do Ensino Fundamental. Elaboração e execução do projeto didático-pedagógico referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vivência e estudo teórico-prático sobre educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Produção textual crítico-reflexiva do relatório.

Bibliografia Básica

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, Selma G; LIMA, Socorro L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 25 a 41.

ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs). **O Sentido da Escola**. DP&A: Rio de Janeiro, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.
 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** São Paulo: Libertad, 1999.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60h	60h	-	-
Ementa: Mobilização de conhecimentos de Metodologia do trabalho científico, normas e técnicas para a produção da pesquisa científica. Gêneros monográficos: monografia, artigo científico, memorial, relatório de estágio. Elaboração de etapas da pesquisa científica. Aspectos éticos, morais e jurídicos da pesquisa científica. Elaboração de projeto de pesquisa e processo de qualificação.				
Bibliografia Básica				
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 1991. FAZENDA, Ivani C. A. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.				
Bibliografia Complementar				
CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 5a ed. Campinas (SP), Papirus, 1995. DEMO, P. Metodologia Científica nas Ciências Sociais. 2a.ed. São Paulo: Atlas, 1989. FAZENDA, Ivani C. A. Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2005. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1985 MINAYO, M.C. de S. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: RJ: Vozes, 1994.				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS IV	60h	-	60h	-
Ementa: Fundamentos, princípios e conceito de material didático para a educação de surdos. Definição de procedimentos metodológicos, de conteúdos e de atividades para a elaboração de materiais didático-pedagógicos para surdos, surdo -cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas. A interdisciplinaridade nos materiais didáticos.				

Bibliografia Básica

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. **O processo de comunicação na educação a distância**: o texto como elemento de mediação entre os sujeitos da ação educativa. In: PRETI, O. et al. (Org.). Educação a distância: ressignificando práticas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

PRETI, O. (Org.). **Educação a Distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/UFMT; Brasília: Plano, 2000.

TOMLINSON, B.; MASUHARA, H. **A elaboração de materiais para curso de idiomas**. São Paulo: SBS, 2005.

SENAI -RJ. **Elaboração de material didático impresso**: uma visão plural do tema. Rio de Janeiro: GEP/DIPRE, 1998.

Bibliografia Complementar

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

PIMENTA, N. **Alfabeto Manual em LSB**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.

PIMENTA, N. **Configurações de Mãos em LSB**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.

PIMENTA, N. **Jogo Educativo 'Configurações de Mãos'**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2000.

RAMAL, Andréa Cecília. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
CONVERSAÇÃO EM LIBRAS II	30h	30h		-

Ementa: Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.

Bibliografia Básica

ALBRES, N. de A.; NEVES, S. L. G. **De sinal em sinal**: comunicação em Libras para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. São Paulo: Duas mãos, 2008.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico: livro do professor. 6. ed. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2007.

PEREIRA, M. C. C.; CHOI, D. (et al). **LIBRAS**: Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

PIMENTA, N. **Curso de Língua de Sinais**, v. 2. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007. 1 DVD.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P. M. **Atividades ilustradas em sinais da Libras**. São Paulo: Revinter, 2004.

BRITO, L. F. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo DEIT LIBRAS – Dicionário Enci (Libras)**. Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. São Paulo: EDUSP, 2011. Vol. 1 e 2.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. M. de; PIMENTA, N. **Curso de Libras 1 (Básico)**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009.

STUMPF, M.; QUADROS, R. M. de; LEITE, T. de A. (orgs). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Insular, 2013.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: EUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	100h	-	100h	-
Ementa: Diagnóstico da escola-campo de estágio em instituições ou programas de Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Elaboração e execução do projeto didático-pedagógico referente à Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Estudo teórico-prático sobre Educação de Jovens e Adultos e educação não-formal. Produção textual crítico-reflexiva do relatório.				
Bibliografia Básica				
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB no 11/2000 e Resolução CNE/CEB no 1/2000 . Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, maio de 2000.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.				
PEREIRA, Josué Vidal (Org.). Diálogos sobre Educação de Jovens e Adultos – desafios políticos e pedagógicos da integração com a educação profissional .				
Bibliografia Complementar				
BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base . Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, 2007.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.				
KUENZER, Acácia Z. Pedagogia de fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002				
LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental . In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 25 a 41.				

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h	60h	-	-
Ementa: Desenvolvimento da pesquisa. Produção textual da monografia. Estudo, leitura e interpretação da bibliografia. Construção lógica do trabalho. Redação final. Defesa monográfica.				
Bibliografia Básica				
CARVALHO, M. C. M. (ORG.). Construindo o saber – Metodologia científica: fundamentos e técnicas. 2a.ed. Campinas: Papyrus, 1989.				
FAZENDA, Ivani C. A. Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 1989.				
CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências humanas e sociais . Cortez: São Paulo, 1996.				
Bibliografia Complementar				
ANDRÉ, Marli E. D. e LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 1986.				
ANDRÉ, Marli E. D. e LÜDKE, Menga. . Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 2004.				
DEMO, P. Metodologia Científica nas Ciências Sociais. 2a.ed. São Paulo: Atlas, 1989.				
FAZENDA, Ivani C. A. Novos enfoques da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 2005.				
FAZENDA, Ivani C. A.. (org.) Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 2004.				

4.1.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares como componente curricular do curso de Pedagogia Bilíngue incluem além do ensino presencial em sala de aula (componentes curriculares optativos) outras atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Pedagogia. A formação complementar é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade, tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses e necessidades. É importante a participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas de enriquecimento curricular, entre outras, que são modalidades desse processo formativo.

A Resolução 02/2019 do Conselho Nacional de Educação define Estudos Independentes como outras atividades acadêmico-científico-culturais que poderão compor o currículo do graduando, além da carga horária estabelecida pela legislação. Deve-se observar ainda a normativa vigente no âmbito da UFERSA sobre as atividades complementares, que estabelecem o quantitativo de horas que podem ser integralizadas por cada atividade desenvolvida.

No curso de Pedagogia Bilíngue, os Estudos Independentes (denominados de Atividades Complementares) serão ofertados num total de 105 horas distribuídas ao longo do curso, computados sob a forma de encontros, minicursos, mesas redondas, palestras, seminários, oficinas, cursos livres (idiomas), microaulas e pesquisas de campo. Também poderão constar, na experiência profissional, participação em monitoria e o desenvolvimento de projetos de pesquisas sob a orientação dos profissionais da instituição.

Considerando que a estrutura curricular envolve atividades complementares voltadas ao atendimento do perfil do discente e da realidade regional, devem ser desenvolvidas tarefas de extensão mediante realização de vários mecanismos visando ao aprofundamento ou reconhecimento dos conteúdos internalizados e habilidades manifestadas durante o curso. Assim, vários espaços de aprendizagem extracurricular deverão ser implementados de modo a garantir a integralização do curso.

Os professores orientam e supervisionam alunos no exercício ou em desenvolvimento de atividades de monitoria, estágios e pesquisas, fomentando a realização de seminários e eventos de diversas naturezas com outras entidades, trazendo professores de universidades nas áreas de seu conhecimento. As experiências profissionais serão adquiridas durante e mesmo após a conclusão do curso, mas todas objetivando o atendimento a habilidades e competências reveladas pelo próprio aluno.

As atividades complementares devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, alargando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao Curso.

As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue incluem outras atividades de caráter acadêmico-científico-artístico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional. A formação complementar é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade tanto na formação prévia como das

expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses e necessidades.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão no Centro Multidisciplinar de Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares optativos no Curso em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão, apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. À título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição do quadro a seguir e podem ser ampliadas de acordo com novas demandas (atendendo a Resolução CNE 02/2019), o aluno deverá cumprir, no mínimo, 105 horas de atividades complementares ao longo do curso. As horas que podem ser integralizadas por cada atividade devem seguir a resolução vigente da UFERSA sobre as atividades complementares nos cursos de graduação. A tabela abaixo exhibe, em linhas gerais, algumas atividades previstas na legislação que podem ser aproveitadas pelos alunos do curso.

Exemplos de Atividades Complementares

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Monitoria de ensino (voluntária ou bolsa)	Programa de Iniciação Científica (voluntária ou bolsa)	Participação em projeto de extensão – monitoria (voluntária ou bolsa)
Participação em projeto de ensino – monitoria (voluntária ou bolsa)	Participação na organização de eventos (científicos, culturais, etc.)	Participação como colaborador em ações de extensão
Participação em projeto de ensino – curso, minicurso, oficina, grupo de estudos	Participação em eventos acadêmicos (com apresentação de trabalhos	Participação em viagem de estudo ou visita técnica

vinculado ao curso e ao ensino.	ou não)	
Estágio Extracurricular em Instituições de Ensino Básico	Participação (voluntária ou não) em grupo de Pesquisa	Participação em evento, atividade artístico -cultural (mostras, vídeos saraus, performances, o contar histórias, varais literários)
Participação em curso Pré-ENEM, ministrando aulas	Publicação de trabalho científico (resumo, resumo expandido, artigo, capítulo de livro, etc.)	
Disciplina de enriquecimento curricular cursada no curso		
Disciplina cursada em outros cursos		
Cursos de Línguas (Libras, Francês, Espanhol, Inglês)		

As atividades oferecidas/desenvolvidas direcionam-se para as várias áreas do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue, com as suas subdivisões, e para áreas de outros cursos, considerando-se as interfaces com esses cursos. Isso pode ser visualizado, num primeiro momento, pelo rol de componentes curriculares eletivos/atividades complementares. O aluno poderá cursar outros componentes curriculares em outros cursos, além dos descritos, que poderão também integrar a carga horária das atividades complementares, desde que atendidas as exigências de pré-requisito, quando for o caso, da UFERSA, vaga, horário.

4.1.3 Atividades de Extensão Curricularizadas

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasileiras – FORPROEX, define que “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Segundo Gadotti (2023, p. 4), a curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Em 2018, a Resolução nº 07/2018 – CNE estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 -2024. Com isso, as atividades de passam a integrar a matriz curricular e a organização da pesquisa, compondo no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil.

O Art. 5º, na Resolução nº 07/2018 – CNE, estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A partir das recomendações constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, para o curso e das normativas do CNE/MEC, exige-se dos estudantes a integralização mínima de 10% da carga horária total do curso.

A Instrução Normativa Conjunta Nº 01, 01 de dezembro de 2023, estabelece orientações sobre as diretrizes para a implementação e regulamentação da creditação das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

O Art. 3º. da Instrução Normativa Conjunta citada define que, para fins de creditação, as ações de extensão deverão ser inseridas nos currículos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), nas seguintes modalidades, a critério dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e com aprovação pelos colegiados de cursos de graduação:

- I – Componente Curricular de Extensão (CCE), que dedica parte da carga horária à realização de atividades de extensão;

- II – Unidade de Extensão (UEX), que dedica toda a carga horária do componente curricular à realização de atividades de extensão;
- III - Unidade Especial de Extensão (UEE), constituída de ações de extensão, sob a forma de atividades acadêmicas.

Com essa Resolução do CNE e Normativa da UFERSA, as ações de extensão são atividades obrigatórias. As disciplinas podem ser ofertadas parcialmente ou integralmente ações de extensão. As ações de extensão visam aproximar a universidade da comunidade e fazer com que os discentes sejam os protagonistas e os docentes orientam essas atividades.

A formação universitária deve orientar-se pelo objetivo de desenvolver a capacidade de análise e de raciocínio abstrato articulados à ação social e à transformação da realidade, elementos vitais na aquisição, construção e operacionalização relevantes do conhecimento. Para tanto, não é suficiente que o estudante esteja em contextos práticos pela via de ações que não promovam a reflexão, ainda que sejam justificadas por futura inserção no mercado de trabalho.

Assim, ao adotarmos um modelo curricular baseado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estamos também reforçando que a formação teórico-crítica do cidadão requer, necessariamente, uma proximidade sistemática entre a universidade e a sociedade. Essa formação passa pelo exercício permanente do raciocínio pelo qual, através das relações entre os fatos, teorias e ideias já alcançadas, novos patamares de conhecimento possam ser atingidos. Também permeia a compreensão dos desafios epistemológicos em unidade com a realidade histórico-social que os sustenta. Uma formação, portanto, que apoie ações efetivas de transformação e que contribuam para o desenvolvimento da sociedade em todos os seus segmentos.

Para isso, o curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia Bilíngue vai além da sequência de disciplinas em torno de uma área do conhecimento. Nesse sentido, os conceitos serão trabalhados com enfoques que permitam aos estudantes utilizá-los na construção de soluções aos problemas encontrados junto com a sociedade ou em suas reflexões inerentes ao trabalho acadêmico ou profissional. Desta forma, a extensão se articula ao ensino por meio de ações favoráveis ao processo de formação dos estudantes e à pesquisa, porque o planejamento e a execução dessas ações pressupõem a produção sistemática de conhecimentos.

Mediante o exposto, são objetivos da Política de Extensão para o curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (i) contribuir para a formação integral do discente,

estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; (ii) intervir junto aos cidadãos da Caraúbas e regiões circunvizinhas sobre demandas sociais contemporâneas; (iii) propiciar a troca de saberes, acadêmico e popular, tendo em vista a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade nas ações desenvolvidas pelo Curso de Pedagogia Bilíngue; (iv) promover a divulgação das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas nos Cursos de Licenciatura do *campus* de Caraúbas; (v) gerar novos conhecimentos, tanto acadêmicos quanto sociais.

Os objetivos propostos vêm acompanhados das seguintes metas: (a) combater possíveis índices de retenção e evasão no curso de Pedagogia Bilíngue; (b) aumentar a relação candidato/ vaga no processo de seleção para ingresso no curso e, como consequência, (c) diminuir o número de vagas remanescentes oriundas desse processo; (d) melhorar a qualidade da formação dos estudantes dos cursos de Pedagogia Bilíngue; (e) conhecer o público atendido pelas ações de extensão e as suas demandas; (f) oferecer à comunidade externa serviços de extensão de qualidade.

Para o acompanhamento das ações de extensão desenvolvidas pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue e a garantia da oferta de formação de qualidade aos estudantes, bem como, da oferta de serviços de extensão à comunidade externa, é fundamental a utilização de indicadores para mensurar o desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos.

Para que a política de extensão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue seja efetivada, além da infraestrutura disponível para a execução das atividades dos cursos, é necessária a aplicação de recursos financeiros para: (1) deslocamento de estudantes e docentes do curso até a comunidade para a execução de ações pertinentes aos projetos de extensão; (2) aquisição de material de consumo e permanente; (4) contratação de serviços de terceiros. Assim, é de responsabilidade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido assegurar recursos financeiros e de pessoal para a execução das ações de extensão a serem executadas no âmbito dos programas descritos neste documento.

Numa perspectiva de flexibilizar as ações de extensão para os discentes, a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 45, de 18 de outubro de 2023 determina que

§ 5º As ações de extensão realizadas pelos discentes e integralizadas ao longo do curso na Unidade Especial de Extensão (UEE) não poderão ultrapassar 50% da carga horária total necessária para a integralização da extensão.

§ 6º As ações de extensão realizadas pelos discentes e integralizadas ao longo

do curso na Unidade Especial de Extensão (UEE) serão aprovadas pelo colegiado e implementadas pela coordenação do curso em que o aluno estiver matriculado.

§ 7º Para fins de creditação das UEE, é permitido aos estudantes de graduação participar de quaisquer ações de extensão da UFERSA, de qualquer curso de graduação, respeitados os requisitos previstos no projeto pedagógico do curso.

§ 8º A carga horária a ser contabilizada para a creditação das ações de extensão na Unidade Especial de Extensão (UEE) será aquela em que o aluno comprovar sua participação como membro de ação extensionista, por meio de certificado/declaração e conforme as regras estabelecidas pela UFERSA.

§ 9º O aluno poderá solicitar, ao colegiado de curso, o aproveitamento da carga horária das ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior, desde que tenha participado como membro, para creditação das UEE.”

Os discentes poderão realizar as atividades de extensão em qualquer curso de graduação da Ufersa, na participação ativa na Unidade Especial de Extensão (UEE) é necessário documento comprobatório e caso os estudantes tenham participado de ações extensionistas de outras universidades, poderão ainda solicitar junto ao Colegiado de curso o aproveitamento da carga horária obtida.

O cumprimento dos 10% de curricularização da extensão no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa será realizado conforme a participação dos estudantes nos seguintes componentes.

DISCIPLINAS CURRICULARIZADAS	TEORIA	PRÁTICA	EXTENSÃO	CATEGORIAS DE AÇÕES
Introdução à Libras	40h	-	20h	Educação Continuada; Eventos Técnico-científicos; Eventos Artístico-culturais; Atividades Vinculadas ao Ensino e à Pesquisa;
Libras I	40h	-	20h	
Metodologia do trabalho científico	40h	-	20h	
Fundamentos da educação bilíngue de surdos (60h)	40h	-	20h	

Leitura e produção de textos acadêmicos (60h)	40h	-	20h	Produções e Produtos Acadêmicos da Extensão Universitária; Prestação de Serviços.
Filosofia da Educação II (60h)	40h	-	20h	
Psicologia da Educação I: desenvolvimento (60h)	40h	-	20h	
Psicologia da educação de surdos (60h)	40h	-	20h	
Didática I: geral (60h)	40h	-	20h	
Educação na perspectiva inclusiva (60h)	40h	-	20h	
Educação para as relações étnicorraciais (60h)	40h	-	20h	
Ensino de expressões artísticas: artes visuais, teatro, música, dança (60h)	40h	-	20h	
Ensino de Geografia (60h)	40h	-	20h	
Ensino de História (60h)	40h	-	20h	
Ensino de Matemática (60h)	40h	-	20h	

Ensino de Ciências (60h)	40h	-	20h	
Ensino de Língua Portuguesa (60h)	40h	-	20h	
Educação popular bilíngue no semiárido (60h)	40h	-	20h	
Componentes curriculares disciplinas			360	
TOTAL CARGA HORÁRIA EXTENSÃO			360	

4.1.3.1 Categorias de ações

As categorias de ações de acordo com a Resolução nº 07/2018 – CNE, estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior e a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 15 de setembro de 2022.

São consideradas ações de extensão, de acordo, com essa Normativa da UFERSA:

- Programa;
- Projeto;
- Curso;
- Evento;
- Prestação de Serviços;
- Empresa Júnior e
- Produto.

4.1.3.2 Modalidades de ações

De acordo com a nova resolução, as atividades extensionistas podem ser classificadas conforme as modalidades e conceitos a seguir:

Programas - É o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico -institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição (BRASIL, 2016, p. 2).

Projetos - É o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado (BRASIL, 2016, p. 2).

Cursos e Oficinas - Semelhante ao workshop, porém a oficina é utilizada no campo educacional e o workshop na área comercial/ empresarial. Pode fazer parte da programação de grandes eventos.

Eventos - A atuação nos eventos requer muita disciplina e organização, pois são funções que demandam constante aperfeiçoamento profissional, que exigem um amplo conhecimento do comportamento humano, da economia e da política. É necessário dar valor e importância ao protocolo e ao cerimonial no contexto da sociedade em que vivemos. Aqui constam informações práticas sobre eventos, cerimonial e protocolo. Apresentaremos também as formas de tratamento, dicas sobre pronunciamentos, além de informações sobre composição de mesa, hino nacional e bandeiras. Esperamos contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam diretamente com os eventos nas Instituições e, conseqüentemente, aprimorar as atividades nesta área.

Prestação de serviços - Entende-se por Prestação de Serviço a realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros, incluindo assessorias consultorias e cooperação interinstitucional, caracterizado pela intangibilidade, inseparabilidade e que não resulta na posse de um bem.

Empresa Júnior - A Empresa Júnior é constituída e administrada por discentes do ensino superior e o docente é o tutor, orientador. A empresa júnior é configurada como uma associação civil sem fins lucrativos. Os objetivos fundantes são: fomentar o aprendizado prático do universitário em sua área de atuação; aproximar o mercado de trabalho das academias e os próprios acadêmicos; gerir com autonomia em relação à direção da faculdade ou centro acadêmico; elaborar projetos de consultoria na área de formação dos alunos visando fomentar ainda mais o movimento Júnior na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Produto - Compreende-se como produto, materiais que constrói -se com o objetivo de contribuir com a comunidade. Pode ser: produção de materiais didáticos, materiais digitais, obras literárias, cartilha, e-book, produções visuais em Libras.

Será operacionalizado nos componentes da seguinte forma:

Fundamentos da educação bilíngue de surdos (60H)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: História da surdez e dos surdos: aspectos clínico, socioantropológico e educacional. O impacto do Congresso de Milão (1880). Políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Legislação e Surdez. Abordagens educacionais na educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Surdez e língua de sinais: experiência visual do surdo. Educação de surdocego: novos olhares sobre a diferença.</p>			
<p>Ações de extensão: Tem como objetivo promover a difusão do conhecimento básico da Libras nos múltiplos espaços da sociedade caraubense, fomentando a comunicação entre surdos e ouvintes da região, bem como introduzindo o discente nas primeiras práticas de ensino. Para isso, pode-se recorrer a Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.</p>			
Leitura e produção de textos acadêmicos (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: Fundamentos pedagógicos para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Modelos e processos de leitura e escrita de textos de natureza acadêmico-científica. Estrutura estilístico-composicional de gêneros acadêmicos comuns. Práticas danosas na academia: o caso do plágio.</p>			
<p>Ações de extensão: Tem como objetivos elaborar, desenvolver e avaliar projetos na área da Educação e produção de materiais didáticos com e para diferentes coletivos (professores da educação básica, comunidades, associações de assistência social, etc.) no município de Caraúbas. Para isso, pode-se recorrer a Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.</p>			
Psicologia da Educação I: desenvolvimento (60H)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: A constituição da Psicologia como ciência. Abordagens e métodos de pesquisa em Psicologia. As relações entre psicologia, educação e a sociedade industrial. Importância dos estudos e pesquisas em torno do desenvolvimento cognitivo, socioemocional, da aprendizagem e da motivação.</p>			

Ações de extensão: Pretende-se que os discentes desenvolvam ações sobre a relação Educação e Psicologia da Educação com a comunidade. As ações de extensão podem ser um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços e Produto.			
Psicologia da educação de surdos (60H)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
Ementa: Importância, conceito, características e tipos de aprendizagem. Perspectivas teóricas de aprendizagem. Fatores que interferem na aprendizagem. A surdez e seus atravessamentos com a Psicologia. Constituição psíquica do sujeito surdo. Efeitos subjetivos na constituição psíquica dos sujeitos surdos. A família, a escola, o trabalho e o surdo.			
Ações de extensão: Pretende-se que os discentes desenvolvam ações sobre a relação Educação e Psicologia da Educação com a comunidade, tendo como foco específico os estudos psicológicos sobre a surdez e o surdo. As ações de extensão podem ser um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços e Produto.			
Didática I: geral (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
Ementa: Perspectiva histórica do desenvolvimento da Didática. Tendências pedagógicas e estrutura social brasileira. Fundamentação teórico-metodológica e sistematização da prática docente considerando os aspectos político, intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Análise da organização do ensino e as competências gerais docente.			
Ações de extensão: Tem como objetivo que os discentes pensem a teoria e a prática como indissociáveis. Desenvolvam experiências, ensaios de primeiras práticas sobre ser professor, visita às escolas, planejamento, e, ao longo dessas vivências, possam ir construindo a sua identidade profissional. Nesse sentido, esse componente curricular pode-se ter como ações de extensão: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.			
Educação na perspectiva inclusiva (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
Ementa: Necessidades educacionais especiais e deficiência: conceituação. A especificidade da Educação Especial como área de atuação e de conhecimento. Contextualização histórica da Educação especial. Educação especial e educação inclusiva. Modalidades de atendimento da Educação especial. Políticas públicas de Educação especial e inclusão no Brasil e no Rio Grande do Norte. Tipos de necessidades educacionais especiais: classificação e abordagens para a prática pedagógica.			
Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam,			

discutam e reflitam sobre a Educação Especial e Inclusão e desenvolvam ações de extensão para a comunidade de Caraúbas e cidades circunvizinhas com discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, dentre outros grupos marginalizados na sociedade. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Educação para as relações etnicorraciais (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
-------------------------------------------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

Ementa: Fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira. A questão da identidade nacional. Identidades culturais. Desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais no Brasil contemporâneo. Políticas públicas e ações afirmativas. Orientações pedagógicas, políticas e ações para a educação das relações étnico-raciais. Papel do currículo e das práticas pedagógicas diante das violências geradas pelo racismo e decorrentes das relações étnico-raciais.

Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as comunidades negras, indígenas, camponesas, ribeirinhas, etc., compreendendo os atravessamentos dos conceitos de raça e etnia, bem como as reverberações do racismo, da escravização de negros africanos, da diáspora negra e do genocídio dos povos originários na história do Brasil. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Ensino de expressões artísticas: artes visuais, teatro, música, dança (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

Ementa: O ensino de artes, aspectos históricos, sociais, políticos e estéticos. Principais correntes teóricas e metodológicas do ensino de artes. Abordagens metodológicas para o ensino de artes visuais, teatro, música, dança e outras expressões artísticas. O lúdico na interrelação com as artes.

Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de expressões artísticas, possibilitando atividades de extensão que colabore com a formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Ensino de Matemática (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
-----------------------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

Ementa: Aspectos teóricos e práticos do ensino e da aprendizagem da Matemática, utilizando o princípio da problematização dos conteúdos e das práticas cotidianas. Novos enfoques para o ensino da matemática, abordando conceitos de Numeração, Espaço, Forma

e Tempo, Grandezas e Medidas, e Tratamento da Informação. Surdez e inclusão no ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de matemática, possibilitando atividades de extensão que colabore com a formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Ensino de Ciências (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
---------------------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

Ementa: Conceitos básicos e procedimentos metodológicos para o ensino das Ciências Naturais, bem como objetivos e função social do ensino de ciências. Conteúdos e procedimentos metodológicos com elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o ensino de Ciência dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A avaliação da aprendizagem em Ciências. Concepção de ciência, tecnologia, sociedade e ambiente.

Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de ciências, possibilitando atividades de extensão que colabore com a formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos, bem como com a divulgação e popularização da ciência. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Ensino de Língua Portuguesa (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
------------------------------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

Ementa: Percepções de língua portuguesa como L1 e L2. Concepções de linguagem e ensino de Língua Portuguesa e literatura. Contribuições teóricas para o ensino da língua portuguesa como L1 e L2 na educação de surdos. Gêneros discursivos. Leitura, produção de textos e análise linguística. Diretrizes, pesquisa e formação de professores. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o estudo da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de língua portuguesa e suas literaturas, possibilitando atividades de extensão que colabore com a formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Educação popular bilíngue no semiárido (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: Educação bilíngue como prática da liberdade para surdos. Comunidades de aprendizagem. Saberes, experiências, práticas e territórios. Cultura surda e manifestações populares surdas no semiárido. Educação intercultural. Educação popular e bem viver: repensando e construindo caminhos para reprodução da cultura surda. Universidade Popular.</p>			
<p>Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes possam integrar os conhecimentos teóricos com a realidade e necessidades específicas da educação no semiárido, conhecendo e fortalecendo experiências de educação popular, do campo, indígenas e quilombolas, dentre outras, que existem na região. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.</p>			
Ensino de Geografia (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: O ensino de Geografia, o espaço, representações espaciais. As categorias da Geografia como forma de compreensão de mundo. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas metodológicas e recursos didáticos para o ensino de Geografia dos anos iniciais do ensino fundamental. A avaliação da aprendizagem em Geografia.</p>			
<p>Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de geografia, possibilitando atividades de extensão que colabore com a formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos. Possibilita também o desenvolvimento de atividades crítico-políticas de estudos da região, em especial estudos sobre o semiárido. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.</p>			
Ensino de História (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
<p>Ementa: Evolução e princípios da historiografia brasileira. Objetivos e função social do ensino de História. Estudo e análise de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas e recursos didáticos para a história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação da aprendizagem em História.</p>			
<p>Ações de extensão: Esse componente curricular visa que os discentes compreendam, discutam e reflitam sobre as possibilidades teórico-práticas de desenvolvimento do componente ensino de história, possibilitando atividades de extensão que colabore com a</p>			

formação continuada de professores, com uma perspectiva inovadora de ensino para a educação básica dos municípios circunvizinhos. Possibilita também o desenvolvimento de atividades críticas, de valorização da história regional e nacional como elemento de empoderamento político. Dentre elas, pode se configurar como um: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Filosofia da Educação II (60h)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
---------------------------------------	-----------------------	---------------------	------------------------

Ementa: Relação entre filosofia e educação. Principais correntes filosóficas e a influência no pensamento educacional. O surgimento da Pedagogia como disciplina específica. Correntes da filosofia da educação. Contraposições entre o pensamento moderno e o pós-modernismo e como influencia o pensamento educacional. O ensino de filosofia para surdos.

Ações de extensão: Tem como objetivo que os discentes possam elaborar metodologias de ensino do pensamento filosófico e crítico, contribuindo para que os alunos surdos possam desenvolver o método filosófico e expressá-lo em Libras. Nesse sentido, esse componente curricular pode-se ter como ações de extensão: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Introdução à Libras (60H)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
----------------------------------	-----------------------	---------------------	------------------------

Ementa: Conceitos básicos da LIBRAS. Relação LIBRAS/Português. Status da língua de Sinais no Brasil. O trabalho com a língua sinalizada. Atividade prática: prática da LIBRAS: os cinco parâmetros, alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocabulários, sinais de nome. Ensino para surdos.

Ações de extensão: Objetiva que o aluno possa manifestar os conhecimentos aprendidos sobre os conceitos básicos da Libras. Os alunos podem desenvolver atividades de divulgação da Libras às diversas comunidades das quais participam, inclusive a escola. Nesse sentido, esse componente curricular pode-se ter como ações de extensão: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.

Libras I (60H)	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h
-----------------------	-----------------------	---------------------	------------------------

Ementa: Movimentos corporais e faciais com ênfase em mímicas e gestos. Diferenças nas expressões faciais gramaticais e afetivas. Uso dos parâmetros da Libras: configurações de mão, movimento, ponto de articulação, orientação da mão e direção da mão. Reflexão sobre as estruturas léxico-gramaticais para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas na Libras.

Ações de extensão: Objetiva que o aluno possa manifestar os conhecimentos aprendidos sobre os conceitos básicos da Libras. Os alunos podem desenvolver atividades de divulgação da Libras às diversas comunidades das quais participam, inclusive a escola. Nesse sentido,

esse componente curricular pode-se ter como ações de extensão: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.					
Metodologia Científico (60H)	do Trabalho	TEÓRICO 40h	PRÁTICO -	EXTENSÃO 20h	
Ementa: Conceitos básicos sobre ciência, método e pesquisa científica. A produção científica na universidade. O uso da biblioteca na exploração de documentação bibliográfica. Diretrizes para a interpretação de textos. Exercício teórico-prático de acesso a fontes de informação e de elaboração de relatório: A pesquisa bibliográfica e de campo.					
Ações de extensão: Objetiva que os alunos possam colaborar com ações de divulgação e formação científica nos diversos meios educacionais, inclusive desenvolvendo relações com as escolas de Ensino Médio na formação científica dos alunos desta etapa da educação básica. Nesse sentido, esse componente curricular pode-se ter como ações de extensão: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços, Empresa Júnior e Produto.					

4.1.4 Estágio Supervisionado

De acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Parte integrante do projeto pedagógico dos cursos da UFERSA e do itinerário formativo do educando, o Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Com o objetivo de garantir a legitimidade desta importante etapa na formação dos alunos da Licenciatura em Pedagogia Bilíngue da UFERSA, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD desenvolve procedimentos que atendem à Lei 11.788, ou Lei de Estágio, desde a solicitação de Estágios Não Obrigatórios até os Estágios Obrigatórios, para conclusão de curso.

Com relação ao Estágio Obrigatório, também conhecido como Estágio Supervisionado, tem como atribuição a realização de dois exercícios elementares para a aprendizagem da profissão docente: o exercício da análise da realidade educacional brasileira e o exercício da prática docente na educação básica, orientado pela coordenação

geral de estágio, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFERSA. É, portanto, fundamental a participação e o envolvimento do aluno para o cumprimento da Lei e para o efetivo aproveitamento do Estágio.

Pela Lei, o Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Já o Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Para realização dos referidos estágios, é necessário que o aluno solicite, formalmente, através do preenchimento e entrega do Formulário de solicitação de Estágio obrigatório e/ou não obrigatório no sistema de solicitação de estágio. Portanto, o Estágio Supervisionado deverá contribuir para a excelência de profissionais na educação, permitindo, assim, à academia – através do graduando – fortalecer o vínculo universidade-comunidade.

4.1.4.1 Estágio Obrigatório

O Estágio Supervisionado (ES) Obrigatório é um componente curricular nos cursos de licenciatura que possibilita a contextualização curricular e a articulação entre teoria e prática, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades profissionais do licenciando.

Com base na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nas orientações de estágio obrigatório e não obrigatório externo da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Bilíngue da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), o ES propiciará ao licenciando o conhecimento acerca da prática de ensino da área de atuação do pedagogo desenvolvida no campo de estágio, a partir da observação, caracterização, contextualização e análise desta prática no contexto escolar, articuladas à proposta pedagógica do referido curso, ao Projeto Político Pedagógico da escola, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. Assim, o Estágio Supervisionado é norteado pelos seguintes princípios:

a) Basear-se, principalmente, em uma abordagem pedagógica, que favoreça uma postura crítico-reflexiva, centrada no desenvolvimento da autonomia do discente;

b) Promover momentos de reflexão crítica acerca dos aspectos teóricos e práticos, na formação do pedagogo;

c) Possibilitar a articulação de atividades (teóricas e/ou práticas), de ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, o ES será ofertado ao longo deste curso por meio de práticas de observação, planejamento e elaboração de atividades pedagógicas na Educação Básica, e com a iniciação e intervenção para o exercício profissional.

Considerando a obrigatoriedade do professor orientador da instituição de ensino superior (IES) acompanhar efetivamente o discente (BRASIL, 2008), como prevê a lei federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o ES será realizado preferencialmente em escolas da rede pública de ensino, mais especificamente na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na gestão escolar e/ou em ambientes não escolares.

Quanto ao local de estágio, esta atividade será realizada preferencialmente na cidade sede do *campus*, para que, efetivamente, possa ocorrer o acompanhamento do plano de atividades do licenciando pelo orientador de estágio. O estágio deverá ser realizado nas escolas de educação básica, quando não for possível realizá-lo nas salas de aula regulares, por impedimentos que fujam ao controle da Universidade ou das escolas, poderá ser elaborado um plano de curso a ser ministrado pelos discentes, nas escolas, para os alunos regularmente matriculados, em parceria com as instituições. Tal atividade supervisionada pelo professor regente e orientada pelo professor deverão se caracterizar como efetivo exercício da docência para os licenciados de Pedagogia Bilíngue.

O ES deverá iniciar-se a partir da metade do curso, totalizando 400 horas a serem ministradas em quatro semestres de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso. A carga horária será distribuída em quatro componentes curriculares denominados de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, cujas ementas são descritas neste documento.

O curso de Pedagogia Bilíngue possui quatro estágios supervisionados obrigatórios, os quais acontecem do 5º ao 8º semestre, cada um com um total de 100h. No término do último estágio curricular serão 400h integralizadas.

O Estágio I, cuja carga horária é de 100h, pretende propiciar ao licenciando a experiência de vivenciar a realidade da gestão escolar, bem como a possibilidade de trabalho em ambientes não escolares. Neste estágio, de carga horária obrigatória, o aluno poderá escolher em qual ambiente fará seu estágio, voltando para a escola, especificamente na área da gestão, ou para ambientes não escolares, como o hospital, as empresas, as organizações não governamentais, dentre outros ambientes, previamente aprovados.

Estágio II, com carga horária de 100h, objetivará que o aluno possa conhecer e praticar o trabalho pedagógico em turmas da Educação Infantil. Visa a observação, análise, relato de práticas pedagógicas e intervenção supervisionada em sala de aula, utilizando as habilidades pedagógicas e comunicativas desenvolvidas no curso.

O Estágio III, com carga horária de 100h, visa observação e prática didático-pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de em contexto bilíngue, além da regência no ensino para alunos surdos.

O Estágio IV, com carga horária de 100h, visa a observação, intervenção didática, análise e relato das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos, em contexto bilíngue, com base nos estudos sobre o ensino para alunos surdos que não concluíram o ensino fundamental séries iniciais na idade certa.

De modo geral, o Estágio Supervisionado deve atender ao desenvolvimento das seguintes atividades:

a) Discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos em contexto bilíngue na escola pública;

b) Observações de aulas destinadas a propiciar ao licenciando o contato com a realidade escolar;

c) Planejamento para o ensino de surdos e ouvintes na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na EJA e na educação inclusiva em todas as etapas e modalidades da educação onde o pedagogo atua.

d) Elaboração e aplicação de atividades inclusivas para os níveis e modalidades de ensino supracitadas, que possibilitem ao discente interagir e colaborar com o supervisor de estágio;

e) Regências de aulas em Libras e em Língua Portuguesa, que permitam aos discentes experiências/vivências de ensino inclusivo na escola pública.

As atividades de estágio supervisionado podem ocorrer nos turnos matutino e vespertino, além do noturno, desde que haja celebração de acordo para atender as necessidades da UFERSA e da(s) parte(s) cedentes de estágio. Será possível, ainda, que os professores que já atuam na educação básica, público prioritário para o PARFOR-Equidade, possam adequar o horário de estágio ao horário de trabalho que já exercem na escola.

O discente poderá solicitar aproveitamento de carga horária correspondente ao ES no ato da matrícula do componente curricular respectivo à Coordenação do Curso de

Pedagogia Bilíngue, apresentando documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação pelo Colegiado do Curso. O pedido apenas será aceito caso comprove vínculo empregatício na área do conhecimento correlata ao curso, durante a graduação, carga horária cumprida compatível com a carga horária do estágio, equivalência de atividades realizadas com as atividades do estágio que se queira realizar o aproveitamento. Fica, ainda, o pedido submetido a normas vigentes na UFERSA.

A avaliação do discente no ES será realizada durante e ao final de cada etapa, constando de autoavaliação, avaliação feita pelo orientador e pelo supervisor de estágio. Essa avaliação será realizada de forma sistemática e contínua, ao longo do ES, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos das atividades realizadas pelos estagiários, tanto na universidade como no campo de estágio. Para isso, serão considerados os seguintes critérios de avaliação, para todos os estágios.

- Cumprir com assiduidade a carga horária do estágio, distribuída da seguinte maneira: 50h de atividades de estudo, planejamento, avaliação e escrita de relatório com o orientador de estágio; 50h de efetivo exercício, na escola, dos quais 20h serão de observação e 30h de regência.

- Assiduidade na Universidade e no campo de estágio.
- O aluno deverá cumprir 100% da carga horária de atividades na escola do estágio;
- Pontualidade;
- Cumprimentos das atividades solicitadas pelo(a) orientador(a) de estágio;
- Elaboração, condução e execução das atividades solicitadas;
- Coparticipação e regências de aulas;
- Entrega do relatório final de estágio;
- No caso do estágio I, será considerado atividade de regência o que for acordado com o supervisor de estágio para atuação do discente na escola ou no ambiente não escolar correspondente.

O orientador atribui nota, considerando o continuum de 0 a 10, sendo aprovado o aluno que obtiver a média igual ou superior a 7,0 e cumprir a carga horária exigida: 100% da carga horária de atividades na escola do estágio.

Para efetivamente iniciar as atividades no campo de estágio, o discente deverá seguir as orientações dadas pela PROGRAD, a fim de preencher adequadamente o termo de compromisso.

Serão atribuições do orientador de estágio:

a) conduzir efetivamente o discente no preenchimento do termo de compromisso entre o discente, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e no seu respectivo cadastro no sistema junto à Coordenação de Estágios;

b) acompanhar a elaboração, condução e execução de atividades desenvolvidas pelo estagiário.

De acordo com Pimenta e Lima (2006, p. 14), “[...] é preciso que os professores orientadores de estágios procedam, no coletivo, junto a seus pares e alunos, essa apropriação da realidade, para analisá-la e questioná-la criticamente, à luz de teorias. Essa caminhada conceitual certamente será uma trilha para a proposição de novas experiências”.

É relevante ressaltar que o estagiário não irá ao campo de estágio para fiscalizar, extrair e/ou julgar os pontos, práticas tradicionais, deve-se agir com respeito com os profissionais que lá trabalham e com as suas concepções de ensino, o estágio é esse momento de aproximar a teoria da prática. Refletir e analisar criticamente suas práticas/ensaios de ser professor com o que os autores, pesquisadores e estudiosos apontam.

Sobre o papel do Setor de Estágios da UFERSA, esta será responsável pela contratação do seguro contra acidentes em favor do estagiário, formalizado por meio do Termo de Compromisso do Estágio.

A Coordenação do curso de Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa será responsável: a) pelo fornecimento, ao professor orientador, do número de discentes aptos a cursarem esse componente curricular, bem como pela matrícula desses discentes no SIGAA; b) pela convocação de reunião para aprovação do plano de trabalho do estágio; c) pela interlocução entre o orientador e a Setor de Estágios da UFERSA, com objetivo de agilizar a resolução de problemas, oriundos dos procedimentos adotados para realização do estágio.

O aluno poderá realizar aproveitamento da carga horária das atividades desenvolvidas pelo PIBID e PRP no Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de licenciatura da UFERSA, conforme normativa vigente. Do mesmo modo do aproveitamento por vínculo empregatício o aluno deverá submeter o pedido ao colegiado do curso que verificará adequação da área, da carga horária e das atividades realizadas, de acordo com as determinações da norma vigente.

O estágio deve ser um momento (auto)formativo e, por isso, deve ser permeado

por estudos e pesquisas. Pimenta e Lima (2006, p. 14) evidenciam que “a pesquisa no estágio, como método de formação dos estagiários futuros professores, se traduz pela mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam”. O estágio é a fonte que o graduando pode ter para despertar para determinado problema e descobrir nesse percurso um objeto de estudo, o qual irá requerer leituras, reflexões, na perspectiva de aprofundar, amadurecer as discussões e promover novos estudos e investigações.

As discussões sobre teoria, prática e as experiências adquiridas ao longo dos estágios visam a (re)construção de novos conhecimentos necessários para a prática docente, buscando assim oferecer a preparação para o mundo do trabalho, bem como, lançar na sociedade profissionais experientes e qualificados para o mercado profissional.

4.1.4.2 Estágio Não-obrigatório

O curso de Pedagogia Bilingue também possibilita ao aluno realizar Estágio não-obrigatório. O mesmo deve ser embasado nos componentes curriculares do curso que visam à formação do professor associada ao princípio formativo da interdisciplinaridade. Este princípio articula a pesquisa, o ensino e a extensão na formação do professor e permite dominar saberes, transformá-los e intervir com ética na realidade. A interdisciplinaridade associada à gestão do ensino possibilita o diálogo e a partilha dos saberes, além de fazer da relação ensino-aprendizagem um momento de produção e de criação do conhecimento.

Nessa perspectiva, o estágio não-obrigatório deve ser desenvolvido, visando:

- Formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguístico e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional.
- Construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional.
- Integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural.
- Valorizar a produção do conhecimento construído através das pesquisas educacionais.
- Estimular a produção científica dos estudantes.
- Capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador

e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino aprendizagem inclusivo.

Este estágio difere do mencionado no tópico anterior, pois se configura em caráter opcional, podendo ser aproveitado para o componente Estágio Supervisionado Obrigatório, desde que cumpra os requisitos necessários.

4.1.4.3 Aproveitamento de estágios supervisionados no curso de Pedagogia Bilíngue

Deve-se observar que as atividades de ensino devem estar vinculadas às etapas da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, gestão escolar, atuação do pedagogo em ambientes não escolares ou educação de jovens e adultos. O discente deve requerer o aproveitamento para a coordenação do curso encaminhando, via processo, texto com o pedido, em que especifique o componente curricular de estágio para o qual pretende aproveitamento, e anexando documentos comprobatórios de sua experiência profissional. A coordenação encaminhará para o colegiado de curso analisar e deliberar. Aprovado o aproveitamento pelo colegiado, ao discente é atribuída nota máxima (10,00) no componente curricular, pelo sistema SIGAA.

4.1.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC visa propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências e as habilidades adquiridas no curso como forma de estímulo à produção científica e ao aprimoramento da capacidade de interpretação, reflexão, análise e crítica.

O TCC é um componente obrigatório neste curso, visto que: i) fornece um objetivo final que direciona o desempenho do aluno durante toda a graduação; ii) aproxima estudantes e professores, mediante o sistema de orientação; iii) possibilita que o acadêmico tenha conhecimento especializado acerca dos gêneros de trabalho monográfico, artigo científico e memorial acadêmico.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escolher uma temática que está intrinsecamente articulada com a área de conhecimento da educação, podendo também, conforme seu interesse de pesquisa, fazer uma interseção com outras áreas do conhecimento, desde que mantendo a centralidade na educação como grande área do

conhecimento.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na construção de um trabalho monográfico: monografia, artigo científico, memorial acadêmico ou relatório de estágio, defendidos numa banca avaliadora, resultando de uma pesquisa individual sobre uma temática de qualquer área contemplada na estrutura curricular, conforme as linhas de pesquisa ofertadas pela Instituição de Ensino Superior.

Para construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o aluno deverá cursar duas disciplinas obrigatórias: TCC 1 e TCC 2. Na primeira, deverá escolher o gênero textual de seu trabalho de conclusão de curso, elaborar e apresentar para uma banca de qualificação um projeto de pesquisa a ser executado na disciplina de TCC 2. Na disciplina de TCC 2, o aluno desenvolverá a pesquisa planejada, produzindo o texto final a ser defendido por uma banca examinadora, composta por seu orientador mais os professores avaliadores.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado pelo aluno de Pedagogia Bilíngue, sob a orientação de um professor, seguindo a resolução vigente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFERSA. O trabalho desenvolvido deverá abordar temas relacionados a estudos estéticos, culturais, da linguagem e da educação, resultando em um trabalho monográfico, artigo científico, memorial acadêmico ou relatório de estágio. A apresentação poderá ser presencial ou videoconferência a critério do professor orientador e da disponibilidade dos membros da banca avaliadora.

O TCC será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores examinadores, lotados no curso de Pedagogia Bilíngue ou convidados, designados pela Comissão de Curso, em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa e arguição do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados em murais e plataformas digitais institucionais de ampla divulgação.

4.1.6 Disciplinas Optativas

COMPONENTES OPTATIVOS		C.H
	Escrita de Sinais I	60H
	Escrita de Sinais II	60H
CAC1789	Escrita de Sinais III	60H
CAC1790	Aquisição de Língua de Sinais	60H
CAC1791	Aquisição de Segunda Língua	60H
CAC1792	Ensino e Aprendizagem de Libras por meio de Novas Tecnologias	60H
CAC1795	Avaliação da Aprendizagem na Educação de Surdos	60H
	Práticas Interdisciplinares na Educação	60H
CAC0670	Tecnologias e Educação	60H
CAC1787	Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar	60H
	Educação popular: perspectivas paulofreireanas	60H
	Profissão Docente	60H
	Alfabetização e letramento na concepção bilíngue II	60H
	Estudo dos letramentos	60H
	Português e Libras como segunda língua IV	30H
	Tecnologias e educação	60H
	Educação do Campo, indígena e quilombola	60H
	Gênero, Sexualidade e Educação	60H
	Introdução à psicomotricidade	60H
	Abordagens pedagógicas da surdo-cegueira	60H

	Letramento Literário	60H
	Pedagogia histórico-crítica	60H
	MÍNIMO A CURSAR*	180*

* No decorrer do curso serão cursados, obrigatoriamente, quatro componentes optativos, totalizando 180 (cento e oitenta) horas, que já estão incluídas no núcleo de estudos de formação geral. Nas tabelas apresentadas abaixo, apresentamos a divisão dos componentes curriculares pela quantidade mínima de semestres exigidos para a conclusão do curso.

4.1.6.1 Ementas dos componentes curriculares optativos/eletivos

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESCRITA DE SINAIS I	60h	60h	-	-
<p>Ementa: Aspectos históricos e culturais da escrita. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. Compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Atividades de prática como componente curricular. Aquisição do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não -manuais. Ênfase na leitura.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem Mistério. 2. Ed. ver. atual. e ampl. – Salvador, vol. 1:Libras Escrita, 2015.</p> <p>STUMPF, M. R. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In Lodi, Ana Cláudia B. (Org) Letramento e minorias. Porto Alegre. Editora Mediação, 2002.</p> <p>PICARD, Georges. Todo mundo devia escrever: a escrita como disciplina de pensamento. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>STUMPF, M. Sistema SignWriting: por uma escrita funcional para o surdo. In: Thoma, Adriana da Silva. (Org) A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Editora Edunisc, 2004.</p> <p>WANDERLEY, D.C. A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlígüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I e II: sinais de A a Z. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.</p> <p>STUMPF, M. Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: Línguas de Sinais no papel e no computador. Porto Alegre: UFRGS, 2005.</p> <p>HIGOUNET, C. História concisa da escrita, Trad. Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.</p>				

ROJO, R. (org.) **Alfabetização e Letramento**. Capinas: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, F. **Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais**: SignWriting. Florianópolis: UFSC, 2009.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESCRITA DE SINAIS II	60h	30h	30h	-

Ementa: Processo de leitura e de interpretação da escrita em língua de sinais. Produção escrita em língua de sinais. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais. Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O sinalário da Libras. Prática como componente curricular.

Bibliografia Básica

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de Sinais sem Mistério**. 2. Ed. ver. atual. e ampla. – Salvador, vol. 1:Libras Escrita, 2015.

STUMPF, M.R. Letramento na língua de sinais escrita para surdos. In Maria Cecília de Moura (Org). **Educação para surdos – práticas e perspectivas II**. 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011.

STUMPF, M. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: Línguas de Sinais no papel e no computador**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I e II: sinais de A a Z**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

QUADROS, R.M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

SILVA, F. **Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais**: SignWriting. Florianópolis: UFSC, 2009.

STUMPF, M. R. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In: Lodi, Ana Cláudia B. (Org) **Letramento e minorias**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2002.

WANDERLEY, D.C. **A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESCRITA DE SINAIS III	60h	60h	-	-

Ementa: Processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário bilíngüe: escrita de sinais e de português.

Bibliografia Básica

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOUZA, R.B.; SEGALA, R.R. A perspectiva social na emergência das línguas de sinais: a noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico laboviano. In: QUADROS, R.M. de.; STUMPF, M. **Estudos surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009. p.21 -48.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.

Bibliografia Complementar

NOBRE, R.S. **Processo de grafia da língua de sinais: uma análise fono-morfológica da escrita em SignWriting**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130863/328530.pdf?sequence=1>

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de sinais sem mistério**. Belo Horizonte. v.1, 2012.

SUTTON, V. **Sign Writing: manual**. [online] disponível em www.signwriting.org, 1996.

VAL, M. da G. C.. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WANDERLEY, D. C. **A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

WANDERLEY, D.C. **Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100775/308896.pdf?sequence=1>

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
AQUISIÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS	60h	60h	-	-

Ementa: Estudo da aquisição da língua de sinais em diferentes contextos de aquisição: a língua de sinais como língua materna, a língua de sinais como primeira língua e a língua de sinais como segunda língua. Implicações para o professor e para o tradutor e intérprete de língua de sinais.

Bibliografia Básica

KARNOPP, L. **Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Tese de Doutorado, PUCRS, 1999. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/.../9928

LEMONS, C. **Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem**. Letras de hoje, n. 12, 1995.

QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: AEIR, 1993.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio -interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.

KOCH, I.V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L.B. **Estudos linguísticos: língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. Martins Fontes, 2008.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA	60h	60h	-	-

Ementa: Estudo das principais teorias de aquisição de segunda língua e suas implicações para o professor de Libras.

Bibliografia Básica

KATO, M.A. **O aprendizado da leitura**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCARPA, E. **Aquisição da linguagem**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. 2v. p. 203 - 232.

SVARTHOLM, K. **Aquisição de segunda língua por surdos**. *Revista Espaço*. n. 9, p. 38 -45, 1998.

Bibliografia Complementar

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 6. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LODI, A.C.B. **Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos**. In: BERBERIAN, A.P.; ANGELIS, C.C. M. de; MASSI, G. (Orgs). *Letramento: referências em saúde e educação*. São Paulo: Plexus, 2006, p. 244 -273.

MARTINEZ, P. **Didática de línguas estrangeiras**. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R.M. de.; FINGER, I. **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis: UFSC, 2008.

STEPHANY, U. **Tópicos psicolinguísticos e sociolinguísticos na aquisição e ensino de línguas estrangeiras**. *Revista de Letras, Fortaleza, CE*, v.18, n. 1, p. 14 -20, jan./jun.1996. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3215/1/1996_Art_UKJStephany.pdf

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS	60h	60h	-	-

Ementa:

Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e multimídia na educação de surdos. Conhecimento e uso de softwares educativos para surdos.

Bibliografia Básica

STUMPF, M.R. **Educação de surdos e novas tecnologias**. Texto -base da disciplina do Curso de Letras-LIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, SC. 2010. Disponível em:

www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/.../educacaoDeSurdosENovasTecnologias

ALBRES, N. de A. (org.). **Libras em estudo: ensino-aprendizagem**. São Paulo: FENEIS, 2012.

FREITAS, L.C. **A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: LSB Vídeo, 2007.

Bibliografia Complementar

LÉVY, P. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

PEREIRA, A.T.C.; GONÇALVES, B.S. **Design de hipermídia**. processos e conexões. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC. 2010.

SOUZA, Henderson Tavares de. **Tecnologias educacionais: aplicações e possibilidades**. Edição Português, 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias - o Novo Ritmo da Informação Capa comum**. Editora Papirus, 2007.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE SURDOS	60h	60h	-	-

Ementa: Avaliação da aprendizagem: conceitos, princípios, funções, etapas. Práticas avaliativas de exclusão: repetência, reprovação, evasão. Instrumentos de avaliação. Análise de experiências relacionadas à avaliação do processo de aprendizagem de alunos surdos.

Bibliografia Básica

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, D. R. **Libras e Leitura de Língua Portuguesa Para Surdos**. Editora Appris 1ª Edição. Curitiba, 2015.

RIBEIRO, T. CRUZ, O. **Práticas Pedagógicas no Ensino da Língua Portuguesa Escrita Para Surdos – Desafios, experiências e aprendizagens**. Editora Wak. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2022

Bibliografia Complementar

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUADROS, R.M. de. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. MEC, SEESP. 2006

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. MEC, SEESP. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2004.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. MEC, SEESP. 1 v. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2004.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO	60h	60h	-	-

Ementa: Abordagens interdisciplinares. Práticas de pesquisa interdisciplinar na Educação. Estudo de problemas associados à formação disciplinar. Propostas alternativas. Pedagogias de projetos. O processo de ensino e suas relações a partir de práticas significativas e contextualizadas para resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade.

Bibliografia Básica

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília, DF:MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: penso, 2014.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: História, Teoria e Pesquisa. Papyrus Editora.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, I. C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2001

FAZENDA, Ivani. **O que é Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2013.

JAPIASSU, Hilton. **O espírito Interdisciplinar**. <http://www.emformacao.bioquimed.ufrj.br/01/materiais.htm> , Outubro de 2005.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Revista Ideação. THIESEN. Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	60h	60h	-	-
<p>Ementa: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003.</p> <p>MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas. São Paulo, Papirus, 2000.</p> <p>PINTO, Manuel. Novas Metodologias em Educação. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora, 1995.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.</p> <p>MACHADO, Arlindo. A arte do vídeo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.</p> <p>PARENTE, André. Imagem e máquina. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.</p> <p>SANTAELLA, Lúcia. A cultura das mídias. São Paulo: Brasiliense, 1996.</p> <p>SOUZA, Márcio Vieira de. Mídia e conhecimento: a educação na era da informação. 1998.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM AMBIENTE HOSPITALAR	60h	60h	-	-
<p>Ementa: Aspectos históricos do atendimento educacional hospitalar no Brasil. Legislação brasileira que orienta o atendimento educacional em ambiente hospitalar. Concepções e organização didático-pedagógica na atuação de professores em classes hospitalares. Interface Educação Saúde – Equipe de saúde, família, discente, docente, classe hospitalar e escola regular.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRASIL. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília: MEC; SEESP, 2002. MATOS, E.L.M.; MUGIATTI, M.M.T.F. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.</p> <p>MATOS, Elizete L.M. (org.). Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>ROCHA, Simone Maria da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Classe hospitalar: um espaço de vivências educativas para crianças e adolescentes em tratamento de saúde. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 113 -121.</p>				

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2**, de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS. Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Brasília /DF: MEC, 2008.

CNDCA. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995, Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Rio de Janeiro, RJ, 49p., outubro de 1995.

SILVA, Andreia Gomes; ROCHA, Simone Maria da. **Com a palavra uma professora: relatos de atendimento pedagógico-educacional ao aluno transplantado**. REVELLI Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG -Inhumas., v. 9, p. 177 -190, 2017.

PASSEGGI, Maria da Conceição; ROCHA, Simone Maria da; CONTI, Luciane De. **(Con)Viver com o Adoecimento: narrativas de crianças com doenças crônicas**. Revista FAEEBA, v. 25, p. 45 -57, 2016.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULOFREIREANAS	60h	30h	30h	-

Ementa:

Fundamentos da educação popular: relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de

janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné Bissau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PROFISSÃO DOCENTE	60h	30h	30h	-

Ementa: História e natureza da profissão docente. Os saberes e as competências necessárias ao exercício da docência e que são norteadores da prática pedagógica. Aspectos da identidade docente. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor reflexivo. As instituições e práticas de formação docente.

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**. Imagens e Auto-imagens. 3o ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NÓVOA, Antonio. **Diz -me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa**. In:FAZENDA, Ivani. A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 2; d. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Bibliografia Complementar

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In Vidas de professores. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

LUDKE, Menga. Formação Inicial e construção da identidade profissional de professores de 1º grau. In: CANDAU, Vera (org.) Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCHON, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, Antonio (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa. D. Quixote, 1995.

TARDIFF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Teoria c/a Educação. Porto Alegre, nº 04, 2006.

TEIXEIRA, Inês Castro. Os professores como sujeitos sócio -culturais. In: DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Ed. da UFMG, 2006.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO CONCEPÇÃO BILÍNGUE II	60h	60h	-	-
<p>Ementa: Alfabetização e Letramento: relações e implicações. Processo de alfabetização: consciência fonológica e princípio alfabético. Alfabetizar letrando. Abordagens de letramento: diferentes perspectivas. Multiletramentos: multiculturalismo e multimodalidade. Estudos críticos e abordagens de letramento: políticas afirmativas, pedagogia da inclusão. Formação identitária do professor como agente de letramento. Letramento e dispositivos didáticos. Projetos de Letramento bilíngue.</p>				
<p>Bibliografia básica</p> <p>CORRÊA, Manoel; L. G.; BOCH, Françoise. (Orgs.). Ensino de língua: representação e letramento. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006, p. 75-91. (Coleção Idéias sobre linguagem).</p> <p>OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia Azevedo; SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. Projetos de Letramento e formação de professores de língua materna. Natal/RN: EDUFRN, 2014.</p> <p>ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p>				
<p>Bibliografia complementar</p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo Editora Scipioni, 1989.</p> <p>COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2005.</p> <p>COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>KERSCH, Dorotea Frank; COSCARELLI, Carla Viana; CANI, Josiane Brunetti (Orgs.). Multiletramentos e Multimodalidade: ações pedagógicas e aplicadas à linguagem. Campinas, São Paulo: Pontes, 2016.</p> <p>KLEIMAN, Angela Bustos. O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: ARTMED, 2000.</p> <p>STREET, Brian. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.</p>				

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ESTUDO DOS LETRAMENTOS	60h	60h	-	-

Ementa: Concepções de letramento. Letramentos em contextos escolares e não escolares. Multiletramentos. Letramento(s) e ensino de língua portuguesa.

Bibliografia Básica

STREET, B. V. **Letramentos sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. (Trad. Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias e linguagens.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

SOUZA, A. L. S.; CORTTI, A. P.; MENDONÇA, M. **Letramentos no Ensino Médio.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

Bibliografia Complementar

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.) **Português no Ensino Médio e formação do professor.** 2ª edição. São Paulo: Parábola, 2022.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). **Letramento digital:** aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3a edição. Belo Horizonte: Ceale, 2011. (Coleção Linguagem e Educação)

LODI, A. C. B. et al. (Org.) **Letramentos e minorias.** 8. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

VÓVIO, C. L.; SITO, L.; GRANDE, P. B. de (Org.). **Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PORTUGUÊS E LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA IV	30h	30h	-	-

Ementa: Consolidação de estruturas linguísticas e funcionais abordadas nos níveis anteriores. Trabalho orientado para uma prática integrada das duas habilidades: compreensão e produção escrita. Ênfase na dissertação, fazendo uso das formas adequadas a paráfrases, exposição de

ideias e seleção de argumentos. Prática com textos relacionados a temática do bilinguismo e orientado por gêneros acadêmicos.

Bibliografia Básica

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1999.

PÉCORA, A. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para discentes surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2008.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. **A importância do ato de ler** (em três artigos que se completam). São Paulo: Cortez, 1983.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. São Paulo: Ática, 1999.

SOUZA, M. R. & GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão**. In: SCLIAR, C. B. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. V.1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.163-187.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	60h	60h	-	-

Ementa: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

Bibliografia Básica

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000.

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora, 1995.

Bibliografia Complementar

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PARENTE, André. **Imagem e máquina**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.
 SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
 SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA	60h	60h	-	-

Ementa: Fundamentos e princípios da Educação do Campo. Histórico da educação do campo. Abordagens teórico-metodológicas da Educação do Campo. Relação entre educação rural e educação do campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, Indígena e Quilombola. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Educação do campo, indígena e quilombola e a questão do currículo.

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel Gonzaley; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC, 2006.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravatura no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

PEREIRA, Karla Raphaela Costa. Escola e currículo na perspectiva da educação do campo. In: MARTINS, Ícaro Amorim; BASTOS, José Romário R; NETO, Patrícia. **Educação do campo: conceitos, dimensões e práticas**. Fortaleza: SEDUC, 2022. p.82-110.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Márcia et al. (Org.). **Educação na reforma agrária**. Brasília: PRONERA, 2004.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MATTOS, Beatriz; KUSTER, Angela (Orgs.). **Educação no contexto do semi-árido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930** São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	60h	60h	-	-

Ementa: A historicidade do conceito de gênero e o uso no ensino e na pesquisa histórica. Os rumos da História das Mulheres e das Relações de Gênero na historiografia contemporânea. Relações vigentes nas escolas em busca de uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça e geração. Estudo das diversidades e singularidades dos grupos humanos e das minorias, enquanto processos, práticas e valores. Apropriação dos conceitos de sexualidade. Compreensão das categorias identidade de gênero e orientação sexual. Apropriação cultural da diferença sexual e da importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero. Análise das relações de gênero e trabalho. Gênero e cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, L. F. C.; IGNA, M. C. D. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, D.; SOARES, R. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO; MEC, Anped, 2005. (Coleção Educação para Todos).

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L. B. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FELIPE, Jane. Sexualidade nos livros infantis: relações de gênero e outras implicações. In: MEYER, Dagmar (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOURO, Guacira L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, Regina Célia Pinheiro; MEGID NETO, Jorge. **Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na Escola: o que mostram as pesquisas**. Ciência e Educação. Baurú, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n. 2, Porto Alegre: Pannonica, 1995.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
INTRODUÇÃO À PSICOMOTRICIDADE	60h	60h	-	-

Ementa: Histórico da psicomotricidade. Conceituação da psicomotricidade. Elementos essenciais da psicomotricidade. Visão da psicomotricidade de acordo com Henry Wallon, Maria Montessori, Lapierre, Vitor da Fonseca, Le Bouch, Ajuriaguerra, Piaget. Psicomotricidade na

educação infantil e no ensino fundamental séries iniciais. Elementos da psicomotricidade: esquema corporal, estruturação espacial e temporal, lateralidade, ritmo e percepção. Distúrbios psicomotores. Avaliação psicomotora.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Avaliação psicomotora à luz da psicologia e da psicopedagogia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007

LE BOULCH, Jean. **Educação Psicomotora: a psicocinética na idade escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Bibliografia Complementar

ALVES, Fátima. A psicomotricidade e o Idoso: Uma Educação para a saúde. Rio de Janeiro: Wak, 2013. LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese.** E Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

LE BOULCH, Jean. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
ABORDAGENS PEDAGÓGICAS NA SURDO-CEGUEIRA	60h	60h	-	-

Ementa: Dificuldades de Comunicação e Sinalização – Surdocegueira/Múltipla Deficiência Sensorial; Dificuldades de Comunicação e Sinalização – Surdez. Atendimento pedagógico de alunos surdo-cegos.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Fátima A. A. A. Caderno Educação infantil; saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: **Surdo cegueira/múltipla deficiência sensorial.** Universidade Federal de São Carlos –UFSC/São Paulo, 2006.

MASINI, Elcie F.S. (Org.). **Do sentido... pelos sentidos...para o sentido.** Vetor Editora: São Paulo, 2002.

SILVA, A.M.B. **A comunicação do surdo cego pré-linguístico.** ADEFAP: São Paulo, 1995.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Isabel e LADEIRA, F. **Discentes com multideficiência nas escolas de ensino regular**. Ministério da Educação: Lisboa, 1999.

BOVE, M. **Cursos sobre comunicação do surdo cego congênito**. Programa Hilton Perkins para América Latina. São Paulo, 1993.

MAZZOTTA, M.J.S. **Trabalho docente formação de professores de educação especial**. E.P.U.: São Paulo, 1973

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. ZAHAR Editores: Rio de Janeiro, 1982.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Ed. Estampa: Lisboa, 1975.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	60h	60h	-	-

Ementa: Fundamentos da Pedagogia histórico-crítica. Psicologia Histórico Cultural. Os momentos da pedagogia histórico-crítica. A escola concreta. Organização curricular com base na Pedagogia histórico-crítica. O currículo segundo a Pedagogia Histórico-crítica. O papel do professor e da escola segundo a Pedagogia histórico-crítica.

Bibliografia Básica

DUARTE, Nilton. **Vigotski e o 'aprender a aprender'**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Autores Associados: Campinas, 2000.

MALANCHEN Júlia. **Cultura, Conhecimento e Currículo** – Contribuições da pedagogia histórico-crítica. Autores Associados: Campinas, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores Associados, 1994.

Bibliografia Complementar

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005.

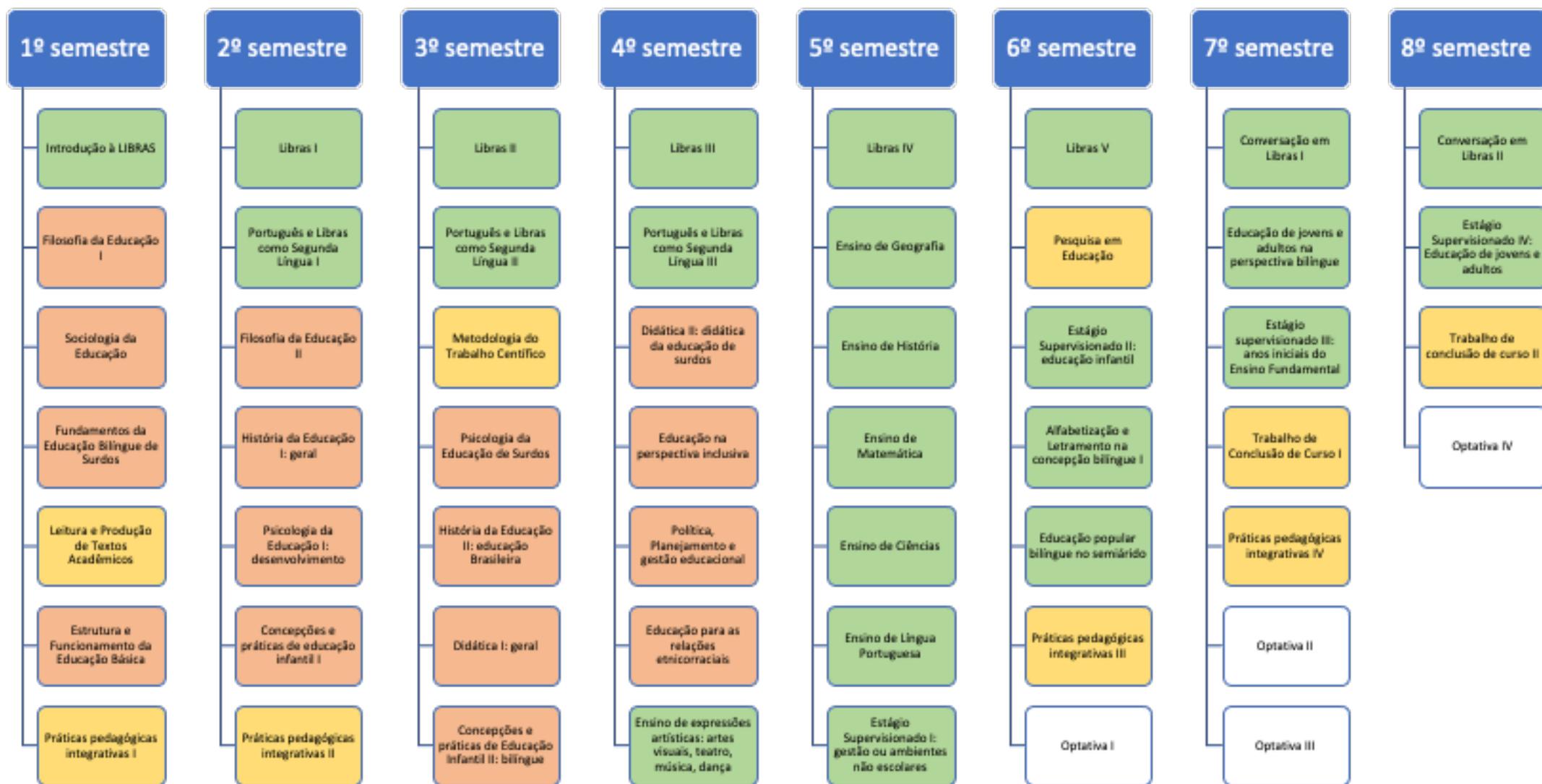
MARSIGLIA A. C. G. (Org.), **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Moraes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1992.

Componente curricular	CH total	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão
LETRAMENTO LITERÁRIO	60h	60h	-	-
<p>Ementa: O conceito de letramento. A especificidade do letramento literário. O ensino de literatura. Literatura e leitores. A leitura na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais. A leitura literária e a formação humana. O professor como mediador da leitura literária. A literatura em sala de aula.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. In Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces - O jogo do livro. Belo Horizonte. 2007, 1 ed. 2 reimp., 2007, p. 75-83</p> <p>BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera T. Literatura: A formação do leitor - alternativas metodológicas. Porto Alegre, RS: Mercado aberto, 1993. (Série Novas Perspectivas, 27).</p> <p>COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. 2 ed. São Paulo, SP. Contexto, 2012.</p>				
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BARTHES, Roland. Aula. 10 ed. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, SP. Cultrix, 2008. Tradução de: Leçon.</p> <p>CORRÊA, Hércules Tolêdo. Adolescentes leitores: eles ainda existem. In Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces - O jogo do livro. Belo Horizonte. 2007, 1ª ed. 2ª reimp., p. 75-83, 2007.</p> <p>COSSON, Rildo. Círculos de leitura e letramento literário. São Paulo, SP: Contexto, 2014.</p>				

4.1.7 Representação gráfica do perfil formativo



5 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A organização acadêmico-administrativa é realizada pela coordenação do curso e pela equipe gestora do Centro Multidisciplinar de Caraúbas. Quem coordena é responsável por zelar para que o Projeto Pedagógico do Curso seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do curso.

Segundo o Estatuto da Ufersa, no artigo 72, “a Coordenação de cada curso de Graduação tem instância executiva nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice Coordenador”. Cabe, portanto, à coordenação apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do curso. Sendo assim, a coordenação do curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

Além disso, quem coordena deve identificar as necessidades do curso e promover gestões para seu equacionamento e, entre outras atividades, manter atualizado o banco de dados sobre os estudantes e egressos do curso, visando ao processo de avaliação; representar o curso nas instâncias em que for designado; e elaborar e propor para deliberação ao Colegiado do Curso a oferta de componente curriculares com seus respectivos horários.

Os cargos de coordenação e vice coordenação serão eleitos simultaneamente, pelos docentes efetivos do curso, e pelos estudantes regularmente matriculados. De acordo com Art. 74 do Estatuto da Ufersa, somente poderão exercer e se candidatar às referidas funções de chefia professores do quadro permanente da Ufersa, em regime de 40 horas ou dedicação exclusiva, e que apresente formação acadêmica na área do curso, preferencialmente com graduação no curso, com mandato de dois anos.

As atividades da coordenação são desenvolvidas com o apoio do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Bilíngue.

5.2 COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue conta com um Colegiado de Curso regulamentado, regido e constituído conforme as resoluções vigentes. O Colegiado de Curso é o órgão primário de função normativa, consultiva, deliberativa e de planejamento acadêmico, e é composto pela presidência do/a Coordenador/a do Curso,

pelo/a Vice Coordenador/a do curso, um representante docente de cada um dos núcleos que integram o currículo e um representante discente.

A representação docente é eleita pelo corpo docente do curso para mandato de dois anos, enquanto a representação discente será eleita pelos próprios discentes do curso para mandato de um ano, podendo ambos os mandatos terem uma recondução.

Dentre outras, é competência deste Colegiado:

- I. estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II. elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- III. analisar e avaliar os Planos Gerais dos Componentes Curriculares (PGCC) do curso, propondo alterações quando necessárias;
- IV. promover a interdisciplinaridade, a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- V. fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos conselhos superiores;
- VI. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões da coordenação de curso.

Assim, o Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, em suas funções didático-pedagógicas, e consultivo, em suas funções de gestão. As reuniões ordinárias serão realizadas duas vezes por semestre letivo, segundo o artigo 16 da Resolução 04/2017, havendo a possibilidade de reuniões extraordinárias, sempre que necessário. Portanto, o objetivo maior deste Colegiado é o de qualificar as informações colhidas nas rotinas pedagógicas, de modo a possibilitar o reencaminhamento do processo educativo. Cabe a este Colegiado o acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas, bem como a frequência, desempenho, postura do acadêmico e outros assuntos definidos pelos próprios professores.

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue será constituído de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Segundo as resoluções vigentes, o NDE contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e exerce as demais atribuições que lhe são explícita e implicitamente conferidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

O NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia bilíngue será composto por um mínimo de cinco docentes, incluindo a representação da coordenação do curso. Todos os seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação

stricto sensu. Assim, são membros deste núcleo: o Coordenador do NDE, o Coordenador do Curso e, pelo menos, mais três outros professores do curso. Os integrantes do NDE de cada curso serão conduzidos por meio de indicação do Colegiado de Curso e terão mandato de 4 (quatro) anos. As reuniões ordinárias do NDE devem ser mensais. Quando necessário, reuniões extraordinárias são convocadas pelo Coordenador do NDE. O registro em Ata de Reunião é necessário e será formulado pela Secretaria de Graduação.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso.
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE trabalhará com metas relacionadas à qualificação do PPC, no seu trabalho de análise, acompanhamento e supervisão, em articulação com a Coordenação do Curso e com o Colegiado do Curso, de acordo com as normas que regem suas atribuições.

6 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

6.1 PERFIL DOCENTE

Os profissionais que atuarão no curso de Pedagogia Bilíngue, no âmbito do PARFOR-Equidade deverão cumprir as exigências do Edital CAPES nº 23/2023, abaixo relacionadas.

Professor Formador I	<p>I - ser docente da IES ofertante ou pertencer ao quadro efetivo de secretaria de educação;</p> <p>a) quando se tratar de IES pública, pertencer ao quadro permanente da IES como docente de curso de licenciatura;</p> <p>b) quando se tratar de IES privada sem fins lucrativos, ser contratado em regime integral ou, se parcial, com carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais e não ser contratado em regime horista, e estar em efetivo exercício, ministrando disciplina em curso de licenciatura;</p> <p>II - possuir título de mestre ou doutor;</p> <p>III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área da disciplina que irá ministrar;</p> <p>IV - possuir experiência mínima de 3 (três) anos no magistério superior;</p> <p>V - possuir experiência na formação de professores, comprovada por pelo menos 2 (dois) dos seguintes critérios:</p> <p>a) docência em disciplina de curso de licenciatura;</p> <p>b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;</p> <p>c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores da educação básica;</p> <p>d) coordenação de curso de licenciatura;</p> <p>e) docência ou gestão pedagógica na educação básica.</p>
Professor Formador II	<p>I - pertencer, preferencialmente, ao quadro da IES ofertante ou de secretarias de educação;</p> <p>II - ter formação em nível de pós graduação, lato sensu ou stricto sensu;</p> <p>III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área da disciplina que irá ministrar;</p> <p>IV - comprovar experiência de no mínimo 1 (um) ano no magistério;</p> <p>V - possuir experiência na formação de professores, comprovada por pelo menos 1 (um) dos seguintes critérios:</p> <p>a) docência em disciplina de curso de licenciatura;</p> <p>b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;</p> <p>c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores da educação básica;</p> <p>d) coordenação de curso de licenciatura;</p>

	e) docência ou gestão pedagógica na educação básica.
Formador convidado	<p>A) Para atuarem em curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva ou de Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos:</p> <p>I - pertencer, preferencialmente, ao quadro de IES ou de secretarias de educação;</p> <p>II - ter formação em nível de pós graduação, lato sensu ou stricto sensu;</p> <p>III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área da disciplina que irá ministrar;</p> <p>IV - comprovar experiência de no mínimo 1 (um) ano no magistério;</p> <p>VI – para atuar na Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, o formador convidado deverá ser pessoa com deficiência e possuir experiência na área. Em casos excepcionais, poder-se-á admitir pessoas com formação em curso normal de nível médio, desde que pertença aos quadros da rede pública de ensino;</p> <p>VII – para atuar na Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos, o formador convidado deverá ser professor(a) Surdo(a), com experiência na formação de professores correlacionada com a área;</p> <p>VIII - possuir experiência na formação de professores, comprovada por pelo menos 1 (um) dos seguintes critérios:</p> <p>a) docência em disciplina de curso de licenciatura;</p> <p>b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;</p> <p>c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores da educação básica;</p> <p>d) coordenação de curso de licenciatura;</p> <p>e) docência ou gestão pedagógica na educação básica.</p>

Os docentes para atuação serão bolsistas do PARFOR-Equidade e deverão cumprir as atribuições do programa, conforme consta no Edital CAPES nº 23/2023.

Conforme o curso se consolide e a UFERSA assuma a execução, após a execução do PARFOR, os profissionais que comporão o quadro de docentes da licenciatura em Pedagogia Bilíngue serão lotados no Centro Multidisciplinar de Caraúbas, cujo corpo docente compreende profissionais de diversos campos científicos no Departamento de Linguagens e Ciência Humanas - DLCH e no Curso de Licenciatura em Física do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT. Por conta da afinidade e congruência de alguns componentes curriculares, incluindo projetos de extensão e pesquisa, esses docentes manterão colaboração com o Curso de Pedagogia Bilíngue.

Nesse ínterim, não se dispensará a atenção que a Licenciatura em Pedagogia Bilíngue receberá do corpo técnico-administrativo já lotado no *campus*, cujo apoio é

fundamental e necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, sejam elas administrativas ou laboratoriais.

6.2 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DOCENTE

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue será formado por professores com mestrado e doutorado em regime de dedicação exclusiva, com diferentes perfis acadêmicos, de forma a suprir a carga horária de ensino, pesquisa e extensão. Uma parte da carga horária de ensino do curso é igual aos componentes curriculares já ofertados pelo Departamento de Linguagens e Ciência Humanas, fato que permite uma adequação de turmas e/ou vagas em componentes curriculares obrigatórios e/ou optativos do DLCH, de forma a suprir um percentual da carga horária da Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.

O corpo docente do curso de Pedagogia Bilíngue possui experiência na docência da educação básica com condições de promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características das turmas, apresentar exemplos de conteúdos contextualizados dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

É importante considerar que o corpo docente do curso de Pedagogia Bilíngue possui experiência na docência superior na Universidade Federal Rural do Semi-árido para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção. Grande parte do nosso corpo docente possui várias produções acadêmicas publicadas nos últimos três anos, com trabalhos científicos publicados em anais, livros e periódicos indexados; desenvolvendo atividades diversas ainda como orientações de TCC's, estágios e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, *campus* Caraúbas, dispõe docentes pedagogos que atuam nas disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura e, especificamente, de docentes que atuam no curso de Licenciatura em Letras Libras, o que já poderia garantir o início do curso de Pedagogia Bilíngue. São duas (2) pedagogas doutoras, oito (8) professores com formação em Letras/Libras, dos quais um (1) doutor e um (1) mestre são especialistas na área de educação bilíngue de surdos, mesmo não sendo pedagogos; um (1) docente é especialista e cinco (5) são mestres na área de Libras e/ou ensino de surdos.

Abaixo, estimativa de docentes a contratar para atuarem no curso de Pedagogia Bilíngue, segunda turma, primeira entrada via Sisu, a partir do início da execução do curso pela UFERSA. À medida que o número de turmas e matrículas forem aumentando, será necessário a contratação de mais profissionais das áreas de atuação.

PERFIL DOCENTE A CONTRATAR		
ÁREA	PERFIL DOCENTE	A CONTRATAR
Educação	Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins e Doutorado em Educação ou Ensino.	2
	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras/Português) ou áreas afins e Mestrado em Educação ou Ensino ou Letras ou Linguística ou Estudos da Linguagem e/ou Doutorado em Educação ou Ensino ou Letras ou Linguística ou Estudos da Linguagem.	4
Letras/Libras	Licenciatura em Letras Libras ou áreas afins e Mestrado em Letras ou Linguística ou Estudos da Linguagem ou Educação ou Ensino e/ou Doutorado em Letras ou Linguística ou Estudos da Linguagem ou Educação ou Ensino.	2

ESTIMATIVA DE DOCENTES A CONTRATAR – PARFOR*			
SEMESTRE	COMPONENTE CURRICULAR	CH	COTAS
1º	Introdução à Libras	60	4
	Filosofia da educação I	60	4
	Sociologia da educação	60	4
	Fundamentos da educação bilíngue de surdos	60	4
	Leitura e produção de textos acadêmicos	60	4
	Estrutura e funcionamento da Educação Básica	60	4
	Práticas pedagógicas integrativas I	60	4

	Formador Convidado	-	
2º	Libras I	60	4
	Português e Libras como segunda língua I	30	2
	Filosofia da educação II	60	4
	História da educação I: geral	60	4
	Psicologia da Educação I: desenvolvimento	60	4
	Concepções e práticas da Educação Infantil I	90	6
	Práticas pedagógicas integrativas II	60	4
	Formador Convidado	-	6
3º	Libras II	60	4
	Português e Libras como segunda língua II	30	2
	Metodologia do trabalho científico	60	4
	Psicologia da educação de surdos	60	4
	História da educação II: educação brasileira	60	4
	Didática I: geral	60	4
	Concepções e práticas da Educação Infantil II: bilíngue	90	6
	Formador Convidado	-	6
4º	Libras III	60	4
	Português e Libras como segunda língua III	30	2
	Didática II: didática da educação de surdos	90	6
	Educação na perspectiva inclusiva	60	4
	Política, Planejamento e gestão educacional	60	4
	Educação para as relações étnicorraciais	60	4
	Ensino de expressões artísticas: artes visuais, teatro, música, dança	60	4
	Formador Convidado	-	6
5º	Libras IV	60	4
	Ensino de Geografia	60	4
	Ensino de História	60	4
	Ensino de Matemática	60	4
	Ensino de Ciências	60	4
	Ensino de Língua Portuguesa	60	4
	Estágio Supervisionado I: gestão escolar ou ambientes não escolares	100	6
	Formador Convidado	-	6
6º	Libras V	30	2
	Pesquisa em Educação	90	6
	Estágio Supervisionado II: educação infantil	100	6
	Alfabetização e Letramento na concepção bilíngue I	90	6
	Educação popular bilíngue no semiárido	60	4
	Práticas pedagógicas integrativas III	60	4

	Optativa I	30	2
	Formador Convidado	-	6
7º	Conversação em Libras I	30	2
	Educação de jovens e adultos na perspectiva bilíngue	90	6
	Estágio supervisionado III: anos iniciais do Ensino Fundamental	100	6
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	4
	Práticas pedagógicas integrativas IV	60	4
	Optativa II	60	4
	Optativa III	60	4
	Formador Convidado	-	6
8º	Conversação em Libras II	30	2
	Estágio Supervisionado IV: Educação de jovens e adultos	100	6
	Trabalho de conclusão de curso II	60	4
	Optativa IV	30	2
	Formador Convidado	-	6
*1 (uma) cota mensal para cada formador a cada 15h de componente curricular ministrado a cada grupo de até 40 alunos, limitando-se a 06 mensalidades por componente curricular (Edital CAPES Nº 23/2023).			

Quanto à necessidade de profissionais de atuação técnico-administrativa, indicamos a necessidade de pedagogos para as demandas técnicas do curso, assistentes de administração para atuarem nas demandas organizativas do curso, além de profissionais intérpretes de Libras para realizarem a tradução Libras/Língua Portuguesa quando da participação de surdos nas disciplinas do curso.

O Departamento de Linguagens e Ciências Humanas já conta com o trabalho de um (1) profissional técnico efetivo, atuando como secretário executivo, e quatro (4) intérpretes de Libras efetivos. Conforme o número de 50 alunos indicados para a primeira turma de ingresso via SISU, a primeira turma efetivada via PARFOR-Equidade com 30 vagas e o quantitativo previsto de oito (8) novos professores, indica-se a seguinte estimativa de técnicos administrativos. Os intérpretes de Libras trabalham sempre em duplas, garantindo conforto e salubridade para o trabalho.

PERFIL TÉCNICO ADMINISTRATIVO A CONTRATAR		
ÁREA	PERFIL DOCENTE	A CONTRATAR
Pedagogo	Curso superior em Pedagogia.	1

Assistente de Administração	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo.	1
Intérpretes de Libras	Ensino Médio completo com certificação de intérprete de Libras ou o candidato aprovado em prova prática específica.	4

7 INFRAESTRUTURA

A UFERSA dispõe, no *campus* Caraúbas, de uma área física total construída subdividida em vários prédios, conforme a identificação geral das unidades:

Tabela 2 – Descrição da área construída no CMC

QUANTIDADES	UNIDADES
1	Bloco administrativo
2	Blocos de salas de professores
2	Blocos de salas de aula
2	Blocos laboratório
1	Biblioteca
1	Centro de convivência e auditório
1	Bloco almoxarifado e patrimônio
1	Bloco de transporte
1	Ginásio poliesportivo
1	Residência universitária
1	Restaurante universitário
1	Usina fotovoltaica
1	Estação de tratamento de efluentes

Fonte: <https://caraubas.ufersa.edu.br>

Todos esses espaços possuem dimensões adequadas ao seu uso e são mobiliados apropriadamente, equipados com computadores ligados em rede administrativa. Outrossim, dispõem de boas condições acústicas e de iluminação, com fácil acesso às pessoas com deficiência.

7.1 BIBLIOTECA

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue é atendido pela Biblioteca do *campus* Caraúbas, que integra o Sistema de Bibliotecas da UFERSA, e está localizada no Centro Multidisciplinar de Caraúbas. O PDI da UFERSA (p. 111) revela ainda que o Sistema de Bibliotecas (SISBI) tem, ainda, como objetivos unificar, integrar e padronizar as atividades das Bibliotecas dos *campi*, bem como dar suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão que ocorrem no âmbito da universidade; além de prestar aos

seus usuários atendimento de qualidade e promover o intercâmbio de experiências e acervos entre diferentes sistemas de bibliotecas no país e no exterior.

A Biblioteca do *campus* Caraúbas possui 1.303m² de área construída, distribuídos da seguinte forma: ambiente para acervo de livros (atende a 32 usuários); salão de estudo (atende a 64 usuários); sala de estudo (atende 24 usuários); espaço digital (atende a 40 usuários); Setor de Periódicos/Coleções especiais; salão das cabines individuais (atende a 40 usuários) e cabines de estudo em grupo (atende a 24 usuários). Esta biblioteca presta serviços indispensáveis à comunidade acadêmica, tais como empréstimos, reservas de livros, confecção de fichas catalográficas e aporte de TCCs.

O acervo dispõe de aproximadamente 6 mil impressos distribuídos entre as áreas de ensino oferecidas pela instituição: Ciências Exatas, Engenharia, Ciências Humanas e Letras. Na área de Letras, Linguística e Artes, a Biblioteca do *campus* dispõe de 440 títulos. Este acervo é constantemente ampliado através da política de aquisição para material bibliográfico: são destinados recursos para a constante adequação do acervo ao proposto pelas bibliografias básicas e complementares dos programas de componentes curriculares dos vários cursos oferecidos pela instituição e ao proposto pelas bibliografias relacionadas nos seus Projetos Pedagógicos.

Assim, as necessidades das comunidades acadêmica e externa estão sempre sendo consideradas e supridas com o enriquecimento em número de exemplares e variedade de títulos. Atualmente, existem duas bibliotecas digitais disponíveis para a comunidade acadêmica, segundo o PDI 2021-2025: o Portal Minha Biblioteca, que dispõe às instituições de ensino superior uma plataforma de e-books com conteúdo técnico e científico; e a Biblioteca Virtual da Pearson, um acervo digital composto por milhares de títulos, que abordam diversas áreas de conhecimento.

O horário de funcionamento da Biblioteca do *campus* Caraúbas é corrido, com início às 7h30min e finalização às 22h. O SISBI possui laboratórios de informática para estudos e pesquisas, para uso da comunidade ufersiana e externa. Existe, ainda, a Biblioteca Virtual, acessível a toda a comunidade acadêmica pelo computador ou por aplicativo próprio e dispõe de um acervo de mais de 2.100 livros, atrelados a, pelo menos, quarenta áreas do conhecimento. Nela, é possível acessar obras de editoras importantes, como Pearson, Contexto, Papirus, Ática, Companhia das Letras.

Outra fonte de informação atrelada ao Sistema de Bibliotecas da Ufersa é a Biblioteca Digital que, por sua vez, está integrada à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacional. Esta disponibiliza online toda a produção técnico-científica dos Programas de Pós-graduação da universidade, distribuída em periódicos, teses e dissertações.

7.2 SALAS DE AULAS

O Centro Multidisciplinar de Caraúbas conta com três blocos de salas de aulas, todas elas com capacidade para, no mínimo, 20 alunos e, no máximo, 60. Todos os blocos possuem rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência, mapa tátil de orientação para as pessoas com deficiência visual, placas de identificação de setores em Braille e um dos blocos possui elevador para viabilizar o acesso aos cadeirantes. Contamos com o serviço de tradutores e intérpretes de Libras que atuam em sala de aula, nas reuniões, eventos e demais demandas, a fim de promover a acessibilidade linguística para os docentes e discentes surdos.

O Curso de Pedagogia Bilíngue conta com uma estrutura física de qualidade e com salas de aula equipadas com cadeiras, equipamento multimídia, tela de projeção, quadro branco e equipamento de central de ar.

7.3 SALA DE PROFESSORES

No *campus* de Caraúbas existem dois blocos de professores (I e II). O espaço para trabalho é compartilhado por dois docentes por sala. Cada docente tem sua mesa, computador, armário, telefone/fax, cadeiras giratórias para os professores e cadeiras comuns para o atendimento aos discentes e uma central de ar.

Pensando num trabalho seguro e que promova qualidade de vida, a equipe de Segurança do Trabalho fornece bolinhas ergonômicas, apoio anatômico para mouse e apoio de pés. Nesses espaços os docentes realizam o planejamento didático-pedagógico, atendem às demandas institucionais, têm privacidade e segurança para uso dos recursos, material e equipamentos pessoais e realizam o atendimento aos discentes e orientandos.

Nesses blocos dos professores existem salas destinadas às ações dos projetos de pesquisa, de ensino e administrativas.

Cada bloco conta com uma secretaria, onde se disponibiliza vários recursos materiais de suporte às aulas; conta ainda com um auditório onde são realizadas reuniões de departamento, eventos e aulas. Os blocos possuem copa para servidores, equipada com geláguia, geladeira, pia, microondas, mesa e cadeiras para realizar as refeições, e banheiros que dão suporte para o corpo docente e administrativo em jornada de trabalho integral na universidade.

7.4 LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL

7.4.1 Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura — NUPELL

O NUPELL é um espaço destinado a atender grupos de pesquisa vinculados ao curso, em suas diferentes áreas do conhecimento. O espaço funciona no Bloco III de salas do Centro Multidisciplinar de Caraúbas e conta com janelas com “quebra-sol”, mesas e cadeiras para reuniões, armário com chave, 130 computador com acesso à internet, projetor, caixa de som, câmera filmadora, quadro branco, sistema de refrigeração e de iluminação.

7.4.2 Sala PIBID/ Residência Pedagógica

Localizada no Bloco II de professores, a sala do PIBID/ Residência Pedagógica é destinada às reuniões de alunos, professores e supervisores envolvidos nos programas.

A sala conta com janelas com “quebra-sol”, mesas, cadeiras, computador com acesso à internet e impressora, sistema de refrigeração e iluminação.

7.4.3 Salas de monitoria e de pesquisa

Duas salas localizadas no bloco de professores são destinadas a alunos bolsistas de monitoria, de iniciação científica e de extensão. Nessas salas acontecem reuniões,

orientações, estudos e planejamentos das ações a que os referidos bolsistas estão vinculados.

Ambas as salas possuem porta, janelas com “quebra-sol”, sistemas de refrigeração e de iluminação, mesas, cadeiras e computadores com acesso à internet. O curso de Letras conta com dois laboratórios de informática que atendem os alunos de graduação e os professores do curso.

7.4.4 Laboratórios de Formação Específica Laboratório de Audiovisual - LABVISUAL

O Laboratório de audiovisual é um espaço destinado para a produção de materiais e gravação de vídeos em Libras. Pode ser utilizado por docentes, intérpretes de Libras da instituição e/ou alunos da universidade, desde que respeitadas as normas de utilização do espaço. Os alunos podem utilizar o laboratório mediante autorização e supervisão de um docente responsável.

O docente preencherá um formulário de uso do laboratório, em que indicará os equipamentos a serem utilizados e os alunos autorizados por ele a desenvolverem as atividades no laboratório. O uso dos materiais deve ser feito no espaço do laboratório, apenas. É, portanto, proibida a retirada de equipamentos do local. Os usuários devem agendar horários para uso do laboratório, informando data, horário de início e término e objetivo das atividades e devem respeitar as datas e horários desses agendamentos. Não é permitida a presença de alunos ou servidores no laboratório que não estejam realizando atividades acadêmicas condizentes com o espaço.

8 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

8.1 DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Em consonância com os objetivos do Curso de Licenciatura Pedagogia Bilingue e com o perfil de profissional desejado, a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação. Sendo assim, o processo avaliativo deve, principalmente, pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e ao perfil do profissional formado no Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue. Assim, devem ser levadas em consideração a autonomia dos futuros professores e pesquisadores em relação ao seu processo de aprendizagem e qualificação desses profissionais para inserção no mercado de trabalho. Dentre os vários conceitos, ora estabelecidos, ora em debates, este PPC se filia ao que é compreendido por Libâneo (1994, p. 195), para quem

[...] a avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho” do professor e do aluno: A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico -didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Nesse sentido, a avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório, mas como instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do professor como a do aluno em função dos objetivos previstos. Sobre isso, Hoffmann (2011, p. 66) afirma que “o processo avaliativo é um método investigativo e que prescinde da correção tradicional, impositiva e coercitiva. Pressupõe, isso sim, que o professor esteja cada vez mais alerta e se debruce compreensivamente sobre as manifestações do educando”. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

A avaliação deve ser centrada nas práticas de leitura/escritura (atendendo às questões inerentes à escrita da pessoa surda), na capacidade de posicionamento crítico face às diferentes teorias pedagógicas, bem como de ensino dos componentes curriculares da educação básica, em função do papel político e sociocultural inerente à formação do pedagogo, no domínio do conteúdo.

Devem ser considerados, entre outros, como instrumentos diversificados de

avaliação (trabalhos sinalizados ou escritos, individuais e/ou em grupo), com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela; seminários; relatórios; resenhas, dentre outros instrumentos avaliativos adotados pelo professor; orientação acadêmica individualizada (horário de atendimento).

Para a avaliação, serão usados os seguintes procedimentos:

- Avaliação contínua, quanto à pontualidade, assiduidade e participação efetiva dos alunos na realização de atividades e exercícios propostos, como também nas discussões em sala de aula;
- Avaliação somativa, a partir de: apresentação de seminários e microaulas, desenvolvimento de pesquisas no decorrer do semestre letivo, elaboração de fichamentos de textos e livros, resoluções de exercícios e trabalhos escritos, elaboração de diários de leitura, de aula e de pesquisa, portfólios, relatos de experiência, práticas de escrita acadêmica, quais sejam, resumos, resenhas, relatórios, artigos, ensaios, e práticas de escrita de uso cotidiano.

8.1.1 Avaliações escritas e sinalizadas

Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no Plano Geral de Disciplina de cada professor, entregues no primeiro dia de aula e publicados no site do Sistema de Gestão Acadêmico. A(s) atividade(s) de avaliação de cada componente curricular deve(m) ser realizada(s) de acordo com o calendário letivo previsto para o curso.

O exame de cada componente curricular deve ser realizado de acordo com o calendário letivo semestral previsto para o curso. Em cada componente curricular, a programação deve prever procedimentos avaliativos correspondentes a três unidades e uma avaliação substitutiva. A aprovação do discente em um componente curricular está condicionada ao rendimento acadêmico obtido por sua participação nos procedimentos avaliativos e no registro de assiduidade.

O discente que deixar de fazer ou deixar de comparecer a quaisquer procedimentos avaliativos é atribuída a nota 0,0 (zero). Só é permitida apenas uma avaliação de reposição por componente curricular ao discente que não comparecer a uma ou mais atividades avaliativas. O prazo para a realização da reposição é de, no mínimo, três dias úteis após a realização final dos procedimentos avaliativos da 3ª unidade. O discente deve preencher requerimento próprio de avaliação por meio do SIGAA. A esta avaliação substitutiva será atribuída nota 0,0 (zero) em caso de não comparecimento do discente. Em todas as

situações, o docente deve devolver ao discente as atividades avaliativas, desde que finalizados os recursos possíveis.

O cômputo da média parcial discente segue fórmula própria apresentada na Resolução CONSEPE - UFERSA 004/2018. O discente deve apresentar média igual ou superior 7,0 (sete) para aprovação mais a assiduidade de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades ministradas em cada componente curricular.

Apresentando média maior ou igual 3,5 (três e meio) e menor que 7,0 (sete) é assegurada ao discente a realização de quarta avaliação, desde que tenha comparecido ao mínimo de 75% (sete e cinco por cento) das atividades ministradas no componente curricular. Ao discente que faltar à quarta avaliação é atribuída nota 0,0 (zero) e sua média é calculada utilizando fórmula própria apresentada na Resolução CONSEPE - UFERSA 004/2018. É considerado aprovado por avaliação final no componente curricular, o discente que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco) e desde que compareça a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades ministradas no componente curricular.

Ainda seguindo a Resolução mencionada, o discente é reprovado no componente curricular quando obtiver média parcial menor que 3,5 (três e meio) ou média final menor que 5,0 (cinco) ou não comparecer a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades ministradas no componente curricular. O professor deve divulgar e fixar a frequência e as notas no SIGAA no máximo 10 (dez) dias úteis após a realização do último procedimento avaliativo da unidade. Sempre que necessário o discente poderá requerer pedido de revisão do resultado obtido nos instrumentos avaliativos. Este pedido deve ser formalizado através de recurso via SIGAA e cabe ao Colegiado de Curso deliberar sobre o andamento do processo.

9 DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa é um documento em permanente avaliação pelo NDE, considerando-se que alguns dos seus instrumentos constituintes precisam continuamente ser analisados a partir das respostas obtidas no andamento da formação discente e docente. A cada quatro anos o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue passa por uma avaliação. Dos aspectos a se considerar na análise e reforma estão:

- a) adequação dos componentes curriculares optativos, os quais poderão ser substituídos quando considerados inoperantes, podendo ainda ser acrescentados outros componentes curriculares quando verificada a necessidade;
- b) adequação dos programas gerais dos componentes curriculares, observando nestes, ementas, metodologias, avaliações de aprendizagem, conteúdos e bibliografia;
- c) verificação contínua, com relação ao cumprimento dos programas gerais dos componentes curriculares.

Para tanto, a Coordenação do Curso de Pedagogia Bilíngue pode designar comissão própria de análise e avaliação de desempenho docente (junto ao NDE) no que diz respeito ao cumprimento do ementário disposto nos programas dos componentes curriculares, considerando-se o aparecimento de lacunas registradas pelos discentes nos relatórios formados a partir dos questionários de avaliação aplicados semestralmente via SIGAA. A Coordenação também pode formular questionários próprios a fim de observar o desempenho discente em relação aos aspectos acima registrados.

Cabe lembrar que a avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura escolar, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica com vistas à melhoria do ensino. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, as competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, no caso específico das Licenciaturas, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

1. Avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e do componente curricular;
2. Avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e do componente curricular;
3. Avaliação do discentes para o docente: avaliação da condução do componente curricular e do professor avaliados semestralmente;
4. Avaliação externa.

REFERÊNCIAS

- ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; DOUETTES, Brenno B. Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares. *In.*: **Educação de surdos em debate** / organização: Sílvia Andreis-Witkoski, Marta Rejane Proença Filietaz (org.).— 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco (tradução). São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões sobre estilística no ensino de línguas** Shiela Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (tradução, pós-facil e notas) São Paulo: Editora 34, 2013.
- BETH, Brait. **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BRASIL, MEC. **61,5 mil alunos têm alguma deficiência relacionada à surdez**. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/61-5-mil-alunos-tem-alguma-deficiencia-relacionada-a-surdez>. Acesso em 20 dez. 2023.
- BRASIL, MEC. **Instrução normativa conjunta nº 1**, de 15 de setembro de 2022. Disponível em https://prograd.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2022/09/INSTRUCAO_NORMATIVA_-_CREDITACAO_DA_EXTENSAO_UFERSA_assinado_assinado.pdf Acesso em 20 dez. 2023.
- BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução Nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf f. Acesso em: 07 mar.2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Parecer nº 492 de 3 de abril de 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite**. Brasília, 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-publicacaooriginal-21548-pe.html>. Acesso em: 21 de março de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5 ed. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.155 de 29 de julho de 2005**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11155.htm. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial**; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEEP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da**

Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003.

BRASIL. **Parecer CNP/CP nº 2** de 9 de julho de 2020. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=156861-pceb002-20&category_slug=setembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Parecer CNP/CP nº 3** de 21 de fevereiro de 2006. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pcp0505.pdf?query=diretrizes%20pedagogicas. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Parecer CNP/CP nº 5** de 13 de dezembro de 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01**, de 15 de maio de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1º de julho de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781> Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 07 mar.2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4**, de 29 de maio de 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em 22 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **REUNI – reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação: Brasília: MEC, 2007.

BUSCÁCIO, Livia Letícia Belmiro; VIGNOLI, Lúcia. ERA UMA VEZ... Uma experiência de leituras e escrituras com aprendizes surdos. *In.*: **Práticas e experiências bilíngues no cotidiano da educação de surdos** [livro eletrônico] / organização Aline Gomes da Silva, Flavio Eduardo da Silva. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2023.

EMEDIATO, C. A. Educação e transformação social. *IN*: **Análise social**, v. XIV (54), 1978 - 2, 207 -217.

ESDRAS, Dirceu; MACHADO, Erica Esch e GALASSO, Bruno. Pedagogia Bilíngue: criação de um modelo bilíngue on-line para Educação Surdos. *In.*: **Pedagogia Bilíngue**.

Bruno Galasso, Dirceu Esdras (Orgs.)- Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. v. 13. São Paulo: Loyola, 1991. Coleção Educar.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária pra quê?** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>. Acesso em: 05/03/2023.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins Garcia. **Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso?** Educação e Ciência On-line, Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <http://uvnt.universidadevirtual.br/ciencias/002.htm>. Acesso em: 27 mar.2023.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**. 14 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Sobre o módulo anual de educação em 2020 e 2021**. Rio de Janeiro: 2022.

JAPIASSU, Hilton. Prefácio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda**. In.: Educação Temática Digital. V. 7, n.2, p.98 -109. Campinas, jun/2006.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2008.

KLEIN, Madalena. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2005,

p.83 – 99.

LEVY, Daniel C. **University and government in Mexico autonomy in an authoritarian system**. New York: Praeger, 1980.

LIBÂNEO, José Carlos. **Buscando a qualidade social do ensino**. In: Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Sao Paulo: Cortez Editora, 1994.

MATTO, Leila Couto e VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. **Pedagogia bilíngue: formação, docência e educação de surdos**. Revista Aleph, Niterói, V. 2, Outubro. 2022, nº Especial, p. 14 – 29. ISSN 1807-6211.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (tradução e notas). São Paulo: Contexto, 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NOGUEIRA, Nilbo. **Interdisciplinaridade Aplicada**. São Paulo. Érica, 1990.

NÓVOA, A. **Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175_-62362019000300402
>Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

PARECER CNE/CES 492/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1ª, p. 50.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. São Paulo: Artmed, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UFERSA, Estatuto da UFERSA; **Lei de Estágio nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008, Mossoró, 2016. Disponível em: <https://documentos.UFERSA.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2014/09/ESTATUTO-PUBLICADO-NO-SITE-VALIDO-A-PARTIR-DE-1-DE-SETEMBRO-DE-2016.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

UFERSA, PROGRAD. **Instrução Normativa N° 06/2023**. Disponível em

https://prograd.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2023/06/Instrucao_Normativa_06-2023.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

UFERSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFERSA 2021-2025**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró. Disponível em: https://documentos.UFERSA.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2022/01/PDI_UFERSA_-21_-25_-FINAL_-20_01_2022_COM_-ANEXOS.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

UFERSA. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2019. Projeto Pedagógico Institucional. 2. Autoria Coletiva. 3. Gestão Acadêmica. Disponível em: https://documentos.UFERSA.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2019/08/PPI_-2019_-UFERSA.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2023.

UFERSA. **Resolução CONSEPE/UFERSA N° 2/2019**. Disponível em https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2019/06/002_2019.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

UFERSA. **Resolução CONSEPE/UFERSA N° 4/2018**. Disponível em https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/09/RESOLUCAO_004_2018.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

UFERSA. **Resolução CONSUNI/UFERSA N° 05/2012**. Disponível em https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/arquivos/consuni/2012/RESOLUCOES/RESOLUCAO_CONSUNI_005_2012_alterada.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

UFERSA. **Resolução CONSUNI/UFERSA N° 12/2013**. Disponível em https://prograd.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2016/08/OFERTA_DISTANCIA_CURSOS_PRESENCIAIS_RESOLUCAO_CONSEPE_012_2013.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

UFERSA. **Resolução CONSUNI/UFERSA N° 3/2020**, de 29 de julho de 2020. **Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE)** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, 2020 Disponível em: <https://documentos.UFERSA.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2020/07/003.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. Curitiba: Mãos Sinais, 2009.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo (tradução, notas e glossário). São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos**

psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WIDELL, Joanna. As faces históricas da cultura surda, **Revista GELES – Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez**, nº 6, ano 5, UFSC -Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.